

ANO II

N.º 2

**REVISTA**  
DO  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
E  
**HISTÓRIA MILITAR**  
DO  
**BRASIL**



•  
AGOSTO DE 1942

VOL. II  
•

RIO DE JANEIRO

B R A S I L

# SUMÁRIO:

	Pág.
CAXIAS — <i>Cel. Alvaro de Alencastre</i> .. . . . . .	7
DISCURSO DO MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA MILITAR DO BRASIL .. . . . . .	11
JOURDAN — <i>General V. Benício da Silva</i> .. . . . . .	15
O ALMIRANTE ANTONIO LUIZ VON HOONHOLTZ, BARÃO DE TEFFE' — Sua Vida - Sua Obra — <i>Cap. de Mar e Guerra Frederico Villar</i> .. . . . . .	25
BREVE NOTÍCIA SOBRE JERÔNIMO COELHO — <i>General Morcira Guimarães</i> .. . . . . .	65
BARBACENA, A GRANDE FÍGURA DO IMPÉRIO — <i>Ten.-Cel. Lima Figueirêdo</i> .. . . . . .	71
TROPAS NO RIO DE JANEIRO E NO BRASIL ATE' METADE DO SÉCULO XIX — <i>Prof. Adolfo Morales de Los Rios F.º</i> .. . . . . .	81
MARQUÊS DE BARBACENA — No 1.º Centenário de seu falecimento — <i>Gen. Souza Docca</i> .. . . . . .	103
DEFESA MINADA DO PORTO DE SANTOS (Revolta de 1893) — <i>Gen. João Fulgêncio de Lima Mindello</i> .. . . . . .	125
UMA PRISÃO DE FLORIANO — <i>Ten.-Cel. Jonas Correia</i> .. . . . . .	135
O PRIMEIRO CORPO DOCENTE DA ESCOLA MILITAR (Subsidios para a história da Escola Militar) — <i>Cap. Adailton Sampaio Pirassininga</i> .. . . . . .	141
OS REFLEXOS DA VIDA LUMINOSA DO GEN. DIAS DE OLIVEIRA — <i>Gen. Borges Fortes</i> .. . . . . .	157
APONTAMENTOS DE UMA VISITA A MARAJÓ — <i>1.º Ten. Umberto Peregrino</i> .. . . . . .	175
<i>Relação dos sócios do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil</i> .. . . . . .	189
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR — <i>Relação dos Patronos e Ocupantes das Cadeiras</i> .. . . . . .	191

**CONSELHO DIRETOR**  
DO  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
E  
**HISTÓRIA MILITAR**  
DO  
**BRASIL**



- PRESIDENTE — Gen. V. Benício (ausente)
- PRESIDENTE — Gen. Souza Docca (em exercício)

**COMISSÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA**  
 Cel. F. Jaguaribe de Matos, Alm. Henrique Boiteux,  
 • Cel. Paula Cidade

**COMISSÃO DE HISTÓRIA MILITAR**  
 • Cmt. Didio Iratim Costa, Cel. Genserico de Vasconcelos,  
 Cel. L. Pereira Ferraz

**COMISSÃO DE HERÁLDICA E MEDALHISTICA**  
 Cmt. Egon Prates, Cmt. Lucas Boiteux, Cel. Jonas Correia

**COMISSÃO DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS**  
 Cel. Garrastazú Teixeira, Cmt. Cesar Xavier, Cmt. Pinto  
 Guimarães

**COMISSÃO FISCAL**  
 Gen. Lima Mindelo, Alm. Nogueira da Gama,  
 • Cel. Damasceno Vieira

**COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SOCIOS**  
 • Cmt. Raja Gabaglia, Major Humberto Castelo Branco,  
 Cel. Alvaro de Alencastre.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO DA PUBLICAÇÃO  
 DO INSTITUTO**  
 General Souza Docca, Cmt. Frederico Villar,  
 • Ten.-Cel. Lima Figueirêdo

# CAXIAS

Cel. ALVARO DE ALENCASTRE

*Nada se cristaliza na sociedade sem um processo de elaboração. Há demasias a eliminar. Imperfeições a corrigir. Asprezas a aparar. Longo trabalho de eliminação. Demorada seleção de valores. Tudo passará pelo crivo da apreciação geral.*

*De um lado temos conjunto de opiniões uniformes, consagradoras, demarcadoras. De outro em oposição, objeções antinômicas, — acertadas algumas, disparatadas outras. Chocam-se as duas correntes, procurando a verdade obscurecida pela paixão de uns e pela ignorância de outros.*

*E' infeliz o gesto daquele que quer desmerecer personalidades, consagradas pela admiração nacional, sem fatos concretos ou concreciveis.*

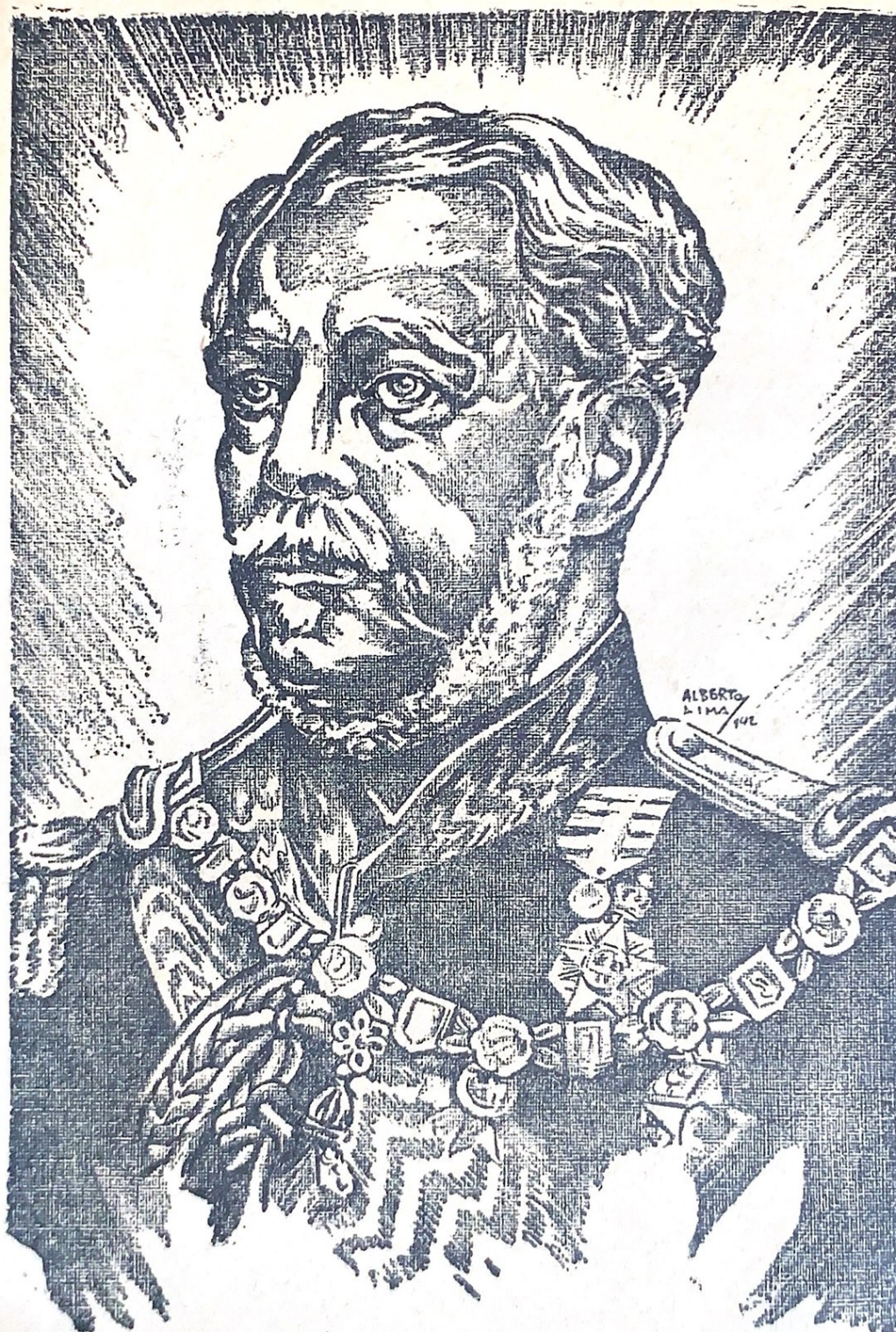
*Certo é que da controversia emergirá glorificado o homem discutido. Não se conquista a glória sem despertar a inveja e o ódio dos adversários. Não se sobe sem deixar para traz insatisfeitos que deblateram, vencidos que se não adaptam ao seu desprestígio ou aniquilamento.*

*Já se está manifestando a corrente que quer diminuir a personalidade de Caxias.*

*Ingratidão, digo como brasileiro. Incompreensão, clamo como militar. Erro de análise, exclamo como escritor e crítico.*

*Caxias é uma figura dominante no seu meio. Atuou como elemento primacial. Com destaque único. Não há outro que se lhe avantage. Figurante máximo de uma construção grandiosa, deve-lhe a Pátria um mundo de serviços inestimáveis.*

*Cidadão probo, é digno do respeito e da admiração de seus compatriotas. Político eminente, nunca teve interesses subalternos a desfigurar as suas atitudes. Como grande General, a sua espada gloriosa era filha diletta da vitória. Nunca foi vencido.*



Marechal Luiz Alves de Lima e Silva  
DUQUE DE CAXIAS

*O Exército vitória-o como a sua maior gloria, o seu maior General.*

*Uma vida limpa de imperfeições, uma atuação patriótica em política, comandos militares que o colocam ao lado dos grandes generais, são alguma cousa de notavel e duradoura que não pode ser destruida pela negação impatriótica de iconoclastas inclementes.*

*Caxias já recebeu a sua consagração no meio civil e militar. E' quanto basta para a sua memória.*

*E' ele respeitado, venerado pelos homens de farda, que vêem nele uma expressão perfeita de ideais patrióticos e ação de benemerência.*

*O povo venera-o porque sentiu bem de perto os efeitos ponderáveis de suas vitórias, das suas grandes vitórias.*

*Pouco podem fazer contra a opinião dos seus contemporâneos, escritores, aliás de penas bem aparadas, os quais começam a negar fatos conhecidos e a excomungar a opinião radicada na consciência popular.*

*Em todo o cenário do segundo reinado, onde apareceram figuras de grande relevo, como Rio Branco, Dantas, Cotegipe, Otaviano, Pimenta Bueno, Saraiva, Gaspar Martins, Nabuco, João Alfredo, Ouro Preto, só vejo duas personalidades para se perfilarem ao lado de Caxias: Pedro II, o grande político, o magnânimo, o principe perfeito, e Mauá, o grande industrial.*

*Como militar, atenho-me às características da profissão, para precisar em poucas linhas o que foi a espada gloriosa, que consolidou um grande império.*

*A sua ação no Maranhão foi a vitória de um general. De um golpe de vista apreendeu a situação militar e agiu no quadro estratégico, como mestre, debelando a revolta.*

*Em Minas e em São Paulo foi o mesmo chefe ativo previdente, rápido na execução das suas manobras. Não titubeou para marchar ao encontro do adversário e derrotá-lo.*

*Em uma zona mais dilatada, no Rio Grande do Sul, vemos de princípio colocar em cheque o general Antonio Neto, o maior general da Revolução dos Farrapos.*

GHMB/19/6/15  
10

Já nessa época o prestígio de Caxias era muito grande. Os generais da revolução, heróis de grandes feitos, não ousaram enfrentar o estrategista imperial.

Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, feitos e educados, durante dez anos na escola dura da experiência foram os primeiros a reconhecer que tinham um grande general pela frente.

Os generais que Caxias enfrentou na terra pampeana não eram bonifrates de avenida, generais de oportunidade política. Eram chefes, feitos no fragor das batalhas, depois de oito anos de cruenta peleja.

A ação de Caxias no Paraguai teve o descortino que caracteriza os grandes generais. De princípio a fim agiu como mestre com grande eficiência e oportunidade.

Caxias é o único na América do Sul. Três espadas brilhavam no céu americano, ao sol americano: Bolivar, San Martin, Caxias.

O grande império colonial espanhol foi dividido, subdividido, esfacelado por Bolivar e San Martin.

O grande império colonial português foi defendido, integrado, consolidado por Caxias.

Graças a ele somos um dos maiores países do mundo. Em breve seremos um dos mais ricos e poderosos.

Bolivar dividiu, sub-dividiu, esfacelou: diminuiu.

San Martin dividiu, sub-dividiu, esfacelou: diminuiu.

Caxias integrou, concentrou, consolidou: conservou.

Caxias não foi uma genialidade, mas chegou ao pincaro que os gênios atingem pela união feliz de uma grande inteligência e de um grande coração.



# Discurso do Ministro G. Capanema no Instituto de Geografia Militar do Brasil

(a 28-XI-941)

*NÃO SEI como exprimir o meu agradecimento ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, pois, sobre ser de caráter insigne a honra que se me confere, não me sinto merecedor da especial gratidão desta casa, e não posso atribuir senão à excessiva generosidade de seus membros o ter visto no meu desvalioso préstimo os “relevantes serviços”, a que aludem os estatutos.*

*Seja como fôr, aqui estou, com o maior desvanecimento, recolhendo a homenagem, que considerarei sempre entre as de minha maior estima, e com ela assumindo o compromisso de ter sempre os olhos voltados, com particular carinho, para esta preclara instituição, e de servi-la, não com utilidade digna de nota, pois a tanto não podem aspirar as minhas deficiências, mas com devotamento sincero.*

*Sinto-me no dever de dizer que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil merece, sobretudo nesta fase inicial de sua vida, a simpatia e a cooperação de todos os bons brasileiros.*

*A geografia e a história do Brasil, de modo geral, estão carecendo de maiores estudos entre nós.*

*Não se pode deixar de reconhecer que a nossa bibliografia, em tais matérias, tem progredido muito nestes últimos anos; obras de notável valor teem aparecido com frequência; e já são muitas as coleções especiais organizadas pelas casas editoras, com grande aceitação das classes cultas do país, bastando citar o caso de “Brasiliana”, publicada sob a direção do professor Fernando de Azevedo, e que já se compõe de mais de duzentos volumes.*



*Refiro-me especialmente à deficiência com que estão sendo estudadas aquelas duas matérias nas nossas escolas secundárias. A lei vigente do ensino, como se sabe, adotou o critério de incluir a geografia e a história do Brasil como capítulos da geografia geral e da história da civilização. A supressão da autonomia das duas disciplinas, contrariamente ao que esperava o legislador, ocasionou uma sensível diminuição de seus estudos.*

*A nova lei do ensino secundário, que não tardará, corrigindo esta lacuna demonstrada pela experiência, procurará dar aos estudos da geografia e da história pátria a maior importância e relevo.*

*Buscar-se-á desenvolver, no espírito dos que vão constituir as classes cultas de amanhã, o gosto desses estudos, formando-se, assim, mais fecundas bases e mais receptivo ambiente para a floração de uma cultura maior e melhor no terreno de nossa geografia e de nossa história.*

*O patriotismo é uma paixão humana, e deve ser cultivado como paixão, como a mais forte paixão. Sem paixão, os homens não caminham para o sacrifício, e patriotismo é, rigorosamente, disposição ao sacrifício.*

*Como é frágil, porem, a paixão que não tem por base a verdade! Ensina Descartes, no seu tratado sobre as paixões da alma, que "la force de l'âme ne suffit pas sans la connaissance de la vérité".*

*As grandes paixões humanas, as paixões criadoras, as paixões construtoras, não poderão subsistir por sobre a ignorância, o erro ou a ilusão.*

*O patriotismo deve estar fundado na verdade.*

*Incentivemos, pois, o patriotismo nacional sobre a base do conhecimento exato e pleno do Brasil, conhecimento de nosso passado e de nossas realidades físicas e humanas, conhecimento de nossa posição no mundo e de nosso papel na civilização, numa palavra, conhecimento de nossa história e de nossa geografia.*

*Tal patriotismo não será jamais infiel. Será um patriotismo de consciência, de convicção, de necessidade. Patriotismo, portanto, irreduzível.*

*Se a geografia e a história do Brasil, considerada assim de modo geral, estão a reclamar do nosso ensino maiores esforços, para que ganhem posição mais relevante na cultura nacional, também é de reconhecer a necessidade de estudos mais amplos e seguros dessas duas disciplinas, consideradas sob o ponto de vista da especialização militar.*

*Observava, no ano passado, o general V. Benício da Silva, ao apresentar a segunda edição das NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SULAMERICANA do coronel F. de Paula Cidade, que esta obra continuava sendo a única sobre o assunto publicada em língua portuguesa. Não há negar, por outro lado, que já possuímos notáveis obras de história militar do Brasil; mas é fora de dúvida que grande número de nossos acontecimentos militares ainda não tiveram o seu estudo sistemático e definitivo, em obras para cuja elaboração valiosos documentos se guardam nos arquivos, e estudos especiais já se fizeram por beneditinos pesquisadores.*

*Necessário é, pois, um grande esforço no sentido de ampliar e aprofundar os estudos brasileiros de geografia e história militar.*

*Nesta hora em que o primeiro ponto de nosso programa político é armar a nação, em que as forças armadas nacionais tomam uma organização e um espírito de tão excepcional envergadura, não poderiam ser deixados em segundo plano esses estudos especiais, tão reconhecida é a sua decisiva importância para a guerra.*

*A grande importância da história militar, mestra de patriotismo por excelência, e da geografia militar, indicadora das condições de meio, em que devem desenrolar-se as operações de guerra, ressalta, numa clara luz, destas palavras com que o general Tasso Fragoso encerra a sua monumental obra sobre a HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE ALIANÇA E O*

*PARAGUAI: "Se o ciclo do martírio humano gerado pelas lutas fratricidas não está fechado, aproveitemos a grande lição que nos proporcionou o Paraguai: não esqueçamos nunca quão proveitoso será para a defesa de nossa terra um entranhado patriotismo e um aproveitamento oportuno e racional do terreno".*

*Feliz iniciativa foi, pois, a fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que, secundando os estudos que tão esclarecidamente veem realizando os Ministérios militares, leva por diante proficuamente as suas atividades, tornando-se o centro coordenador de uma obra do mais significativo alcance não só para a nossa cultura, mas também e sobretudo para a nossa defesa.*

*E como é honroso carregar uma pedra, uma pequena pedra que seja, para a construção de tão alta instituição, cujo prestígio certamente não conhecerá fim em nossa história !*

*Que os bons brasileiros assim o compreendam, e que nenhum regateie o seu aplauso ou o seu concurso para o bom sucesso de tão patriótico empreendimento.*

# JOURDAN

Ensaio bibliográfico, lido pelo **General V. BENÍCIO DA SILVA**, no salão do Instituto Histórico, em sessão realizada no dia 28 de Janeiro pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Ardua tarefa esta de fazer renascer do olvido uma figura que deixou apenas traços de sua personalidade, em documentos esparsos, não compendiados, dispersos ao sabor das contingências de uma vida atribulada.

E o próprio biografado agrava a angústia do biógrafo, quando se escuda em invencível modéstia, aquí e além contrariada pelas obras que surgem e o trazem à incontestante evidência.

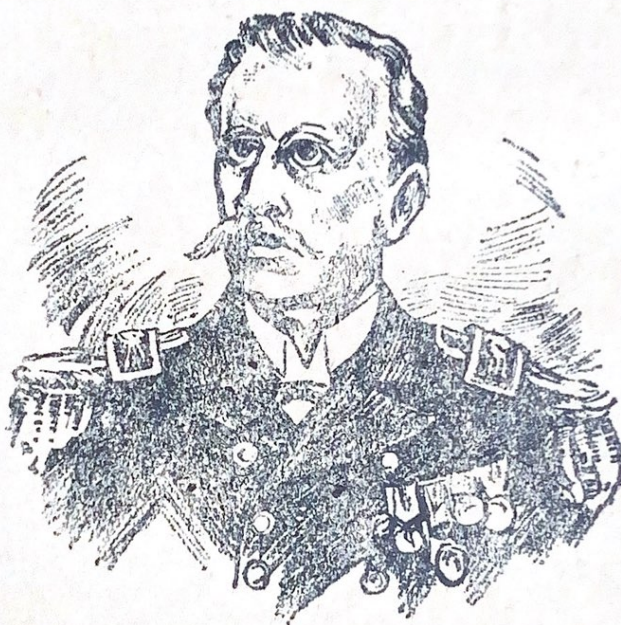
Não fôra o concurso de um descendente dedicado, e a apresentação do patrono da cadeira que me foi dada neste Instituto — o Coronel Emílio Carlos Jourdan — não passaria da exposição de seus trabalhos e de algumas frases de inexpressiva retórica.

Salvou-me do difícil transe o Tenente-Coronel Rodolfo Augusto Jourdan, o filho mais novo do Coronel Jourdan, o filho que contava apenas quatro anos na época do seu falecimento. Oficial de Estado Maior, figura distinta e austera, cabe-lhe o direito e o dever de reconstituir a história de seu progenitor e completar o que eu aquí esboçarei.

Nasceu Emilio Carlos Jourdan na Bélgica, em 19 de Julho de 1838.

Procurando no Brasil uma nova pátria, aquí chegou ainda moço, estuante de vida, no momento em que o país exigia o esforço dos adeptos da liberdade e, com tantos outros, naturalizou-se brasileiro e seguiu para a campanha contra a tirania que imperava no Paraguai e pretendia expandir-se pelo sul da América.

Como sargento, o jovem engenheiro alistou-se voluntariamente no Corpo de Engenheiros Militares e rumou para o campo da luta com os primeiros elementos do nosso Exército. E em 5 de Outubro de 1865, já em Itapirú, foi nomeado alferes para a Companhia de Sapadores. (Ordem do dia n. 85, de 2-VII-1886, do Cmd. do Corpo do Exército).



Cel. Emilio Carlos Jourdan

Passam-se mais dezesete meses e, em Tuiuti, é comisionado em tenente, a 3 de Março de 1867 (Ordem do dia n.º 49).

Em 1868, a 11 de Dezembro, o Marechal Duque de Caxias o promove por bravura ao posto de 2.º tenente de artilharia. E o Marechal Conde d'Eu, em 16 de Agosto de 1869, elevou-o, também por bravura, ao posto de 1.º tenente.

Terminada a guerra, em que batalhou durante os cinco anos, deixou o Exército, continuando o govêrno do Brasil a aproveitar seus serviços em outras comissões.

E tais foram os seus serviços à pátria adotiva, que o Marechal Deodoro concede-lhe título de tenente-coronel honorário, e o Marechal Floriano o eleva ao posto de coronel.

Ainda com as honras desse posto faleceu em 8 de Agosto de 1900.

Tal é o ciclo da vida do soldado: ativa e vibrante durante os cinco anos de guerra; obscura e apenas galardoada com títulos honoríficos, durante trinta anos de paz internacional.

Qual o motivo que o levou a deixar o Exército após a Guerra do Paraguai, não o sabemos. Certo teria sido um dos generais da República se nele houvesse continuado. Para tanto não lhe faleciam credenciais, inclusive sua dedicação ao novo regime político, a que prestou relevantes serviços.

Quais eram essas credenciais? Enumeramo-las:

1.º — Um árdua campanha de 5 anos, sem interrupção, toda ela pontilhada de atos de bravura que lhe valeram promoções sucessivas, de sargento a 1.º tenente.

2.º — Das condecorações, conquistadas nos campos de batalha, essas brilhantes comendas, cujo valor material entre nós é quasi nulo, cujo valor moral é um eloquente atestado de que em certo momento foram dignos de menção os serviços prestados. São estas, consoante atestado da família, as que ornaram o peito do bravo soldado:

a) Medalha com passador, de 11 de Dezembro de 1868, “Al valor y a la constancia”. Concedida pela Nação Argentina.

b) Medalha com passador — “Recompensa à bravura militar”. Decreto de 25 de Março de 1868. Do Exército em operações contra o Govêrno do Paraguai. Passador de 27 de Dezembro de 1868.

c) Medalha de ouro — “Campanha do Paraguai” — 1865-1870. Parrador n.º 5.

d) Medalha “A las virtudes militares”, República Oriental do Uruguai. 1865-1869.

e) Medalha “Combate Naval do Riachuelo”, 11 de Junho de 1865.

f) Medalha “Uruguaiana”, de 18 de Setembro de 1865.

- g) Passador de prata, 21 de Abril de 1868.
- h) Passador de prata, 6 de Dezembro de 1868.
- i) Passador de prata, 25 de Dezembro de 1868.
- j) Ordem da Rosa, cavaleiro, pelos serviços prestados nos combates do ano de 1868 e na campanha das Cordilheiras.

3.<sup>o</sup> — Uma longa série de comissões e trabalhos executados, testemunhos fidedignos de que não foram conquistados por empenho pessoal, mas por méritos reais, as graduações militares, as recompensas e títulos honoríficos acima enumerados.

Foi um dos componentes, como oficial, do 5.<sup>o</sup> Regimento de Artilharia Montada, aquele corpo que tanto se distinguia e hoje ostenta com orgulho o título de “Regimento Mallet”.

Membro da Comissão de Engenheiros, o seu nome aparece em quasi todas as obras de engenharia executadas no Paraguai pelo Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro. Não nos furtamos à enumeração desses trabalhos, registrados em nossa história militar:

a) Na noite de 2 para 3 de Setembro de 1866 — como oficial, fez parte dos engenheiros que construíram com os sapadores, sob o fogo inimigo, uma posição para localização de uma bateria (6 bocas de fogo) do Regimento Provisório de Art. a Cavallo, afim de manter o terreno e a cabeça de ponte que elementos do 2.<sup>o</sup> C. Exerc. (Acampado em Itapirú), após transporrem o rio, tinham preparado face ao forte de Curuzú, armado com 13 bocas de fogo e boa guarnição.

b) De 16 para 17 de Setembro de 1866, durante a noite, o Corpo de Pontoneiros, sob a direção de seus oficiais, começou a levantar uma Bateria para 12 canhões, a cerca de 400 braças de distância do formidável baluarte defensivo do inimigo em Curupaití. Hostilizado ininterruptamente pelo inimigo foram os pontoneiros atacados a 19, mas mantiveram a posição apenas com o reforço de 50 cavalarianos.

c) Em Curuzú explorou a região do Chaco.

d) Levantou a planta do caminho dos espias que desde Humaitá, passando por Curupaití e Curuzú, fôra aberto pelo inimigo até Lagôa Pires.

e) Levantou a planta das Baterias do Curupaití, do Humaitá Chico e até o Souce.

f) Tomou parte na ocupação da Ilha de Redenção (5 de Abril de 1866), sob o comando do Tenente-Coronel Vilagram Cabrita.

g) Esteve em Curuzú (Março de 1866) durante todo o período agudo por que passou o 2.<sup>o</sup> C. Exerc., acossado pelo colera, terrenos pantanosos, exalações pútridas dos cadáveres, combates, bombardeios diários, febres intermitentes, em que a morte ceifava uma média de 150 homens por dia.

h) Tomou parte na construção do forte do 4.<sup>o</sup> Bat. de Art. em Tuiú-Cué (2 de Novembro de 1866) e combateu em Tuiutí no Corpo de Pontoneiros na trincheira do Comércio, em 3-11-1866.

i) Em 26 de Setembro de 1866, foi um dos que iniciaram a exploração para a construção da grande estrada do Chaco, obra gigantesca da Engenharia Brasileira, por onde foi feita a grande manobra desbordante. Tomou parte na construção sob a direção do Coronel Gustavo Galvão, trabalho cuja duração foi de 23 dias.

j) Em 6 de Dezembro de 1866 — tomou parte no combate de Itororó sob o comando direto do Coronel Fernando Machado, encarregado com Lassance da construção de 2 picadas até a margem do rio.

k) Conforme a parte do comando da 11.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria, sob o comando do Coronel Fernando Machado de Souza, acampada em Potreiro Pires, em 22 de Março de 1868, na vanguarda do 2.<sup>o</sup> C. Exerc., tomou parte em um reconhecimento a viva força sobre as fortificações inimigas em frente a Tuiutí, em cuja ordem é dado o seguinte conceito: "Por sem dúvida que praticaria eu uma injustiça se omitisse nesta parte os nomes do Tenente coadjuvante da comissão de engenheiros Jourdan, que



também explorou a vereda e debaixo de cuja direção se abriu a picada, o que muito trabalhou e com muita distinção”.

l) Em 22 de Março de 1868, no Acampamento Potreiro Pires — fez parte do reconhecimento a viva força sobre as fortificações inimigas em frente a Tuiutí, sob o comando do Coronel Fernando Machado de Souza.

m) Em Junho de 1869 — na Campanha das Cordilheiras (dia 24) levantou e reconheceu o trecho da Lagôa Ipacará-rio Salado e curso do Paraguai até Manduvirá.

n) Em 5 de Agosto de 1869, marchou com a Brigada de Infantaria do Coronel Francisco Lourenço e abriu uma picada paralela ao desfiladeiro, de 250 m à direita da estrada.

o) Em 7 de Agosto de 1869, acompanhou a divisão do Coronel Bueno a Peribebuí, fazendo reconhecimento e esboços da região.

p) Em 26 de Outubro de 1869, tomou parte na construção das comunicações entre S. Joaquim e Capivari.

2) Em 19 de Novembro de 1869 prosseguiu no alargamento da mesma estrada.

Aí tendes o soldado e aí tendes a obra por ele realizada, labor fecundo e incontestado, exercido em condições dolorosas, vencendo obstáculos que pareciam invencíveis, realizando o que parecia irrealizável, ele, nascido em outras plagas, ao lado dos brasileiros fazendo quanto os que mais o fizeram e muito mais do que aqueles que pouco realizaram.

Reafirmamos, portanto: houvesse Jourdan continuado no Exército e teria sido sem favor um dos generais da República.

\* \* \*

Vejamos agora o que mais interessa a este Instituto: sua fecunda operosidade nos domínios da geografia e da história militares.

Três trabalhos impressos legou à Pátria adotiva o Coronel Emílio Carlos Jourdan: um resumo da Guerra do Paraguai, o

Atlas Histórico da mesma campanha, ambos editados em 1871, e a História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai, editada em 1893.

Os dois primeiros foram publicados como obra única, composta do texto e atlas. Mas de fato são obras diferentes, pois enquanto o atlas é uma preciosa coleção de mapas executados pela comissão de engenheiros de que fazia parte Jourdan, aquele, o texto, é um resumo de toda a guerra do Paraguai, trabalho exclusivamente seu e valiosíssimo, a primeira obra publicada ao terminar a guerra, pois o prefácio é datado de 31 de Março de 1870, exatamente 30 dias após a morte de Lopez em Cerro Corá.

Examinemos cada um desses trabalhos.

a) *Guerra do Paraguai* (texto).

Para um estrangeiro, talvez ainda pouco conhecedor da história, do ambiente, das gentes da pátria adotiva, certo pouco versado no idioma nacional, e de súbito lançado a uma campanha longínqua, em terra ainda mais estranha, longe de qualquer recurso de ordem intelectual, isolado no meio de multidão desconhecida, sua obra não pode ser considerada falha, imperfeita, omissa. E', ao contrário, documento precioso, o primeiro a que recorreram os estudiosos do ano 70, imprescindível aos que ainda hoje procuram informes dignos de crédito, soluções e divergências entre historiadores em conflito.

b) *Atlas histórico da guerra do Paraguai*.

Aí o tendes desdobrado, à vossa vista.

São 17 folhas, contendo 40 mapas, esboços, desenhos, perfis panorâmicos, todos minuciosamente anotados, com preciosos dados estatísticos e históricos.

Muitos desses trabalhos são de sua exclusiva autoria, outros são obras em que colaborou, como tenente da Comissão de Engenheiros. Historiadores eu vejo aqui presentes e, melhor do que eu, dirão eles do valor deste atlas. Páginas e páginas de história

terão saído do silêncio expressivo e eloquente de cada um destes desenhos.

E o que valem eles bem podemos avaliar por estas simples palavras do autor: sua população, seus recursos, a topografia do seu território, tudo, tudo era desconhecido" (Guerra do Paraguai, pag. 8).

Avaliai, portanto, esta obra, toda ela efetivamente feita em campanha, com os elementares recursos da época, reduzidos ao mínimo porque a nossa técnica e o nosso material eram mais do que incipientes, uns organizados por informações, outros arrancados à confissão de prisioneiros ignorantes na matéria em apreço, e ainda outros executados em reconhecimentos a viva força, no interior das linhas inimigas.

Aqueles que já se viram em campanha sem o imprescindível concurso de uma carta, bem podem avaliar o inestimável tesouro que este atlas representa. E aqueles que buscam ensinamentos na história militar, bem podem apreciar o suplicio da ausência de um mapa e a indiscutível eloquência de um simples esboço em que três linhas mal traçadas falam mais do que páginas e páginas de retórica muitas vezes confusa e inconveniente.

c) *História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai.*

Como missão do Governo da República — diz o próprio autor — foi-lhe confiado, em Julho de 1892, escrever a história das campanhas de 1864 a 1870, com o objetivo de desenvolver o espírito militar e aperfeiçoar conhecimentos táticos e estratégicos apropriados às condições do meio geográfico sul-americano (pag. 8).

Jourdan dividiu a obra em 6 volumes e chegou a escrever todos eles. Infelizmente, porém, só os tres primeiros vieram a lume em 1893 e 1894, editados pela Imprensa Nacional. Compreendem eles as campanhas do Uruguai e de Mato Grosso e parte da guerra do Paraguai (até os primeiros meses do ano de 1866). Os tres outros, de 1866 a 1870, certamente os mais valio-

sos da obra, entregues à instituição oficial incumbida da impressão, lá desapareceram em um incêndio ou “foram vendidos a peso, como papel velho, após o referido incêndio” (Informações do Tenente-Coronel Rodolfo Emílio Jourdan).

Senhores! Permiti um parêntesis.

Vós sois, na maioria, escritores. Sabeis quanto custa levar ao papel, em síntese coordenada, a profusão de idéias que avultam no cérebro. Conheceis o alívio da inteligência e da própria consciência quando essas idéias tomaram forma concreta que é a matéria escrita, o desenho meditado e dificilmente obtido. Ao trabalho continuado por longos e longos anos, dias e noites perdidas às centenas, estudo, reflexão, consultas e mais consultas a personalidades eminentes, livros e bibliotecas, somai dinheiro dispendido por homem de trabalho e de recursos parcíssimos. Integrai tudo isso, que tudo isso fez o Coronel Jourdan, e bem podereis imaginar o profundo abalo que teria sofrido ao ver desaparecer nas chamas, quiçá criminosamente malbaratado, o seu imenso, o seu maior trabalho!

Felizmente poupou-lhe a providência esta grande mágua, pois o desaparecimento dos três últimos volumes de sua obra data de 1912, e ele já havia falecido em 1900.

Voltemos ao assunto que nos ocupava a atenção: Campanhas de 1864 a 1870.

Não preciso fazer a apologia da obra, já muito conhecida, já demoradamente estudada. Basta lembrar que antes dela havia documentos esparsos, de autores nacionais e estrangeiros, salientando-se a obra de Schneider, que mereceu inúmeras e luminosas anotações do Barão do Rio Branco.

Depois de Jourdan é que vieram o Marechal José Bernardino Borinann em 1897 (História da Guerra do Paraguai) e em 1907 (A Campanha do Uruguai), o General Dionísio Cerqueira, em 1910 (Reminiscências da Guerra do Paraguai), o Coronel J. S. Torres Homem em 1911 (Anais das Guerras do Brasil), Genserico de Vasconcelos em 1925 (História Militar do Brasil), e por último o nosso eminente consócio, o Exmo. Sr. General

Augusto Tasso Fragoso, em 1934, com esse monumento de erudição, de verdade histórica, de labor honesto e porfiado, de estratégia e de tática, que é a sua grande obra intitulada "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai".

Estes, mestres na história e na arte da guerra, melhor do que eu terão apreciado, mais do que eu testemunham ainda o valor das obras deixadas ao Brasil pelo Coronel Emílio Carlos Jourdan.

Senhores:

Não tive preocupação de fazer o elogio do patrono da cadeira que me foi confiada.

Limitei-me a expôr sua vida e sua obra, tão simples, tão modesta e tão valiosa, como simples, modesto e valoroso foi o Coronel Emílio Carlos Jourdan.

  
SAUDADES

*General Francisco José Pinto*

*Cel. Geneserico de Vasconcelos*

SAUDADES  


# O Almirante Antônio Luiz von Hoonholtz, Barão de Teffé

SUA VIDA - SUA OBRA

FREDERICO VILLAR - Cap. de Mar e Guerra

Senhores !

Honrando a memória do bravo Almirante ANTONIO LUIZ VON HEENHOLTZ, *Barão de Teffé*, egrégio Patrono da cadeira que ocupamos neste Instituto, cabe-nos, hoje, a gratíssima tarefa de recordar sua longa, proveitosa e modelar existência, proclamando os relevantes serviços por ele prestados ao Brasil na paz e na guerra.

Inicialmente, antes de analisarmos a sua brilhante biografia, seja-nos permitido relembrar a velha amizade e profunda veneração que a ele nos prendia e fazer uma pequena síntese das opiniões desse ilustre marinheiro ao comentar conosco acontecimentos que se desenrolaram no Brasil desde os primórdios da Nacionalidade, mostrando quanto as lutas pela integridade da cobiçada colônia portuguesa, e mais tarde pela sua Independência; as campanhas platinas, as rebeliões separatistas e a guerra do Paraguai, evidenciaram de modo positivo a influência que o Mar exerce sobre os destinos da nossa Pátria. Falava sempre cheio de orgulho pela eficiência, disciplina e heróico devotamento da nossa Marinha, em toda a nossa história, citando, entusiasmado, os seus Chefes mais notáveis, os seus feitos mais brilhantes, quer agindo isolada, quer apoiando operações do nosso glorioso Exército, sendo isso motivo — dizia ele com ên-

fase — para que ela seja sempre muito querida e admirada por toda a Nação.

Eram esses os assuntos prediletos do *Barão de Teffé*.

Em erudita palestra, que sempre recordamos com profunda saudade e emoção, dizia ele que “quando Colombo, aportando à terra que lhe surgira pela prôa da caravela “Santa Maria”, largou a primeira ancora, soldou, simultaneamente, ao fundo do Mar, o primeiro élo dos destinos do Novo Continente, cujo ciclo histórico ia então começar”. Era uma tése nacionalista que o Barão desenvolvia com brilho do seu fulgurante espírito e os entusiasmos da sua paixão pelo Brasil e pela América.

No caminho desse “Oriente Fabuloso” que a Europa, empobrecida e exausta por séculos de guerras e de devastações, buscava alcançar, varando a imensidade misteriosa do “Mar Tenebroso”, para haurir em seu seio, rico e opulento, a seiva regeneradora de sua Econômia, dizia o nosso venerando Chefe, surgia das águas uma terra virgem, de surpreendente beleza, onde, através do tempo, grandes nações levariam até aos extremos limites de sua grandeza a pujança que, no futuro, as tornaria fatores preponderantes da Riqueza Universal”. Era esse o seu pensamento:

“Em face do Velho Continente, que o ódio divide, a miséria angustia e a guerra devasta e arruina, ergue-se o Novo Mundo acolhedor, generoso, ardente; cheio de seiva, estuante de vida, ansioso de justiça, de paz, de liberdade; refúgio dos oprimidos de todas as terras, abrigo de todas as raças, campo aberto às nobres iniciativas e ao trabalho fecundo de todos os homens de boa vontade, e par eles uma nova Pátria”. E concluia assim, com veemência, mas sem perder a linha de fina elegancia e distinção que o caracterizava: “Constituindo contínua caudal, que, irresistivelmente, transpõe os mares em busca da América, milhões de criaturas formaram, num caldeamento incessante, novas nacionalidades, vigorosas e altivas, que aqui se desenvolveram sem minorias étnicas e com personalidade própria e cada vez mais distinta das raças assim amalgamadas através dos séculos”.



Senhores !

A Astronomia, a Navegação, a Geografia, a Geodesia, as Ciências Naturais, a História da Civilização, a Oceanografia e a História Militar do Brasil interessavam vivamente o *Barão de Teffé*, constituindo matérias sobre as quais discorria com extraordinária beleza e erudição. As grandes viagens, as descobertas marítimas, os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil e os encantos e riquezas da nossa terra, eram sempre motivos para descrições e comentários interessantes do admirável *causeur* e profundo ciêntista, que era o nosso Almirante.

Ele afirmava que, antes de *Colombo*, de *Vicente Pison*, de *Cabral*, e dos primeiros pretendidos “descobridores” das terras americanas, já eram elas há muito conhecidas dos intrépidos pescadores da nórdica *Scandinávia*, que, em todos os rumos cruzavam esses mares, correndo atrás das baleias, dos cardumes migradores, das pescarias miraculosas, desvendavam os mistérios do Reimo de Netuno e, prolongando-se pela costa, vinha, desde a *Groenlândia*, até os extremos meridionais da América.

Rasgando largos horizontes à humanidade, esses audazes mareantes, corridos pelos vendavais e pelos longos cruzeiros, se abrigaram nestas terras e proclamaram os seus encantos e riquezas... Fenícios, Gregos, Cartagineses e Arabes — dizia-nos o nosso querido Patrono — há disso provas irrecusaveis — já aqui também haviam estado em épocas remotissimas.

As opiniões de TEFFÉ, foram mais tarde confirmadas por ALEXANDRE TAYLOR, notavel escritor inglês, que por aqui andou a estudar a nossa história e a parte tomada pelo Comandante JOHN TAYLOR, seu illustre Avô, nas lutas pela nossa Independência. Taylor demonstrou então que o nome “*Brasil*” não tem origem na “descoberta”; não procede absolutamente do pau de aparência ígnea, encontrado em grande abundância pelos portugueses na terra de Vera Cruz, como está geralmente aceito e erradamente ensinado em nossas escolas; mas sim que 300 anos antes da vinda de Cabral, os *Gaels-irlandeses* — já se referiam com entusiasmo a uma “*Bras-Eil*” — “*The Isle of the*

*Blest*" (\*) — a "Ilha Abençoada" — gozando do "divine favour" — a "Ilha Santa" — "A Terra Venturosa", como tal amplamente conhecida e gabada pelos velhos e audaciosos pescadores da Bretanha, da Normândia, da Noruega e da Islândia, bravos marujos que em todos os sentidos recortaram o Atlântico com os seus velozes "drakers".

Esse nome — "Brasil" — consta, aliás, de antiquíssimas cartas e fidedignos documentos, figurando especialmente nos mapas venezianos de ANDRÉ BIANCO — em 1436 — como "Ilha do Brasil"; e a Enciclopédia Britânica diz que CABOT (Giovanni Cabot, navegador italiano) organizara em 1484 uma expedição a essa Ilha, que foi depois explorada por Vicente Ianez Pinson, em 1499.

Segundo TAYLOR, o próprio Cabral mostrára-se profundamente excitado e feliz — "*Jumped out of his skin in his excitement*" — "Não cabia em si de contente" — quando encontrou esta terra que, por sua beleza, doçura e fecundidade, lhe parecia ser exatamente a famosa "*Island of Happiness*" — a "Ilha da Felicidade" dos Antigos, que desde tempos imemoriais a ela se referiam como "abençoada pelos deuses", "*Ilha sagrada*" que, como lindamente diz o nosso colega, e grande escritor, Comandante EUGENIO DE CASTRO, em seu interessante "*Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza*" — é "uma terra maravilhosa, afogada em selvas tropicais, regada por majestosos rios, murada de serras ciclópicas, trilhada por tribus nomades, e enamorada do Mar, debruçando-se sobre o Atlântico para oferecer, sedutora, a quaisquer navegantes, os remansosos seios das suas enseadas, angras ou baías".

"Adornam-na graças de singular natureza, como a convidarem o homem civilizado às glórias da Fôrça, da Beleza e do Amor" . . .

Aceitando, porém, a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, como início da formação da Nacionalidade, TEFFE', pri-

(\*) *Blest* - *blessed* - happy - prosperous. *Blessing* - incovation of happiness or success; a gift; divine favour.

"BRAS-EIL" — depois, por facil corruptela, *Bras-il* (Nuttal's Standart Diccionari).



ALMIRANTE TEFFÉ

moroso artista da palavra, pintava a Terra de Santa Cruz nascendo do Mar, surgindo das águas como o Monte Pascoal e crescendo e dilatando-se, através do tempo, à sombra do Fator Marítimo, para as sublimes conquistas da Civilização e do Trabalho.

Graças ao Oceano, que extensamente bate em nossas vastas fronteiras orientais, dizia-nos o Barão, formámos o nosso carater, afinando-o no alto diapasão dos “verdes mares bravios da nossa terra natal”, edificante escola de bravura estóica, de paciência evangélica, de tenacidade inflexível, de desprendimento heróico, e de rigidez moral inquebrantavel. Não nos iludamos, dizia ele — temos no Mar o nosso maior amigo. Temos nos marinheiros do Brasil os instrumentos principais da nossa grandeza. Foi assim no passado. Assim será no presente e no futuro.

“O Mar, diz o grande jornalista patricio, haverá de ser, fóra de qualquer dúvida, como foi nos primórdios da vida colonial, como continuou a ser em todas as fases da nossa existência, o grande, o maior fator da unidade pátria”. E esse fulgurante jornalista que é AUSTREGESILO DE ATAIDE, assim se exprimiu: “O Oceano está ligado ao nosso destino como o mais importante fator da grandeza nacional. Fechem essa comunicação com o Mundo e não tardará que morramos asfixiados”. Os portos nacionais são os nossos pulmões — respiradoiros da nossa economia. A Marinha Mercante é o nosso “climatisador”, fornecedor de ar puro, “condicionado”, propicio à nossa riqueza e prosperidade...

O Mar é realmente tudo para nós !

\* \* \*

Com essa convicção, sempre se impôs crearmos e fixarmos no espírito do povo brasileiro uma mentalidade marítima, que o faça compreender a decisiva influência que o Mar exerce sobre os destinos das Nações.

**Senhores ! NÃO HÁ INDEPENDÊNCIA POLÍTICA SEM INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA !**

Nenhum país póde aspirar a viver tranquilo, próspero e feliz, verdadeiramente soberano, enquanto não gozar, ampla e

livremente, do usufruto das vias que o Oceano, os rios e lagoas oferecem à sua segurança política e militar. Daí facilmente se infere a decisiva importância da Marinha Mercante nos destinos do Brasil.

Por toda parte do Mundo civilizado os responsáveis pelos destinos dos povos “a beira mar plantados” consideram fator indispensável da potencialidade da Nação a sua *consciência marítima*, isto é, na frase feliz do Almirante LEON SCASSO, Ministro da Marinha da República Argentina, “o seu grau de compreensão — e até de sensibilidade — em tudo quanto afeta o destinos marítimos da Pátria”.

Guiado por essa idéia patriótica, TEFÉ, com quem, desde moço, tive a ventura de privar, foi o maior animador de todas as campanhas pela renovação da nossa Esquadra e pela organização de uma grande Marinha Mercante Nacional, com indústrias correlativas, que se desdobrariam em construção naval, siderurgia e muitas outras atividades poliformes...

Senhores !

Os problemas do Mar ocupam, há mais de um século, a atenção dos nossos mais brilhantes estadistas.

Já em 1819, voltando à terra querida, onde nascera, e que pouco depois ia libertar do jugo que a oprimia, dizia JOSÉ BONIFÁCIO, referindo-se ao Brasil: “*E que país esse, Senhores, para uma nova civilização e para um novo assento de ciências ! Que terra para um grande e vasto e Império !*”

“*Banhadas suas costas pelas ondas do Atlântico; com um sem número de caudais e ribeiros empolados que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe do proveito que o Mar lhe póde dar*”...

Compreendendo a influência que o domínio do Mar exerceria sobre os destinos do Novo Império, apresentou MARTIM FRANCISCO à assinatura do Imperador, em 1822, logo depois do grito do Ipiranga — que teria sido inútil sem o concurso decisivo da Marinha Imperial — o decreto básico da formação de uma Força Naval Brasileira — “apta a defender-lhe, quer a

extensa costa, quer o rico, ameno e fértil território e também capaz de lhe assegurar o comércio de seus contínuos portos” — de vez — dizia ele “de vez que a Divina Providência reservou ao Brasil os mais altos destinos da glória e prosperidade, que só podem ser defendidos por uma poderosa Marinha”.

E’ que José Bonifácio e Martim Francisco já então compreendiam que *“a liberdade de comunicações marítimas é condição essencial da vida econômica e militar do país, e, portanto, da própria existência política nacional, para a defesa contra as agressões do território e para a proteção do comércio”*.

O Brasil mede nove mil e quinhentos quilômetros de costas sobre o Atlântico, nas quais desaguam rios caudalosos, com cerca de 50.000 quilômetros de curso navegavel ! Nenhum país do Mundo possui tantos e tão profundos e seguros portos ! Aguas bonançosas e de grande fartura iquitológica, aprovencionam as povoações e cidades do seu privilegiado litoral e constituem um inexaurível manancial de prosperidade e recursos de defesa. Escola de valorosos marinheiros; traço de união política, social e religiosa do nosso povo; instrumento precioso de progresso e segurança do país, essas águas, têm, para nós, brasileiros, consideravel importância política, econômica e militar. “E nesse mar tenaz que freme e se exaspéra — o desejo a quebrar de encontro às penedias — e que o vento faz, desfaz e retempéra, na eterna sucessão das noites e dos dias”, navega sem cessar a Marinha Mercante Brasileira, já gloriosa, que atinge hoje a cerca de 700.000 toneladas, com mais de 300.000 marítimos matriculados, — afóra mais de cem mil valorosos pescadores, — transportando a carga preciosa dos frutos do nosso trabalho, no valor de vários milhões de contos de réis, enriquecendo a Nação, na paz, e carregando a Tropa e os aprovencionamentos militares, defendendo a Pátria, heroicamente, na guerra. A nacionalização da Cabotagem no Brasil, pelos constituintes de 1891, foi obra imorredora dos Patriarcas do Novo Regime. E dizia o velho tribuno Lopes Trovão, que a Missão do Cruzador “José Bonifácio”, nacionalizando a Pesca, era “a maior obra republicana realizada pela República...”

Senhores ! Na opinião do CAP. GILL, brilhante oficial da Marinha Americana, “o Brasil é um grande arquipélago de Estados politicamente unidos, mas separados pelos acidentes geográficos”. Só o mar e os rios unem realmente a Nação Brasileira e nos dão a homogeneidade precisa para perpetuar a integridade da Pátria. Essa a grande missão da nossa Marinha Mercante, cuja nacionalização é, talvez, a obra máxima do Estado Novo e cuja “unificação” é um lindo sonho, “*too good to be true*” . . .

\* \* \*

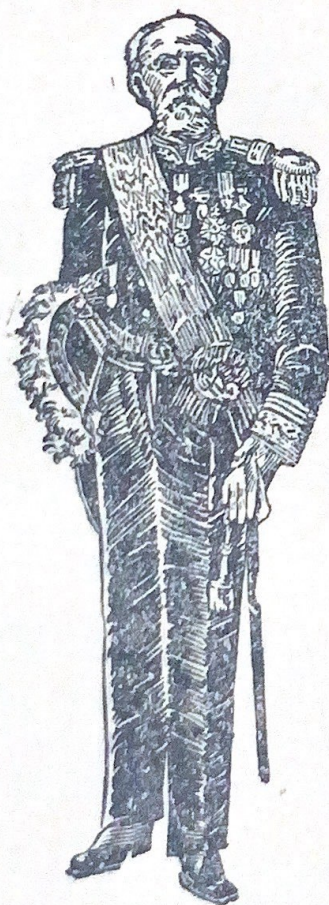
Discorrendo a respeito da formação da Nacionalidade, dizia-nos o BARÃO DE TEFFE’ nosso saudoso Patrono, que “como acontecera aos Estados Unidos da América do Norte até 1775, o Brasil ficára, durante séculos, inteiramente abandonado pelas Côrtes da sua metrópole, exclusivamente entregue aos seus próprios recursos; isso o conduziu ao salutar desenvolvimento das povoações litorâneas e das suas atividades marítimas, crescendo em nossa gente o gosto pela vida do Mar e pela exploração das suas riquezas”. Acresce que, não só os conquistadores de Além-Mar eram tradicionais marinheiros; as tribus indígenas do litoral brasileiro eram inexcedíveis na perícia náutica. Em suas frágeis pirogas, afrontavam o Mar, fazendo largas travessias pela costa, em calma ou desabalada tormenta, e dando aí combate às tribus suas rivais e aos invasores europeus.

AIMBERE, POTÍ, TIBIRIÇÁ, PARAGUASSÚ, PIRAGIBA, ARARIGBOIA, AJURIACABA e outros muitos, são nomes inolvidáveis na história do Brasil e dignos da pena desse grande Bandeirante e Libertador, que é o nosso eminente confrade General Rondon.

As canôas de CUNHAMBEBE inspiravam verdadeiro terror aos lusos, nos primeiros tempos da colonização brasileira, quando os tamoios trafegavam garbosamente nas suas igaras, entre Cabo Frio e Bertioga, em cujas águas chegaram a abordar e tomar à viva força uma fragata portuguesa poderosamente artilhada e guarnecida !

Já em 1531, quando chegava à Baía a expedição de MARTIM AFONSO DE SOUZA, tiveram os portugueses a surpresa de assistir, durante um dia inteiro, a tremendos combates navais entre esquadilhas indígenas — divididas em grupos de mais de cinquenta embarcações cada uma — que se batiam com grande ardor e perícia marinheira.

O Mar e os rios — simultaneamente os seus mais ricos celeiros — eram as estradas de que se utilizavam os nossos aborígenes em seu comércio e na defesa da terra. A mata brava, cerrada e hostil que separava o litoral, do interior do país, concorria para fazer deles os hábeis e intrépidos mareantes, que conhecemos, dando-lhes a “*mentalidade oceânica*” que os caracterizava.



Almirante Teffé

Essa mentalidade herdaram os nossos bravos caboclos da costa — marinheiros sem par pelo imperativo hidrográfico, raça de super-homens “contando a vida pela ampulheta dos heroísmos quotidianos”, levando os seus barcos pelo oceano afóra “lá onde os macaréus se reboçam, lembrando monstros enormes”, sem levar consigo outros aparelhos — senão os que Deus lhes dá — com que vencer as distâncias, medir o tempo, seguir o rumo certo e determinar a sua posição em pleno mar encarneirado pelas brisas frescas do largo...

As atividades marítimas, e particularmente a construção naval, a crescente navegação comercial e a Pesca, representavam assim no Brasil, — diz-nos TEFFE’, com o seu ardente amor pela nossa Terra e pela nossa Gente, — papel relevante nes



primórdios da nossa história, constituindo Escola Naval a céu aberto, Reserva de homens bravos, peritos marujos e profundos conhecedores do nosso litoral, que depois construíram e guarneceram as náus brasileiras, libertadoras do domínio estrangeiro, e nos permitiram assegurar a unidade política e territorial do Império, e criar e desenvolver a nossa Marinha de Guerra, — que chegou a ser a terceira potência naval do Mundo!

\* \* \*

Senhores ! O nosso venerando BARÃO DE TEFFÉ repetia frequentemente que a história naval brasileira é quasi desconhecida entre nós. E poderíamos avançar que pouco, mesmo muito pouco, se sabe, por exemplo, a respeito da Guerra da Independência. O nosso estudioso e incansável confrade LUCAS BOITEUX — o esforçado pesquisador da nossa história, descrevendo brilhantemente as heróicas façanhas marítimas dos baianos, diz assim: “E’ preciso que se note, houve uma guerra da Independência, e seu épico cenário foi a Baía”. Houve, sim, uma longa e sangrenta guerra pela nossa libertação do jugo estrangeiro, na qual pusemos à prova a bravura, a capacidade marinheira e as virtudes cívicas da nossa gente.

O dia 2 de Julho de 1823 é, assim, a verdadeira e gloriosa data da Independência da Pátria, a confirmação efetiva do Grito do Ipiranga, a sagração da Marinha Brasileira, que teve na Baía o seu berço e nos praianos da Itaparica e do Recôncavo os seus primeiros e mais bravos “Imperiais Marinheiros”.

Caindo sobre a poderosa frota lusitana com a nossa incipiente Esquadra, sob o comando de Cockrane em grande parte guarnecida com os nossos intrépidos caboclos baianos e quasi toda ela adquirida por subscrição pública, desbaratámo-la, aprisionámos o seu imenso e rico comboio, desalojámo-la do Maranhão e do Pará e perseguímo-la até às bocas do Tejo, fixando, por essa forma, definitivamente, a nossa independência e a unidade nacional brasileira.

Graças a essa guerra libertadora, Senhores, e ao aparelhamento marítimo que aqui desenvolvem os Patriarcas da nossa Independência e os grandes estadistas do Império, apoiados pelo irresistível sentimento nacionalista dos Brasileiros, pudemos expulsar o estrangeiro dominador, tornar efetiva a nossa soberania e a integridade territorial da antiga colônia portuguesa; impedir, máu grado os navios de oceano — por seu excessivo calado — não serem adequados a uma guerra em águas rasas, a realização dos audaciosos projetos imperialistas dos castelhanos do Rio da Prata, bater os corsários que eles armaram contra o nosso comércio marítimo, sufocar todos os movimentos separatistas que nos ameaçaram, e vencer, por fim, no Paraguai.

\* \* \*

Foi nessa pugna de heróis que se encheu de glórias o Patrono da cadeira que ocupamos neste augusto cenáculo e cuja brilhante biografia vamos rapidamente esboçar:

O ALMIRANTE ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, GRANDE DO IMPÉRIO, BARÃO DE TEFFÉ por serviços relevantes à Pátria na paz e na guerra, era filho legítimo do CONDE FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ e D. JOANA CRISTINA VAN ENGEL D'ALT VON HOONHOLTZ, ela de origem holandesa, e ele prussiano.

O CONDE VON HOONHOLTZ era um distinto oficial do Exército Alemão. Viéra em 1825 contratado pelo Embaixador MARQUÊS DE BARBACENA — Felisberto Caldeira Brant — por ordem do nosso primeiro Imperador, para servir no Exército Brasileiro. Conhecera a sua noiva — D. Juana Cristina van Engel d'Alt, e com ela se casára, ainda a bordo da galera em que longamente velejaram de Amsterdam para o Brasil.

Chegando ao Rio de Janeiro, foi o Conde FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ mandado servir no 27.º Batalhão de Caçadores, aquartelado na Praia Vermelha, partindo

pouco depois para o Sul, onde se distinguiu nas campanhas platinas em que estavamos empenhados.

Esse batalhão seguira por mar diretamente ao Rio Grande, fazendo parte da tropa comandada pelo MARECHAL BROWN; e de seu comportamento na campanha cisplatina dizem dos documentos oficiais especialmente colhidos nos arquivos da nossa História Militar pelo nosso brilhante confrade General TASSO FRAGOSO, constantes da sua excelente obra "*A Batalha do Passo do Rosário*" e confirmados por outros testemunhos igualmente fidedignos.

Na parte oficial dirigida ao MARQUÊS DE BARBACENA, Comandante em Chefe do Exército Brasileiro em operações no Sul, a respeito dessa batalha, o BRIGADEIRO SEBASTIÃO PEREIRA PINTO, Comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão, da qual fazia parte o referido Batalhão de Caçadores, assim textualmente se exprimiu: "A Divisão cumpriu religiosamente o seu dever porém, devo, em abono da razão e da justiça, particularizar a 1.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria, composta dos Batalhões 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup> e 27.<sup>o</sup> alemães, comandados pelo benemérito e valoroso CORONEL LEITÃO. "Esta Brigada, Exm.<sup>o</sup> Senhor, fez prodígios de valor e por isso eu a contemplo digna da consideração de V. Exa. e recomendo com especialidade o referido Coronel, assim como imploro sua alta proteção a favor dos Oficiais, que ele particulariza".

O CORONEL MIRANDA DE BRITO, Quartel Mestre General do Exército, diz: "Continuou o nosso ataque com o maior ardor, sendo notável, ou mesmo inexprimível, o valor dos Batalhões 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup> e 27.<sup>o</sup>, que, apesar de lhes morrer muita gente e muito ferido o bravo e experto Comandante FREIRE, do 4.<sup>o</sup> batalhão, não deixaram de levar a morte e o estrago às fileiras do inimigo". A ação durou oito horas.

O GENERAL CALADO, Comandante da 2.<sup>a</sup> Divisão, diz que as forças tiveram de sustentar contínuo fogo contra os inimigos, que haviam incendiado o posto, sendo todo o campo um vulcão, que os nossos soldados eram obrigados a trilhar".

O MARECHAL DE CAMPO BROW (\*) Chefe do Estado Maior do Exército, teve expressões de vivo elogio à bravura do 27.º Batalhão de Caçadores, por ser “digno de louvor e haver sempre participado das glórias da Brigada Leitão Bandeira”.

Descrevendo essa sangrenta batalha (do Passo do Rosário), disse, enfim, o Marquês de Barbacena a 25 de Fevereiro de 1827, que “os Batalhões de Infantaria fizeram prodígios de valor e a eles se deve salvar-se o Exército na retirada, a despeito da perseguição do inimigo”. A 28 do mesmo mês e ano, diz ainda o Comandante do Exército Brasileiro naquela campanha: “A primeira Brigada de Infantaria, composta dos Batalhões 3.º, 4.º e 27.º, a baioneta calada, fez retirar-se a primeira linha inimiga; e quando foi carregada por numerosa cavalaria, retirou-se formada em quadrado por batalhões, causando o maior estrago aos seus lanceiros, tendo sido, por isso, promovidos seus oficiais”. Desses, um dos mais bravos, ali lanceado e queimado no incêndio ateado ao campo pelo inimigo, foi exatamente o Conde FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ, pai do nosso venerando Patrono.

Em 1830 esse distinto Oficial e nobre titular deixou o Serviço Militar Brasileiro, indo residir modestissimamente com a sua família, na povoação de Itaguaí, na então Província do Rio de Janeiro, onde, a 9 de Maio de 1837, nasceu o futuro ALMIRANTE BARÃO DE TEFFÉ, que não chegou a gozar dos carinhos paternos, por ter, antes do seu nascimento, falecido o CONDE FREDERICO GUILHERME, em consequência dos ferimentos recebidos em defesa do Brasil na batalha do Passo do Rosário.

Sua esposa, D. JUANA CRISTINA VAN ENGEL D'ALT VON HOONHOLTZ, não quis regressar à Europa. Preferiu ficar em nosso País, que ela e seu marido muito amavam. Mudou-se para o Rio de Janeiro, para encaminhar ANTÔNIO

(\*) GUSTAVO HENRIQUE BROWN — era Coronel do Exército Britânico e Marechal de Campo, Refermado, do Exército de Portugal, quando contratado a 12 de Maio de 1826 para servir no Exército Brasileiro. Foi Chefe do Estado Maior do Exército e seu Comandante em Chefe de 1 de Junho de 1827 a 2 de Janeiro de 1828. Faleceu na Europa em 28 de Maio de 1859.

LUIZ na Marinha do Brasil, que, neta de Almirantes, e por vontade expressa de seu falecido esposo, reservava para seu filho, que também manifestara ardente pendor por essa carreira.

\* \* \*

ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ matriculou-se na Academia de Marinha a 25 de Janeiro de 1852, alcançando rapidamente lugar distinto entre os seus companheiros.

Há nessa fase de sua vida uma nota curiosa: foi seu companheiro de turma um irmão de Solano Lopes, de nome Benigno, que o ditador destinava, no seu plano de conquista, a “Almirante dos mares do Sul”; muita vez von Hoonholtz o levou a passeio no seu carro particular, notando, a contra gosto, que o jovem paraguaião, acompanhado de um ajudante de ordens, preferia visitar as nossas praças de guerra. Esse assunto consta de um capítulo do interessante romance histórico do brilhante escritor — nosso querido colega e amigo GASTÃO PENALVA — “A Tecedeira de Nhanduti”.

Promovido a Guarda Marinha, após um curso brilhante, é, em 1854, como prêmio, mandado embarcar no vapor “Camacuan”, da Esquadra, forte de 19 unidades, enviada em missão especial ao Paraguai, sob o comando do Almirante PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA. Segundo Tenente, é passado, em 1858, para a Corveta “Baiana”, como professor de Hidrografia, dos Guardas-Marinha em larga viagem de instrução ao Pacífico. Em 1865, já 1.º Tenente, segue para o Rio da Prata, onde embarca na Esquadra de Tamandaré e toma parte saliente na campanha do Paraguai. Comanda ali a canhoneira “Araguari”, na Divisão avançada sob o comando do Chefe Barroso. Figura de modo notável no bombardeio de Corrientes. A 11 de Junho do mesmo ano teve brilhante atuação no combate naval de Riachuelo, dando mostras de grande coragem, perícia e sangue frio. Admirável de entusiasmo patriótico e bravura, revela então na “Araguari” qualidades de comando, extraordinárias em um jovem oficial. Foi um leão

naquela encarniçada batalha, finda a qual, persegue e castiga duramente os restos da força naval de Mesa, em fuga rio acima, havendo nessa mesma noite arrancado de sob as baterias inimigas quatro chatas paraguaias, artilhadas com canhões de 66.

A 13 e 14 do mesmo mês, bateu-se de novo. Sob o fogo das barrancas de Riachuelo, desmonta a artilharia do "Jequitinhonha" e do "Paraguai", encalhados e incendiados em frente às baterias de Bruguês. Forçou depois galhardamente as fortificações de Mercêdes e, sob o fogo dos seus canhões, desmontou as máquinas do vapor "Marquês de Olinda", ali encalhado pelo inimigo, e o incendiou. Dias mais tarde, deu caça ao vapor "*Piraquera*", fê-lo encalhar e, após terrível abordagem, aprisionou-o, conseguindo, ainda, bravamente, desencalhá-lo e conduzi-lo com a nossa bandeira para a nossa esquadra. Com *Jaceguai*, *Cunha Couto* e o *Prático Fernando Etchebarne*, fez *Teffé* o reconhecimento da Lagôa Pires, sempre duramente hostilizado pelo inimigo. Forçou as baterias de Cuevas. Dirigiu, depois, em Março de 1866, a Comissão exploradora do Passo da Pátria, trabalhando, sob o vivo fogo do forte Itapirú, serviço que foi considerado "relevante e digno de louvor".

Após dois anos de incessante e cruenta campanha, trouxe para o Rio a sua heróica "*Araguari*", crivada de balas para aquí sofrer os necessários reparos, navegando em conserva com a gloriosa Corveta "*Amazonas*", igualmente carecedora de grandes obras.

\* \* \*

A festiva e entusiástica recepção com que o povo Carioca acolheu os heróis da Batalha Naval do Riachuelo, quando da sua chegada ao Rio de Janeiro, permitiu ao bravo Comandante da "*Araguari*", em baile que lhe foi oferecido no Casino Fluminense, hoje Automovel Club, o conhecimento da formosa e prendada Senhorinha MARIA LUISA DODSWORTH, brilhante ornamento da nossa Sociedade, de quem profundamente

se enamorou e com a qual, aproveitando a sua curta permanência no Rio de Janeiro, pouco depois casou.

Essa Senhora — mais tarde BARONEZA DE TEFFÉ — era a filha mais moça de JORGE JOHN DODSWORTH, homem inteligente, culto e operoso, originário da Escóssia, que, depois da nossa Independência, se fixara no Rio de Janeiro. Aquí constituiu família, deixando prole numerosa e ilustre. Não olvidando os seus deveres militares, nem querendo esquivar-se aos perigos da guerra, regressa Teffé ao Paraguai, a seu próprio pedido, apenas um mês depois de casado, assumindo alí o comando do encouraçado “Baía” e entrando logo em ação. Teffé, bravo e impetuoso guerreiro, era ao mesmo tempo, um poeta sentimental. Ao despedir-se de sua jovem Esposa, que ele amava apaixonadamente, atribuem-lhe este belo soneto, que fez época na Marinha, na sociedade e nos meios intelectuais da capital do Império naquela ocasião:

### *D E S P E D I D A*

“Eu sei que é grande a dor que se padece  
“No momento cruel da despedida,  
“Em que se aperta a mão estremeçada  
“Do Ser que s’idolatra e não se esquece.

“Mas que o meu coração tanto sofresse  
“Ao dizer-te um adeus, Mulher querida,  
“Jamais sonhou minh’alma, hoje partida  
“Da mais pungente dor que se conhece.

“Dessa mágua que o peito humano sente  
“Quando nem mais uma esperança resta  
“Para afagar-lhe o coração descrente,

“De onde evadiu-se a ilusão doirada  
“Como as pombas bravias da floresta  
“Aos primeiros clarões da madrugada...

\* \* \*

A defesa da Pátria absorve, no entretanto, inteiramente, o nosso Patrono. Não se poupa a trabalhos, riscos e perigos. Enfrenta denodadamente em pleno dia as baterias do Timbó e Tebiquarí, forçando-lhes as estreitas e perigosas passagens, afrontando heroicamente as linhas de torpedos e rompendo com o ariete do "Baía" as grossas correntes atravessadas de um lado e outro, no rio. Perde em Tebiquarí o práctico REPETO e dois homens do leme, que junto a ele se achavam no passadiço, escapando miraculosamente da morte. Zombou da fúria inimiga. Cobriu ali de glórias a Marinha do Brasil; tudo venceu nessa épica passagem. Foi aí promovido por atos de distinta bravura. Não sabemos, Senhores, de nenhum RUITER, NELSON, FARRAGUT, JEAN BART, ou outro qualquer grande protótipo de clássica intrepidez, nas grandes pugnas navais que glorificaram as mais célebres marinhas do Mundo, que haja cometido feitos mais brilhantes nem com maior perícia militar.

Em toda a guerra, foi Teffé um verdadeiro herói, cheio de ardor patriótico, de coragem, de saber, de iniciativa.

Homem de cultura profunda e poliforme, falava diversas línguas e era dotado de uma bela inteligência e fina distinção. Astrônomo, hidrógrafo, geógrafo, marinheiro, homem de ciências e letras, filósofo, crítico, orador e polemista, deu por toda parte — no Brasil e no estrangeiro — as provas mais eloquentes do seu alto valor. Publicou obras científicas e literárias, que a crítica elogiou. Levantou plantas de costas, portos, rios e canais e explorou estradas no Brasil e no Paraguai, com perícia e denodo — muitas vezes com grande risco de vida, sob o fogo cerrado das baterias inimigas. D. PEDRO II, TAMANDARÉ, CAXIAS, OSORIO, MITRE, BARROSO, INHAUMA, OURO PRETO, RIO BRANCO, RODRIGUES ALVES e ALEXANDRINO, foram seus grandes admiradores e amigos.

Historiador emérito, escreveu uma obra interessantíssima sobre "Os primeiros navegadores do Amazonas" e outra não



menos valiosa sobre “As explorações de Pedro Teixeira no rio Mar”. Era membro da Academia de Ciências de Paris, Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e um dos fundadores e Sócio Benemérito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foi o primeiro a estudar, à luz da ciência oceanográfica e da hidrografia, os bancos de coral do atoll das Rocas, os Abrólhos, e vários outros trechos da costa Norte e Sul do Brasil. Chefiou a nossa Comissão de limites com o Perú, investindo o Amazonas até o Pongo de Monseriche, naquele País. Subiu os rios Negro e Japurá até às corredeiras à vista dos Andes, e o Apaporis, o Madeira, o Jutai e parte do Juruá. Explorou o Javari até às suas vertentes, levantando minuciosos mapas, vencendo consideráveis distâncias e sofrendo inenarráveis dificuldades, inclusive as do clima de inhóspitas regiões e as oferecidas pelas tribus selvagens hostis ali dominantes. Publicou interessantes trabalhos sobre “a América pre-histórica” e “a exploração do Amazonas”, trabalhos erúditos que lhe abriram as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como lhe franquearam as do Instituto de França, do qual era Teffé o único membro brasileiro, além de D. Pedro II.

O seu grande mapa do rio Javari, desde 6° 12', até às suas nascentes principais em 7° 01' de latitude Norte, onde foi fincado o marco dos nossos limites com o Perú, grangeou-lhe duas medalhas de ouro — uma na exposição de Paris de 1889, e outra, a medalha de Mérito Científico, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Fez interessantes estudos dos portos de S. Luiz do Maranhão, Paranaguá e Antonina. Destruiu uma lage submarina que dificultava a navegação na barra de Santos. Criou, a 2 de Fevereiro de 1877, e por vários anos dirigiu com brilho excepcional, a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha; e iniciou em 1877 a organização, no mesmo Ministério, dos Serviços de Meteorologia no Brasil. Observou em S. Thomaz — nas Antilhas — a passagem de Venus pelo disco solar; desobstruiu a barra de Cabo Frio, lagôa de Ararua-

ma, e, por ordem especial do Governo, estudou em 1880, a conservação e saneamento da Lagôa Rodrigo de Freitas, empreza de grande repercussão no litoral brasileiro, e a respeito da qual pouco nos deteremos para nos não alongarmos demasiadamente.

\* \* \*

A missão neste particular, confiada ao Almirante TEFFÉ pelo Governo Imperial, constituia relevante matéria, que já preocupava, desde muitos anos, os homens de Estado do Brasil e cientistas de todo o Mundo. Com a sua sólida cultura e especialmente pelos seus conhecimentos oceanográficos, ele deu a esse problema a conveniente solução.

A questão era a seguinte: As areias incessantemente atiradas pelo mar sobre a costa, fecharam inteiramente a lagôa, cujas águas não podiam mais ser renovadas pelas marés; assim isoladas do mar e atingidas pelos riachos e esgotos pluviais da cidade, essas águas diminuiam rapidamente a sua salinidade, tornando impossível em seu seio a vida dos animais e plantas marinhas, que alí abundavam e cuja putrefação fez em breve insuportavel e insalubre o clima em toda aquela zona.

TEFFÉ suggerira então a construção de uma comporta que dêsse entrada à água do mar nas enchentes e que, fechada na vasante e novamente aberta nas baixas marés, permitisse dar um forte esguicho sobre as areias alí amontoadas, afastando-as da praia e atirando-as por fim na corrente que passa por fóra, na costa — restabelecendo assim a comunicação da lagôa com o oceano.

A esse respeito vos referirei ainda — incidentemente — como prova do acerto dos conceitos emitidos pelo BARÃO DE TEFFÉ, a propósito do caso da Lagôa Rodrigo de Freitas, o que, "*a margem de Martin Garcia y la jurisdicion del Plata*", de AGUSTIN VEDIA, illustre escritor argentino, há pouco falecido, escreveu o nosso sempre saudoso EUCLIDES DA

CUNHA: “*O Prata — diz ele — é uma ilusão geográfica que a pouco e pouco se apaga. Mais claramente: um estuário a extinguir-se nas derradeiras fases da evolução de um rio*”...

E’, como se vê, *uma fatalidade física, tangível, apavorante, crescente.*

E entre as linhas que conjeturas tão sombrias apresentam, se poderiam inserir as comovidas expressões de DOMINGOS SARMIENTO, escritas há 50 anos: “*El Rio de la Plata se embanca rapidamente em toda su extensión y em pocos siglos más Buenos Aires dejará de ser puerto*”.

Baseado nessas razões, demonstrara TEFFÉ, a tendência das praias brasileiras para serem lentamente aterradas pelas areias sobre elas atiradas pelo mar, do Orenoco ao Chuí, — em consequência do movimento de rotação da Terra. Retirada essa fatalidade hidrográfica em nosso litoral, a força das águas despejadas no Oceano pelos rios caudalosos, ribeiros empolados e baías e lagôas, que aí se lançam, empuxando essas areias para o largo. Infelizmente, desprezamos as advertências do grande brasileiro e inconscientemente ajudamos a inutilizar as costas privilegiadas do nosso Brasil, deixando construir *currais* e outros aparelhos fixos de pesca em todo o litoral, e principalmente lançar imensos aterros na Guanabara, cujos rios — abandonados como terra de ninguém — estão hoje todos obstruídos pelas “cercadas”, causando isso profunda alteração no regime das águas da formosa baía, já agora sem bastante força na vasante para rechazar as areias que o mar incessantemente atira sobre a costa, ameaçando fechar a linda barra do Rio de Janeiro com os bancos que aí se vão lentamente formando.

Deixemos, porém, esse grave assunto, sábia e largamente estudado pelo nosso erudito Almirante, e voltemos a entoar hinos à sua glória, sob outros aspectos, não menos interessantes:

A Comissão de limites com o Perú, chefiada pelo nosso emérito Patrono — pelos resultados que colheu e pelos penosos trabalhos, e perigos que sofreram os que nela tomaram

parte, teve grande repercussão no País, recebendo o saudoso brasileiro nessa ocasião, como prêmio, o título de **BARÃO DE TEFFÉ**

\* \* \*

Senhores!

Procurando fielmente documentar-nos, com elementos que nos dessem um perfeito conhecimento da interessante biografia do nosso compatriota, neste particular, tivemos a fortuna de encontrar no Ministério do Exterior o distinto e operoso Coronel **RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA**, que exerce com brilho invulgar no Itamaratí a importante função de Conselheiro Técnico da nossa Chancelaria.

Graças à sua bondade e fidalguia, dele obtivemos as notas desejadas — extratos da Memória “Demarcações da linha Apaporis-Tabatinga”, apresentada por esse brilhante Camarada ao 9.º Congresso de Geografia, reunido em Florianópolis em Setembro de 1940; Memória que diz perfeitamente do valor real dos serviços prestados ao Brasil pelo **BARÃO DE TEFFÉ** na Comissão de Limites com o Perú, à qual o nosso venerando Patrono longamente se entregou — sem quaisquer restrições de riscos, trabalhos, e sacrifícios, por amor ao Brasil.

Dessas informações conclue-se que: “Duas questões delicadas, tiveram de enfrentar as Comissões Mixtas encarregadas de executar a Convenção de Limites entre o Brasil e o Perú, assinada em Lima, a 23 de Outubro de 1851: a determinação da nascente principal do rio Javari e a fixação, no terreno, da linha geodésica Apaporis-Tabatinga.

Foram grandes as dificuldades com que lutou o Comissário brasileiro, Capitão-Tenente **JOSÉ DA COSTA AZEVEDO**, futuro **BARÃO DE LADÁRIO**, para constituir a primeira Comissão Mixta e encetar a demarcação. Nomeado em começo de 1861, não conseguiu reuni-la devido à contínua esquivança dos peruanos. Em 3 de Julho de 1864, o Governo Imperial, cansado de esperar, resolveu dissolver a Comissão

brasileira, para de novo reorganizá-la em 1865, com o mesmo chefe. Finalmente, conseguia COSTA AZEVEDO, a 15 de Setembro, constituir a Comissão Mixta, da qual fazia parte como Commissário do Perú, o General D. FRANCISCO CAR-RASCO.

Surgiram, ainda, várias dúvidas que embaraçaram o pro-seguimento dos trabalhos.

Resolvidas, porém, essas questões, de acordo com a opi-nião do Commissário brasileiro e vencidas as dificuldades de trans-porte, pôde finalmente a Comissão Mixta partir de Belém, para Tabatinga, a 2 de Maio de 1866 e a 28 de Julho do mesmo ano colocar marcos provisórios de madeira, na boca e na vertente do igarapé Santo Antônio, ponto escolhido para o início da li-nha geodésica no insignificante afluente do rio das Amazonas, situado um pouco ao Norte da fortaleza e da povoação de Taba-tinga. Não prosseguiram, todavia, os trabalhos de demarcação.

E' conhecido o malogro da expedição ao Javará, onde no ataque pelos índios, a 10 de Outubro de 1866, perdeu a vida o Capitão Tenente JOÃO SOARES PINTO e ficou gravemente fe-rido, numa perna, o representante do Perú, MANOEL ROLDAN Y PAZ SOLDAN. Este desastre ocasionou a suspensão dos tra-balhos e a partida para Lima da Comissão peruana.

Não permaneceu, porem, inativa a Comissão brasileira; aproveitou o tempo, em que esperava a volta da Comissão perua-na, para corrigir a carta do Japurá, levantada no primeiro pe-ríodo, e executou outros levantamentos topográficos importantes. Em 1.º de Março de 1868, conforme instruções do seu Govêrno, Costa Azevedo colocou o marco provisório que assinalava a in-tersecção da geodésica com o Içá e a 18 de Maio o do seu encon-tro com a margem direita do Japurá, em frente à boca do Apa-poris, ficando a inauguração definitiva dependente de verifica-ção por parte da Comissão peruana. Pouco tempo depois recebeu COSTA AZEVEDO comunicação da sua exoneração, por decreto de 9 de Maio de 1868, e ficavam de novo suspensos os trabalhos da Comissão.

\* \* \*

Em 31 de Dezembro de 1870, foi nomeado o CAPITÃO DE FRAGATA ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, depois BARÃO DE TEFPE', Commissário por parte do Brasil; e a 23 de Outubro do ano seguinte, achando-se no Rio de Janeiro a Comissão peruana, já agora chefiada por PAZ SOLDAN, seguiram para Belém, a bordo do "MARCILIO DIAS", posto à sua disposição pelo Governo Imperial.

"A 25 de Agosto de 1872, a Comissão Mixta inaugurou o marco da margem direita do Japurá, no ponto onde julgou passar a geodésica, e, devido ao falecimento de PAZ SOLDAN, regressou à Manaus afim de aguardar o seu substituto.

"Nomeado Commissário, pelo Perú, o CAPITÃO DE FRAGATA D. GUILHERME BLACK, poudo a Comissão Mixta *proseguir os seus trabalos e colocar, a 26 de Julho de 1873, o marco de interseção da geodésica na margem direita do rio Içá ou Putumaio, e, quatro dias depois, o da margem esquerda, um pouco abaixo de Sta. Clara.* Nessa ocasião verificou que a linha, tal como fora traçada, cortava duas vezes o rio, o que deu lugar ao Acordo para permutação de Territórios entre os dois países, assinado em Lima a 11 de Fevereiro de 1874, seguindo o limite pelo álveo do Içá".

Em Março de 1874, demarcada no terreno a linha divisória, deu TEFPE', por finda a sua missão.

Em 24 de Março de 1922 assinou o Perú com a Colombia um Tratado de Limites, em virtude do qual passára esta república a confinar com o Brasil naquela região.

Nessa ocasião, como o Perú creasse assim uma nova questão de limites conosco, o Brasil apresentou-lhe amistosas reservas apelando os três países para o Governo de Washington, como medianeiro, sendo lavrada uma Ata pela qual a Colômbia se comprometeu a accitar como limites a linha Apaporis-Tabatinga.

Como consequência da *Ata de Washington*, os Governos brasileiro e colombiano assinaram no Rio de Janeiro, a 15 de Novembro de 1928, um Tratado de Limites e Navegação Fluvial, cujo artigo 1.º declarou: "A fronteira entre o Brasil e a Colômbia a partir da desembocadura do rio Apaporis, no Rio Japurá ou Caquetá, termo da linha estipulada no Tratado de 24 de Abril de 1907, será uma linha reta que, partindo da dita desembocadura, vá encontrar a povoação brasileira de TABATINGA, na margem esquerda do Amazonas".

Por troca de notas, em Bogotá, a 7 e 12 de Março de 1930, foi concluído o Acordo relativo às instruções para a demarcação da fronteira entre os dois países; e assim, pela 3.ª vez, teve a linha Apaporis-Tabatinga de ser fixada no terreno. Para dar execução aos Tratados de 24 de Abril de 1907, e de 15 de Novembro de 1928 foi organizada a 30 de Abril de 1930, a Comissão chefiada pelo Coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, que brilhantemente se desincumbiu dessa importante Missão, merecendo elogios do Governo e a gratidão nacional.

\* \* \*

Como acabamos de vêr, essa linha foi assim sucessivamente demarcada: a primeira vez, pela Comissão de 1865-68, (COSTA AZEVEDO); a segunda, pela Comissão de 1871-75 (TEFFÉ); a terceira, pela Comissão de 1930-33, (RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA). Como essas linhas não coincidiram entre si, convem examinar as razões das divergências entre os trabalhos das três comissões, todas desejosas e capazes de acertar.

Devemos desde logo salientar que as duas primeiras comissões dispunham de meios muito precários para a determinação das longitudes; os seus aparelhos não eram tão aperfeiçoados, nem os métodos de observação tão simples e tão precisos como os de que dispomos hoje.

Basta dizer que naquela época a longitude do Observatório do Rio de Janeiro era mal conhecida. Sob a determinação feita

pelo telegrafo por Green e Davis (Comissão Americana) permitiu mais tarde — em 1880 — conhecer o seu verdadeiro valor.

Completando essas informações e outras que pessoalmente nos proporcionou, mostrando-nos cartas da zona em apreço, o amavel Coronel RENATO levou a sua bondade a ponto de dirigir-nos uma carta, da qual reproduzimos aqui alguns trechos:

“Pelas ligeiras notas que lhe dei, pode o Amigo fazer idéia da atuação do BARÃO DE TEFFÉ como demarcador dos nossos limites com o Perú.

“Na apreciação dos resultados obtidos por aquele ilustre brasileiro, é preciso levar em conta a época em que ele operou, os precários recursos técnicos de que dispoz e as vicissitudes que sofreu com a calma e a coragem peculiares ao bravo Comandante da Araguari.

“A Comissão anterior, dirigida pelo BARÃO DE LADÁRIO, sofreu grande revez no rio Javari, de onde foi obrigada a regressar, antes de atingir sua cabeceira principal, em virtude de um ataque inesperado, pelos índios, no qual pereceu o CAPITÃO-TENENTE SOARES PINTO; e PAZ SOLDAM perdeu uma perna, falecendo em 1872.

“Nesse mesmo rio, ao dar por finda, em Março de 1874, a sua demarcação, perdeu o BARÃO DE TEFFÉ o seu irmão CARLOS GUILHERME VON HOONHOLTZ, secretário da Comissão brasileira.

“Cito apenas os mortos ilustres, pois isto basta para se formar opinião dos perigos que enfrentou a Comissão Mixta de 1870-74 e da coragem e dedicação com que serviram aos seus países, o BARÃO DE TEFFÉ, representante do Brasil, e PAZ SOLDAN e GUILHERME BLACK, representantes do Perú”.

\* \* \*

Colhido esse valioso depoimento, podemos concluir o estudo da biografia do nosso hebemérito compatriota e ilustre Patrono da cadeira que ocupamos neste Instituto.



Todas as tarefas que foram atribuídas pelo Governo Imperial ao BARÃO DE TEFFÉ, ele sempre as desempenhou brilhantemente, muitíssimas vezes com o risco da própria vida, pondo em evidência o seu valor pessoal, o seu apaixonado patriotismo e o seu nobre caráter. Auxiliado por CALHEIROS DA GRAÇA E ÍNDIO DO BRASIL em muitos desses trabalhos e no Congresso Internacional de Ciências Geográficas de Paris, em 1889, deu a essas missões um relevo extraordinário, sendo igualmente notável a sua participação no Congresso Aeronáutico, ali reunido no mesmo ano, onde mostrou o papel do Brasil nas conquistas do ar, como “berço da ciência aeronáutica”. Tomou parte, antes, de modo distinto, no Congresso Geográfico Internacional de Salzburgo, em 1888.

Não foi menos notável a atuação do ilustre Almirante na diplomacia, onde figurou com a sua alta distinção postos que ocupou de Ministro do Brasil em Bruxelas, Roma e Viena.

Nas letras, ele aparece com interessantes produções — romances marítimos — que a crítica considerou de apreciável valor. Além dos versos que escreveu, um dos quais acabo de vos recitar, publicou vários trabalhos que mereceram elogiosas referências na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em Maio de 1937, centenário do nascimento do seu inolvidável fundador e Sócio Benemérito, pondo em relevo o belo e infatigável espírito que foi o insigne Almirante BARÃO DE TEFFÉ, cujos feitos foram, pela mesma data, igualmente glorificados em notável conferência proferida no Instituto Histórico. O ilustre Almirante — que “nunca desmereceu no conceito dos seus concidadãos porque tudo fazia com os olhos voltados para a imagem da Pátria”, conservava inéditos — cartas hidrográficas, mapas de operações, as suas memórias e muitos outros documentos e trabalhos de grande interesse para a Ciência e para o Brasil, constantes da preciosa herança que foi por ele legada aos seus filhos, que certamente entregarão essas preciosidades aos arquivos militares da República deste Instituto, ou do Itamarati, para que se não percam tão altas demonstrações do seu valor.

\* \* \*

TEFFÉ era um homem física e moralmente elegante; distinto, sereno, boníssimo, de encantadora personalidade; um verdadeiro Varão de Plutarcho, digno da maior veneração. Por espírito nacionalista, e não obstante a glória dos seus antepassados e a veneração que tinha pelos seus Pais, deu à sua família exclusivamente o nome de TEFFÉ — bem brasileiro.

Com o peito coberto das mais altas condecorações nacionais e estrangeiras e cheio de títulos que o recomendavam à gratidão, à estima e ao respeito dos seus compatriotas, foi ainda no fim da sua vida, Senador da República, e em toda a sua existência o constante exemplo do mais nobre caráter e da fidalguia, cultura e fina distinção, que sempre foram os apanágios da nossa velha e gloriosa Marinha.

Longo seria entrar em todos os detalhes da sua vida acrisolada e brilhante, analisando as suas excelsas virtudes e todos os grandes serviços por ele prestados ao Brasil na paz e na guerra, como quasi tudo registra a sua rica fé de ofício, que aqui juntamos, para os arquivos deste Instituto.

Ao abeirar-se do centenário, era notavel a rijeza do seu porte senhoril, arcabouçando singular espiritualidade. Viveu quasi um século, dando setenta e nove anos de sua magnifica existência ao amor e dedicação por tudo quanto de nobilitante e dignificador se plasmava em consolidação da Nacionalidade. Faleceu com 94 anos de idade, na cidade de Petropolis, a 8 de Fevereiro de 1931, encerrando uma existência cheia de refulgente gloria para a Nação Brasileira. A seu respeito disse o periodista patricio, SR. PAULO FILHO, brilhante Diretor do "Correio da Manhã":

*“A vida do Barão foi longa e devotada ao seu país. E’ um desses homens cuja biografia se lê com encantamento. Exaltá-la é ter a certeza de um Brasil heróico e conquistador em mais de meio século de Monarquia, limpando as margens do Prata do caudilhismo ululante e sem*

*nobreza que as assolava; dilatando, retificando, fixando as nossas fronteiras, geradoras de aborrecimentos e prevenções com as Repúblicas vizinhas”.*

Senhores! Focalizando a vida e a obra do Almirante ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, BARÃO DE TEFFÉ, heróico comandante do *Araguari* na inolvidável batalha naval do Riachuelo e rendendo ao ínclito marinheiro as nossas respeitadas homenagens, não há como fugir à forte impressão que nos desperta a lembrança do que de homérico e grandioso se passou nos navios da nossa Força Naval no Rio Paraguai, a 11 de Junho de 1865 — principalmente o alto espírito cívico, o ardor patriótico, a firme determinação, o entusiasmo, a fé, a insuperável valentia que indissoluvel e fraternalmente, unia, como bons brasileiros, soldados e marinheiros na Divisão Naval de Barroso — cujos navios tinham os seus efetivos completados pela brigada do bravo General Bruce — juntos derramando seu sangue, e vida e tudo sacrificando pela glória do Brasil.

GREENHALG e PEDRO AFONSO, MARCÍLIO DIAS e ANDRADE MAIA, LIMA BARROS e ALVES PACHECO, OLIVEIRA PIMENTEL e MELO LOUREIRO — e muitos outros do Exército e da Marinha, que, unidos, heroicamente morreram, tinham no coração o lema que fulgura nas torres das nossas belonaves: “TUDO PELA PÁTRIA!”

Seja para eles e pela eterna e fraternal união e sincera amizade do Exército e da Marinha, — hoje mais que nunca necessária, — em perfeita cooperação pelo bem do Brasil, o pensamento que nos anima e nos enche de emoção ao fazermos o elogio do nosso venerável Patrono, o ínclito Almirante que teve sob seu comando Soldados de Caxias e Marinheiros de Tamandaré. Ele também os amava e os viu confundirem o seu sangue e juntos darem galhardamente a vida em holocausto no altar da Pátria, a bordo dos navios da Esquadra Brasileira, na Batalha Naval do Riachuelo, nos forçamentos de Humaitá e outros passos

poderosamente fortificados e defendidos por torpedos e correntes, em toda aquela inolvidavel Campanha.

Glorificar os heróis é engrandecer a Nação, que eles puseram acima de tudo na vida.

E' o que fazemos, hoje, honrando aqui a magnífica memoria do Almirante ANTONIO LUIZ VON HOONHOLTZ, BARÃO DE TEFÉ, nosso eminente Patrono neste Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

## Fala o Major Jonathas de Moraes Correia

Debatedor da Conferência

do Cap. de Mar e Guerra FREDERICO VILLAR

Minhas Senhoras:

Senhores:

Foi Carlyle quem escreveu que a biografia dos grandes homens é a própria história da humanidade.

Realmente, ouvindo, como acabamos de ouvir o elogio histórico do Barão de Tefé, compreendemos a verdade afirmada pelo grande historiador inglês. A existência do bravo almirante, nos põe em contato direto com fatos da vida nacional e os explica de maneira singular. Ele os viveu, ele foi de muitos o protagonista e de outros participante.

E' Carlos Maul, quem nos adverte que "os vultos que resumem no que fizeram o mérito das nacionalidades, crescem em nossa memória através a visão dos fixadores de sua personalidade".

E, assim, quando o fixador dos aspectos de uma grande vida é um espírito sugestivo como o do comandante Frederico Villar, o vulto por ele estudado nos aparece, com toda a força de seus serviços à Pátria.

Homem de talento e de cultura, estilista vigoroso e eloquente, o comandante Villar viveu a própria vida do seu biografado e nos transmite as suas impressões, dando-nos, por igual, as conclusões de suas próprias observações.

A vida do Barão de Teffé é um ensinamento e um exemplo. Jovem ainda, vemo-lo, homem de ação e de estudo, cientista e marinheiro. Não se limitou a defender a Pátria, apenas, com a espada famosa. Também o teodolito lhe foi arma, com que a protegeu.

Nos confins do Brasil, nas paragens deslumbrantes do grande Amazonas, onde a mais opulenta das terras está a desafiar a energia e o trabalho dos brasileiros, Teffé, nas nossas extremas com o Perú, foi, — sem se intimidar, com os penosos sacrifícios que o aguardavam — determinar a nossa verdadeira posição geográfica, com relação àquele País. Dizer o que é o trabalho de um demarcador; descrever os tropeços de toda a ordem que se antepõem à sua marcha; narrar as peripécias de todos os dias; o sofrimento de todos os instantes; em luta permanente contra os elementos e as moléstias, vadeando rios, galgando montanhas, enfrentando cachoeiras e, por vezes, o indígena feroz, é tarefa que desafia a imaginação e até inverídica nos parece. Tal, porém, não se dá. E' rude, mas é real.

E se nos tempos atuais a missão é tão árdua, o que não seria em 1870? Que de padecimentos, não foi vítima o insigne Barão?

Imaginemo-lo, tão somente, e resta a nós o orgulho, como a ele o conforto, de ter prestado à sua Pátria, um trabalho de tal monta, que a Monarquia, premiando-lhe o feito, deu-lhe o Baronato com o nome de um dos afluentes daquele Rio que fez Arinos exclamar: “Que maior maravilha que o nosso Rio-Mar produziu a natureza? Que mais grave matéria para as cogitações dos sábios, do que é o novo Briareu de cem braços e cinquenta cabeças, a pugnar, como no mito grego, contra Neptuno, arrancado as neves dos Andes para formar um dique às vagas do Atlântico?”

Terminada a missão volta, Teffé, à Côrte, e não interrompe o desdobramento de sua personalidade poliforme. E' o diplomata, o professor, o escritor, e como vimos, o poeta, meigo e inspirado num amor, que foi toda a beleza sentimental de sua vida.

Onde, porém, ele se nos afigura, mais brasileiro, mais varonil, é no passado da sua "Araguari", é em Riachuelo, é na guerra contra o Paraguái.

A política imperial, na América, sempre foi orientada de modo a não causar aos nossos vizinhos, nenhuma apreensão quanto aos nossos designios. Nunca tivemos ou deixamos antever desejos de hegemonia. Infelizmente, as nossas atitudes claras e altamente definidas, por vezes, não foram compreendidas.

A guerra de 1811, e posteriormente a de 1816/1820 nas quais, aparecemos excitados, um pouco, pelo desejo de conquistarmos a Banda Oriental, não são campanhas que possam dar direito a que se forme um juizo absoluto sob a orientação política de um País. Preciso é que se analisem as causas, e como e porque nos envolvemos na contenda. A verdade é que as marchas de Diogo de Souza e de Lecor, desarticulando os planos de Artigas, bem serviram à paz do Continente. O tratado de Tordeillas, além de Laguna, em Santa Catarina, era para o Brasil, uma muralha chinesa.

Entre aquela cidade e Buenos Aires, a terra estava devoluta, apenas habitada pelas feras e indios. O Rio Grande deserto. E nas Missões, os Jesuitas chegavam e se instalavam.

O bandeirante afoito, não se conformou com o meridiano riscado pelo Papa e resolveu afastá-lo com a ponta de sua lança. Surgiram então os primeiros incidentes de fronteira, entre espanhóis e portugueses. Era, na América, a revivecência natural, das lutas das metrópoles.

Quando, D. João VI, chegou ao Brasil, e fundou o novo Reino, D. José Gervásio de Artigas, surge, no Prata, e vai ser o grande adversário do monarca português.

O real esposo de Carlota Joaquina sentia a necessidade de pacificar os nossos vizinhos do Sul, anárquicos e agressivos, e apesar disto só depois do apelo de Elio, governador de Monte-

vidéu, foi que resolveu socorrê-lo, indo, assim, combater os gauchos de Artigas. Era simplesmente uma ação de polícia e, esta, reclamada.

Novamente, em 1816, pegámos em armas e, em 1820, vencendo os amotinados do Uruguai, passou este País a ser a nossa Província Cisplatina.

E tão lógica foi a nossa atitude que Lecor entrou, em Montevideu, recebido festivamente pela população e debaixo de um pálido, "ao repique dos sinos que anunciavam o Te-Deum".

E por que o Brasil foi levado a esta campanha? Artigas, queria formar uma grande República Democrática Federal, e nela incluira o Rio Grande do Sul...

Teria o Rei, a faculdade de, para fugir à guerra, consentir que fosse retalhado o território nacional? Claro que não.

As operações militares de 1825, nos foram ditadas pelo Governo argentino, desde que, o "Congresso de Buenos Aires, em 25 de outubro de 1825, proclamou a Banda Oriental reintegrada no seio das Províncias Unidas do Prata". Como consequência da luta tornou-se o Uruguai, nação independente. Em 1852, somos ainda forçados a guerrear e, desta vez, contra Rosas, e aliados a argentinos e uruguaio. Onde, o espírito conquistador do Brasil? Onde, a idéia de hegemonia orientando a política brasileira? E poderíamos se quiséssemos proceder como nos julgavam os nossos vizinhos, pois em todas as ocasiões a sorte das armas nos foi favorável e ganhamos batalhas decisivas, e estas "decidem da sorte dos Exércitos e mesmo do destino dos Povos", afirma o Senhor Lobato Filho, em seu magnífico ensaio sobre as duas "Batalhas de Guararapes". Nada, entretanto, nos levou a proceder, contrariamente, à nossa firme política de respeito à soberania e autonomia das outras nações.

A guerra de 1864, a que muitos historiadores dão como o ponto de partida da do Paraguai, nos foi imposta com violência e a ela não podíamos fugir a não ser com a quebra absoluta de nossa dignidade. Seria crível o Brasil abandonar os seus filhos à sanha impiedosa e constante do governo do Uruguai? Nós não intervinhamos e nem desejávamos intervir na política interna

daquele vizinho. Simplesmente, reclamavamos justiça. No officio de 8 de Agosto de 1864, do Ministro das Relações Exteriores, ao Conselheiro Saraiva, lê-se: "Nada nos importa que governem a República blancos ou colorados; o governo do Império não dá apoio nem se opõe ao predomínio quer de um quer de outro; tão sómente exige de ambos o respeito devido à vida, honra e propriedade de suditos brasileiros residentes no território da República". Como concluir que nós queríamos senhorear a política Oriental? Só a má fé, a lisonja ou um mal comprehendido espírito continental poderão responder afirmativamente.

Em sua notavel obra "Causas da Guerra com o Paraguai", que a Biblioteca Militar está tardando em fazer sua uma nova edição, o Senhor General Souza Docca, com a proficiência que todos lhe reconhecemos e que o torna mestre superior da nossa história, baseado em documentos os mais expressivos, após longas pesquisas nos arquivos officiais e particulares, analisando fria e imparcialmente os fatos, conclue que não fomos, como se procura fazer crer no outro lado do Prata, os causadores dos funestos acontecimentos que se seguiram a missão Saraiva e divulga um fato, que, embora sendo um detalhe, serve para mostrar, sem rebufos, o sentimento pacifista que sempre animou a política de D. Pedro II: André Las Carreras, inimigo acerrimo do Brasil, e de grande influênciã sobre Aguirre, foi quem negociou o empréstimo de 11 mil libras, que fizemos ao Uruguai, por intermédio do Banco Mauá. Carreras era tão nosso desafeto que Aguirre o mandou como seu pleneipotenciário junto a Lopez, a-fim-de insuflar o ditador contra nós, o que conseguiu.

O Senhor General Tasso Fragoso em sua monumental história da Guerra da Triplice Aliança, com a fluência de estilo que lhe é peculiar e com a excelência, nunca assás elogiada, dos seus conhecimentos históricos, embora, não justifique, totalmente, a nossa intervenção no Uruguai, tambem, não justifica o ato de Lopez.

Vem a propósito citar o que, com irrefutavel lógica, escreveu o consagrado autor de "A Paz com o Paraguai":



“...Mas da guerra posterior (com o Marechal Lopez) não somos nós, como pretendem alguns, os únicos culpados. Na peor hipótese, Lopez compartilha conosco as responsabilidades da quebra da paz. Se ele não viesse com as suas hostes agredir-nos em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, ter-se-ia evitado a tormenta destruidora”.

O Brasil, apesar dos embaraços e das provocações, tentou por todos os meios dignos evitar a borrasca que se avizinhava intensa e deshumana. A missão Saraiva é disto prova condudente. Saraiva era um homem à altura da incumbência. Dele o Senhor Hélio Lobo nos traça um belo perfil, onde se vê o estadista culto, prudente, tolerante e conciliador. Se nada conseguiu foi porque o ambiente lhe era totalmente hostil.

Herrera, Berro, Aguirre, insinuaram a Lopez, uma proteção, e este, servindo-se deles como meros fantoches, manobrou-os à vontade, fazendo fracassar a aludida missão Saraiva. Todos os esforços dos grandes estadistas do Segundo Império, foram impotentes para deter o golpe do Ditador. Ele era a serpente enroscada, solerte, no meio da selva natal, escura, tétrica e pantanosa, pronta para o bote peçonhento.

A Guerra do Paraguai, — a maior da América do Sul, como de resto foi a maior que lutamos, e é dentro dela que está situada a Batalha de 11 de Junho de 1865, — não foi, portanto, estimulada por nós e muito menos iniciada. A sua verdadeira origem, vem de remotas épocas. O Paraguai, de Francia a Solano Lopez, sempre sonhou com a hegemonia da América do Sul. E o Império do Brasil lhe era obstáculo intransponível. Destruí-lo, arrazá-lo de vez, tal o lema dos governos guaraníes. Para tanto se fazia mistér uma preparação militar de larga envergadura. E o Ditador Lopez não medindo sacrifícios, organizou militarmente a sua Pátria. Deu-lhe arsenais, armada, exército, serviços auxiliares. Fortificou as margens do Rio Paraguai, a via fluvial, por onde, fatalmente, teriam de passar os navios brasileiros.

Humaitá, Curupaití, Curuzú, atestam, de maneira surpreendente, a pertinácia guerreira do filho de Carlos Lopez.

O "Mariscal", porém, não esteve no desenrolar dos acontecimentos posteriores à construção militar de sua terra, à altura de um General-estadista. Faltou-lhe o senso da guerra, aquela centelha divinatória que inspirou Alexandre, Cesar, Napoleão, Nelson, Caxias e Tamandaré. O Brasil, se era uma nação pacífica, aberta ao comércio universal, tendo à testa do Governo um monarca enamorado da sua grandeza e da sua felicidade, venerado pela sua prudência, bondade e espírito liberal, não dava, entretanto, o direito de ser considerada uma nação incapaz de revidar um ultrage. Lopez, não conhecia ou fingia não conhecer o nosso passado. E só assim se explica o seu gesto alucinado. A guerra foi uma fatalidade tremenda. Lopez aprisiona o Marquez de Olinda. Invade Mato-Grosso, lançando sobre uma Província cerca de 10.000 homens. Vence.

Não podia ser de outra fôrma. Antes, porém, o mundo se deslumbra e ele próprio se surpreende com a impetuosa resistência dos nossos bravos, que escreveram um poema soberbo de heroísmo, vibrante de amor à Terra natal; eles "que trocaram o livro, a foice, a pá, a enxada e a picareta pelo fuzil, pela lança, pela espada e pela baioneta, e cujas pontas aguçadas, molhadas, embebidas no sangue do inimigo, inscreveram na nossa História Militar, gloriosos capítulos", na formosa e precisa assertiva do General Benício da Silva, em erudita e elegante conferência sobre Osório.

Vem depois Laguna, que Taunay, descreveu em páginas de sangue. O Ditador continua a sua obra de destruição. Desiludido da Argentina, não lhe poupa o território. Flores percebendo o auxílio dado aos seus inimigos, vem para nós. Estava virtualmente formada, pelos desatinos do próprio Ditador, a Tríplice Aliança. Convem destacar, para honra nossa, que sem ela, ou contra ela, embora com maiores danos, nós teríamos vencido.

Lopez, agride a Terra de Mitre, toma Corrientes. Nesta altura da guerra, parte de Buenos Aires, a Divisão Naval sob o comando de Francisco Manoel Barroso, que trazia o seu pavilhão, içado na "Amazonas". O "El Supremo" depois da retomada de Corrientes e vendo a situação crítica de Robles, resol-

ve atacar a esquadra de Barroso. De Humaitá partem os nove navios comandados por Mesa, amparados pelas baterias de terra, cautelosamente colocadas por Bruguez na margem do rio, e só descobertas depois de iniciado o combate. O favorito de Mme. Lynch foi diabólico, o seu plano era repulsivo e teria vingado se não fôra o denodo dos marinheiros imperiais.

Na manhã de 11 de Junho de 1865, domingo da "SS. Trindade", o gageiro do "Mearim", avista a frota lopista e iça o sinal: "Inimigo à vista". E' a luta. Ia iniciar-se a grande peleja, aquele rio lodoso e sereno, iria dentro em pouco ser teatro de um crudelissimo prélio e a solidão daquelas florestas ínvias e ateradoras iria ser perturbada pelo troar dos canhões, os gritos dos feridos e as imprecações dos lutadores. Naquelas paragens, longe do mundo e de todo e qualquer vestígio de civilização, dois homens — Barroso e Mesa — jogariam a grande partida, da qual dependeria a sorte de uma campanha e o destino de suas Pátrias. E' neste palco que Teffé exalça as suas mais fortes qualidades e vemo-lo no auge da batalha, afrontando todos os perigos, descuidado de si próprio, olhos voltados, unicamente, para a glória de sua Pátria! E, ali, naquele inferno de sangue e metralha o valor do marujo brasileiro teve o seu mais esplendente dia de destemor, sublimando-se no heroismo!

Chega a vitória, e o inimigo, derrotado e quasi aniquilado, bate em retirada. Um navio, segue no encalço do resto da marinha lopista: a "Araguarí" sob o comando de Teffé e só retorna, ao anoitecer, em virtude dos conselhos do práctico de bordo.

Outras missões e todas de marcante destaque foram confiadas, ainda, durante a campanha ao marinheiro cujos feitos nos foram, tão cintilantemente narados pela palavra encantadora do comandante Villar, marinheiro, tambem, de ações magnificas.

Desde cedo, o comandante Vilar, afirmou o valor de sua personalidade. Aos 14 anos, Aspirante de Marinha, na madrugada de 15 de Novembro de 1889, vem, juntar-se às tropas de Deodoro, — e guiado pelo ideal republicano, ideal que nunca abandonou — cooperar na implantação do novo regimen.

Espírito dinâmico, de atitudes positivas, não ficou à margem dos acontecimentos que se seguiram ao gesto de Deodoro. E, assim, vamos encontrá-lo, de armas na mão ao lado do grande chefe da Marinha Nacional — o Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama —, quando da revolta de 1893. E nesta, no combate da Armação, ao assaltar uma trincheira, num lance temerário, é ferido, gravemente, no peito, por um estilhaço de granada. Recolhido a um Hospital, a solicitude do Doutor Pereira Guimarães, salva-lhe a vida. E esta, a seguir, passa a ser consagrada unicamente à sua classe. Vai à Europa, assistir à construção do couraçado “Floriano”, e nele visita países amigos. Organiza as primeiras reservas navais, instrui o Tiro Naval, de tão uteis resultados. Apaixonado pela Marinha, estuda o desenvolvimento das de outras nações mais adiantadas e especializa-se em minas e torpedos. Difunde os seus conhecimentos através de monografias e livros. Comanda navios, exerce cargos de administração e por fim, dedica-se, ao problema da Pesca.

Aquí, o marinheiro cede lugar ao organizador, ao homem de visão prática e possuidor de um grande espírito público.

No “José Bonifácio” percorre todo o litoral brasileiro, fundando colônias de pescadores, dando-lhes instruções, abrindo-lhes escolas e ao mesmo tempo nacionalizando a pesca, para poder utilizar os pescadores no Socorro Naval e como auxiliares da Esquadra. Aproveita-se dos ensinamentos da guerra de 1914 e do que pelos seus países fizeram os destemidos pescadores.

E’ ele próprio, quem nos relata, em seu estilo tão belo e tão natural, o motivo de sua campanha:

“O Brasil é ainda e será o litoral; e do seu direto contacto com o mar e com os grandes rios navegáveis depende a sua riqueza, a sua crescente civilização e cultura, a sua prosperidade e defesa. E nesse litoral e desse litoral, vive a nação na multiplicidade de suas atividades — no seu comércio, nas suas lavouras e nas suas indústrias — que não poderão existir nem prosperar sem os seus empórios comerciais, os seus portos de mar, servidos por uma grande Marinha Nacional em aguas solidamente garan-

tidas por uma forte Marinha de Guerra, da qual a Pesca foi sempre o viveiro, a Escola e a grande Reserva”.

E tão acertada foi a sua atuação em prol da pesca, que o Senado Federal fez inserir na ata de sua Sessão de 8 de Outubro de 1921 um voto de louvor e o senador Alfredo Ellis, em discurso, naquela casa do Congresso, classificou-o como “um novo Rondon, nos mares brasileiros”.

Terminados que foram os seus trabalhos na Organização dos Serviços da Pesca, volta à Marinha, e temô-lo, adido naval na América, comandante da Divisão de Contra-Torpedeiros, onde modelarmente desempenhou as suas funções, tornando a sua Divisão motivo de orgulho, para o Comando Chefe da Esquadra. Ocupava o cargo de Sub-Chefe do Estado-Maior da Armada, quando, a pedido, passou para a reserva.

Proseguem, não obstante, as suas atividades.

Funda a Instituto Oceanográfico Brasileiro, o Liceu de Artes e Ofícios de Petrópolis, preside o Congresso Nacional da Pesca, e como se tudo isto não bastasse, promove e consegue criar a Liga Naval Brasileira, da qual foi o incansavel Secretário Geral. A sua folha de serviços ao País, é, pois, realmente, valiosa e confiamos que ela continuará a aumentar.

Senhor Comandante Villar:

Ao receber a comunicação de que seria o debatedor desta conferência, logo percebi que aqui, apenas, poderia trazer-vos as minhas felicitações, e me aproveitaria da oportunidade, embora ferindo a vossa modéstia, para vos dizer que tambem sois um alto servidor do Brasil, e que, a ele, tendes dado, o melhor de vossas energias, de vossa capacidade de trabalho, de vossa inteligência e do vosso patriotismo.

Não vos deixeis perturbar pela imponência do vulto do vosso patrono, porque entre vós e ele existem muitos pontos de afinidade. Estais à altura dele e se vos falta a auréola da guerra externa, pompeastes, tambem, em dado momento, a vossa bravura, em defesa de vossas convicções.

Certa vez fiquei de vos contar como antes de conhecer-vos pessoalmente e de vos poder chamar de amigo, já havia travado conhecimento convosco. Foi através de um ensaio, que publicastes, em 1908, na "Revista Marte", sobre a Batalha do Riachuelo.

Era eu uma criança, mal ingressada no Curso Ginásial, e tal foi a impressão que me deixaram o brilho e a elegância de vossa página que jamais a esqueci, e todas as vezes que lia o vosso nome, o meu pensamento voltava àquele dia, àquela narrativa !

Hoje, estamos aqui, vós com justo entusiasmo, discorrendo sobre o Barão de Teffé, eu fazendo o mesmo a vosso respeito, e ambos, envolvidos pelo mesmo amor à Pátria, à mesma confiança no seu futuro, a mesma certeza na preservação das suas glórias e da sua soberania e certos de podermos dizer, com orgulho, e seguros de nós e de nossos irmãos: "Brasil, confia em teus filhos".

# Breve notícia sobre Jerônimo Francisco Coelho

General MOREIRA GUIMARÃES

Nasce, na Laguna, em Santa Catarina, Jerônimo Francisco Coelho. E, precisamente, aos 30 de setembro de 1806.

Era o ambiente, pelos erros do passado, em verdade angustioso.

E o aspecto, como toda a geopolítica luso-brasileira, vinha sofrendo alterações profundas.

Precepitam-se os acontecimentos.. E no meio deles, avultando, crescendo em profundidade e extensão, sobrelevando os demais, havia dois — um no interior, o outro no exterior da colônia. Ali se assistia ao epílogo do Vice-Reinado. Aquí, ao bloqueio continental. Ali, aos 31 de agosto — cerca de um mês antes do memorável natalício — ocorria de fato a investidura de Marcos de Noronha e Brito, o oitavo Conde dos Arcos, no cargo, já extinto, ou simples sombra, de Vice-Rei. Aquí, aos 21 de novembro — pouco mais de três meses depois daquele natalício — tomava forma concreta o audacioso bloqueio a que Napoleão submetera, como dominador de povos, a “ocidental praia lusitana”.



General Moreira Guimarães

Pois bem. Esse, resumidamente, o panorama de 133 anos passados. E nele está, acabando de nascer na Laguna, o querido filho do sargento-mor Francisco Coelho e de sua esposa D. Francisca Lima do Espírito Santo.

Por felicidade não lograra o ambiente angustioso inquietar os bons genitores, ambos como o filho nascidos no rincão pitoresco ou na mesma Laguna, do século XVII. Por três anos a fio, corre, venturosamente, no solo catarinense, a família do honrado major. Depois, tomará outro rumo. Tem que partir de Santa Catarina em direção da Côrte. E já em 1809 se encontra, na mencionada Côrte, a referida família. Aí se demora, por deveres do sargento-mor, até 1813, quando, aos 17 de dezembro, comissionado este num posto de comando no Ceará, logo na Fortaleza, nessa data se faz cadete de primeira classe a creança de 1806, ou o menino de pouco mais de sete anos por aquele 1813. Dura no entanto período bem pequeno a primeira investida, na carreira das armas. O joven soldado interrompe, aos 31 de outubro de 1814, sua praça. E lança o espírito par outros horizontes. Mas a incapacidade física do jovem soldado, ainda que revelando fraqueza orgânica, significava no momento expediente de ocasião. De sorte que teve de ser semelhante juízo cassado, quando se tornou conveniente nova praça do moço lagunense.

Apressadamente, por doença, regressa do Ceará à Côrte o pai extremoso. E falece, na citada Côrte.

O momento, dos mais emocionantes, estonteia, desola, perturba a toda a gente.

Particularmente se amargura o joven catarinense. Pareceu-lhe por terra os castelos de sua imaginação. E contrariando impulsos que lhe vinham dos antepassados, acode ao convite do seu tio, o dr. João Francisco Coelho. Eram, obscuros, esses impulsos. Demais como que lhe seduzia aos desejos de estudar, o diploma no direito ou na medicina.

Infelizmente, dentro em breve, falece, também, aquele tio feito de bondade.

Lá está, contudo, cheia de amor, corajosa e devotada, a digna Mãe de tão digno filho. Ah, se esta faltara, nessas horas decisivas





JERÔNIMO FRANCISCO COELHO

Commissões de Examinando, Comissões outross  
 — Técnicas e administrativas — de competência, as,  
 de modo perfeito

Por último. — primeira vez que aqui retracei  
 essa matéria concernente ao patrocínio, que escolhi,  
 para a cadeira em que me sento no Instituto de  
 Geografia e História Militar do Brasil — dedico.

Não sei de catbárinense maior <sup>que</sup> ~~de~~ primum  
 Francisco Coelho, tão bem acabado e me afigura que  
 tantas vezes dissera, para cima e para baixo falando  
 mais, aos contemporâneos que à posteridade: « Minha  
 palavra é minha riqueza ».

Admirável brasileiro, tão justamente embe-  
 lido — ora por espada falante, ora por espada  
 sabia — em face <sup>que</sup> do fulgor da palavra, <sup>que</sup> e da  
 clareza <sup>na</sup> da inteligência

Moseira Guimarães

20-I-1939.

para a formação de um temperamento, a resoluta D. Francisca Lima do Espírito Santo! Não seria o que foi, não só na admiração de Santa Catarina, senão no reconhecimento de todo o Brasil.

A verdade é que lhe trabalharam o organismo, creando-lhe tendências, aqueles impulsos dos antepassados. Nesse imortal catarinense, existiam, hereditariamente, vivos pendores para o complexo e delicado mister das armas.

Volta ao Quartel. De novo assenta praça.

E já no mez de março de 1816 se encontra no Rio de Janeiro, então a sede da monarquia portuguesa — elevado que foi o Brasil à categoria de Reino desde 16 de dezembro de 1815.

Produzira benefícios na geopolítica brasileira o bloqueio continental. E isso, desde 20 de novembro de 1807. Poucos meses depois, aos 28 de janeiro de 1808, estão abertos ao mundo os portos do Brasil. E em 1.º de maio, lançado o manifesto em que D. João VI exprime o voto de crear novo Império na terra da Véra Cruz.

Matricula-se, aos 8 de março de 1820, na Real Academia Militar. E de lá até ao generalato, subir rapidamente na hierarquia foi a voz que se lhe fazia ouvir no mundo interior. Triunfou, por toda a parte.

Casa-se, em 1827.

E em 1835 é que se inicia na política, primeiro como deputado provincial, mais tarde como deputado geral.

Quatro anos antes, funda, em Santa Catarina, dois centros de cultura moral — a *Sociedade Patriótica* e a *Loja Caridade*, da obediência ao Grande Oriente do Brasil.

Está como presidente de Província. Igualmente se alça a ministro de Estado — duas vezes como titular da Guerra, uma vez como titular da Marinha.

Tem sensibilidade artistica. Faz versos, e escreveu o Hino Catarinense.

Creou o primeiro jornal de Santa Catarina — *O Catarinense*. E o segundo — *O Expositor* — creou-o ele tambem.

Homem de imaginação era por igual homem de estudo, pensador dos mais vigorosos.

Comissões de comando, comissões outras — técnicas e administrativas — desempenhou-as de modo perfeito.

Por último — uma vez que aqui se traçou mera notícia concernente ao patrono, que escolhi para a cadeira em que me sento no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — declaro:

Não sei de catarinense maior que Jerônimo Francisco Coelho, tão bem acabado se me afigura quem tantas vezes dissera, para cima e para baixo, falando meços aos contemporâneos que à posteridade: “Minha pobreza é minha riqueza”.

Admirável brasileiro, tão justamente conhecido — ora por espada falante, ora por espada sabia — em face quer do fulgor da palavra, quer da claridade na inteligência.

(Em 30.I.1939)

# BARBACENA, A GRANDE FIGURA DO IMPÉRIO

Ten. Cel. LIMA FIGUEIRÉDO

“Um dos tios-avós de V. M. I. acabou os seus dias em uma prisão em Cintra. V. M. I. poderá acabar os seus dias em uma prisão em Minas, a título de doido: — e, realmente, só um doido sacrifica os interesses de uma nação, de uma família e da realza em geral, aos caprichos e às seduções de criados”.

Foi assim que Barbacena respondeu ao volúvel e ingrato D. Pedro I, ao ter conhecimento do decreto de 30 de setembro de 1830, publicado na “Gazeta Oficial”:

“Convindo liquidar-se quanto antes a dívida de Portugal contraída pelo tratado de 29 de agosto de 1825; e sendo necessário, para esse fim, tomarem-se primeiramente as contas da caixa de Londres examinando-se as grandes despesas feitas pelo marquês de Barbacena, do meu conselho de Estado, tanto com sua Magestade Fidelíssima, minha augusta filha, como com os emigrados portugueses em Inglaterra, e especialmente com meu casamento; e não podendo estas verificarem-se legalmente, exercendo ao mesmo tempo o mencionado marquês o lugar de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda: Hei por bem demití-lo do dito cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda”.

Com todo o ouro que tinha não pagaria D. Pedro I a soma de favores de que era devedor ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. Foi o imperante um mau e um ingrato, quando, dando ouvidos as perfídias e intrigas do

seu "valet de chambre", um tal de Chalaça, passou a desfeitear seus melhores e mais leais amigos e a praticar ações que, cada vez mais, o incompatibilizavam com o povo brasileiro.

Em 1821, ainda no seu início, já sentira Caldeira Brant que a idéia de liberdade se achava amadurecida no sentimento de todos que viam em Portugal uma pátria com interesses diferentes e mesmo antagonicos aos da nossa. Notou, na Baía, onde desempenhava uma missão ao mesmo tempo militar e política que sobre ele iriam convergir ódios em virtude do seu ideal separatista, difficil de ser dissimulado aos que com ele trabalhavam diuturnamente. Sem demora solicitou uma licença e partiu para Londres — campo vasto e seguro para suas maquinações em prol da independência brasileira.

Homem inteligente, culto, fino e com a bolsa recheada, facil lhe foi conquistar amigos de prestígio que algo por ele e pela sua causa pudessem obrar. E assim foi, pois conseguiu a amizade de George Canning que orientava o govêrno britânico, traçando ao país uma orientação nimiamente economista.

Assim que soube dos acontecimentos que se processavam no Brasil pôs-se em ligação com José Bonifacio que, incontinenti, lhe enviou poderes de encarregado de negócios na Inglaterra. Vinha tudo a calhar, se bem que Brant apenas contasse com seus próprios recursos financeiros e com o crédito que desfrutava nos meios londrinos.

Preparou ambiente para a organização de um grupo de officiais de marinha\* ingleses que vieram servir à nossa pátria e indicou o nome do almirante Cochrane que, descontente no Chile, veio sem demora prestar seus serviços valiosos nas lutas ainda travadas contra a gente da metrópole. Tinha Caldeira Brant certa predileção pela marinha, porquanto ao sair do Brasil ainda menino cursou a Academia Naval, fazendo jus, com 19 anos de idade, ao posto de capitão de mar e guerra. Falecia ao novel capitão uma coisa essencial — experiência, e por isso não lhe foi dado um comando, fato que muito o aborreceu, levando-o a solicitar transferência, no posto de major, para o Exército. Indo servir em Angola no estado-maior do governador, valeu-se



Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes  
MARQUÊS DE BARBACENA

dos seus conhecimentos náuticos para enfrentar os corsários que infestavam os mares daquela região.

A situação de Barbacena junto à corte inglesa não era muito firme, porque ele representava o reino do Brasil unido ao de Portugal e, portanto, não podia trabalhar em proveito duma parte do reino-unido em detrimento da outra. A 7 de setembro de 1822 o documento que o credenciava, tornou-se caduco e o Brasil sem voz ativa junto ao gabinete de St. James. O utilitarismo inglês que não deixa passar a mais insignificante oportunidade, salvou tudo. E a propósito diz Pandiá Calogeras: “Se, na vigência da união Portugal-Brasil, era duvidosa e lagalidade dos poderes conferidos na carta de crença enviada do Rio de Janeiro, a proclamação do Império só conferiria representação internacional, após seus reconhecimentos na “societas gentium”.

“O assunto, contudo, era grave demais para que dele se desinteressasse o gabinete de St. James. O movimento independentista americano tinha as simpatias britânicas obedientes aos interesses das classes produtoras do Reino-Unido. De fato, o sistema colonial ibérico fundava-se no monopólio comercial das metrópoles com seus territórios ultramarinos. As lutas contra Napoleão e seus aliados haviam permitido, nos oceanos, o triunfo do mote “Rule Britannia, rule the waves”; e, assim, a Espanha, sob o guante de Bonaparte, vira estancar-se o comércio com a América, com grandes proveitos para o reino insular que conquistara esses novos mercados, proporcionando-lhe lucros de grandes vultos.

“As condições com o Brasil eram outras: Portugal era o mais velho aliado da Inglaterra; juntos haviam lutado contra o Corso; agora esse companheiro de batalhas mundiais via esfacelar-se seu domínio colonial. Como agir? O comércio inglês, a indústria insular, a City desde o primeiro momento, abraçaram a causa do novo Império; cuidavam de vantagens próprias, já com a experiência provada das emancipações hispano-americanas”.



Brant sondou o ambiente e com o resultado das perfeitas observações que fizera, partiu para o Brasil, demorando-se pouco tempo na Baía, para poder apresentar à Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, a 11 de outubro de 1823, seu diploma de deputado por aquela província.

Na Europa, a luta continuava entre Viena e Londres. D. Pedro I, apesar de genro de Francisco I, tinha Metternich contra si, o qual apoiava a D. Miguel, o "enfant-gaté" da virago Carlota Joaquina, mãe de ambos. A questão se complicava dia a dia, sem vislumbres de um momento para outro, ser propiciada uma boa oportunidade para sua cabal solução. Foi, então, resolvido a volta de Caldeira Brandt a Londres em abril de 1824.

Assumindo seu posto não descansou um minuto, porque não mangrassem os pontos de vista do Império. De tal modo se houve que foi agraciado por sua S. A. I. com o título de Visconde de Barbacena com grandeza, e nomeado embaixador em Lisboa para cumprimentar D. João VI pelos êxitos das negociações.

Previendo grandes dissabores no desempenho das novas funções, pôde delas furtar-se, por ter sido nomeado ministro da Fazenda em novembro de 1825.

Acabara D. Pedro I de chegar da Baía, quando soube do falecimento do seu genitor, o qual iria dar novas lutas na sucessão do rei em Portugal.

Após várias soluções que se não chegaram a concretizar, resolveu o imperador abdicar a coroa lusitana em favor de sua filha Dona Maria da Glória, que desposaria o tio, o infante D. Miguel.

Cada dia que se passava era um obstáculo que se levantava na vida da jovem nação. Agora, D. Pedro ficara viuvo e, com menos de trinta anos, provocava escândalos amorosos que se tornaram célebres, pondo à larga seus instintos sexuais sempre intensos.

Na Europa seu nome não era bem aceito, porquanto Metternich encargara-se de difundir em todas as cortes as ações deshumanas e mesmo selvagens que ele praticara com D. Leopoldi-

na, chegando mesmo a, no cais, certa vez, dar-lhe forte pontapé na barriga... Qual princesa desejaria tal esposo?

Sem resultado, várias personalidades andaram na Europa escolhendo a vítima propiciatória, até que Barbacena recebe carta branca para tratar do caso, em 18 de agosto de 1827.

Dizia com efeito, o marquês de Queluz que a redigira: "E porque a escolha de V. Ex. cuja presença no Exército era da maior importância nesta ocasião, foi motivada tanto na confiança e estima que V. Ex. soube inspirar aos gabinetes da Áustria e Grã-Bretanha durante as difíceis negociações de 1824 e 1825, como mui principalmente nas provas que V. Ex. tem dado de consumada dextridade e ardente zelo em tudo que diz respeito ao serviço e pessoa de S. M. I., estou autorizado pelo mesmo augusto senhor para declarar a V. Ex. que, achando dificuldade na execução literal de qualquer dos artigos destas instruções, poderá V. Ex. providenciar como entender, uma vez que precucha o grande fim de obter o transporte de sua majestade a imperatriz com a maior brevidade possível..." Ia, mais uma vez deixar o quartel pelos salões, no desempenho de funções antagônicas, oriundas da sua dupla personalidade de diplomata e soldado.

Em 1827 vivera Barbacena uma vida agitada na campanha sulina, travando, a 20 de fevereiro, no passo do Rosário ou Itazaingó, a memorável batalha de que resultou a independência da República do Uruguai, não permitindo que ela ficasse agregada às Províncias Unidas, como era do desejo da gente de Buenos Aires.

Barbacena, o "dandy" dos salões, o homem que sabia receber, habil em organizar "parties", revelou alma de soldado, deixando que brilhasse o mesmo espírito militar que o impulsionou em Angola e a mesma vontade de vencer que o ajudou a jugular um motim na Baía.

Em inferioridade numérica enfrentou o adversário, empenhando-se em uma luta sangrenta e, se não pôde perseguir o inimigo obtendo esplendorosa vitória, não foi também perseguido,

quando sentiu que na manobra em retirada estava a solução tática do momento.

Iria, agora para a Europa, com a difícil missão de conseguir uma segunda esposa para o ardoroso amante da marquesa de Santos.

Alem dessa missão quasi familiar, fora Barbacena incumbido de contratar funcionários de Fazenda, em Paris, para executarem os serviço de contabilidade no Brasil.

O caso da coroa de Portugal estava dando panos para as mangas. Os Habsburgos que de início concordavam com o casamento de D. Maria da Glória com D. Miguel, passavam a tomar atitudes estranhas. Pelas oito recusas dadas a Brant, viu ele que o segundo consórcio do imperador não era do agrado daquela corte. Viam o príncipe de sangue austríaco, o futuro D. Pedro II, ser preterido por um outro varão — fruto das segundas núpcias do trêfego D. Pedro I.

Barbacena fingiu desinteressar-se pelo problema do casamento do seu imperador e assentara a ida de D. Maria da Glória à Europa em 1828. Nessa ocasião, a abdicação seria feita por parte de D. Pedro I e as duas nações se quedariam separadas definitivamente. Quando se preparava para partir para o Rio, soube que D. Miguel traira o seu irmão mais velho e apressou, então, sua viagem.

A 16 de maio daquele ano aportava o marquês à capital do Brasil, e a 5 de julho seguinte já viajava para a Europa levando Dona Maria da Glória que iria educar-se junto dos avós em Viena.

D. Miguel usurpara o trono, e a posse da rainha era o único argumento que permitiria a D. Pedro I rehavê-lo.

A “souplesse” era qualidade que não faltava a Barbacena; viu logo que levar a rainha a Viena era fazer o jogo do inimigo. E por isso conduziu-a para Londres, onde foi magnificamente recebida pela família reinante. Mandara Francisco I luzidias carruagens para receber a neta em Gênova; e, quando soube da 1829, o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, mudança de itinerário, ficou desapontadissimo. Pelos meios di-

plomáticos empenhou-se a fundo para levar D. Maria da Glória, sem contudo nada obter, mercê da ação vigilante de Caldeira Brant que, por delegação de D. Pedro, a defendia como pai e tutor.

Estava a rainha no seguro sob a proteção do rei e da população londrina. Todavia, Wellington e seu ministério sentiam-se com disposição de atender aos rogos de Viena. E Rotteschild, diz Calogeras, de uma feita quasi promove a falência do Brasil afim de enfraquecer a causa régia, a pretexto da demora no pagamento dos juros da dívida do Império.

Quando todos os elementos adversos estavam voltados para a questão da rainha de Portugal, Barbacena mangrou-lhes a vigilância tratando de outro assunto que D. Pedro considerava primordial — seu casamento. À sorrelfa conseguiu assentimento da família de Eugenio de Bauharnais para casar o nosso imperador com a princesa Amelia de Leuchtenberg. E a 2 de agosto de representava o imperador do Brasil no seu consórcio com D. Amelia, em Munich.

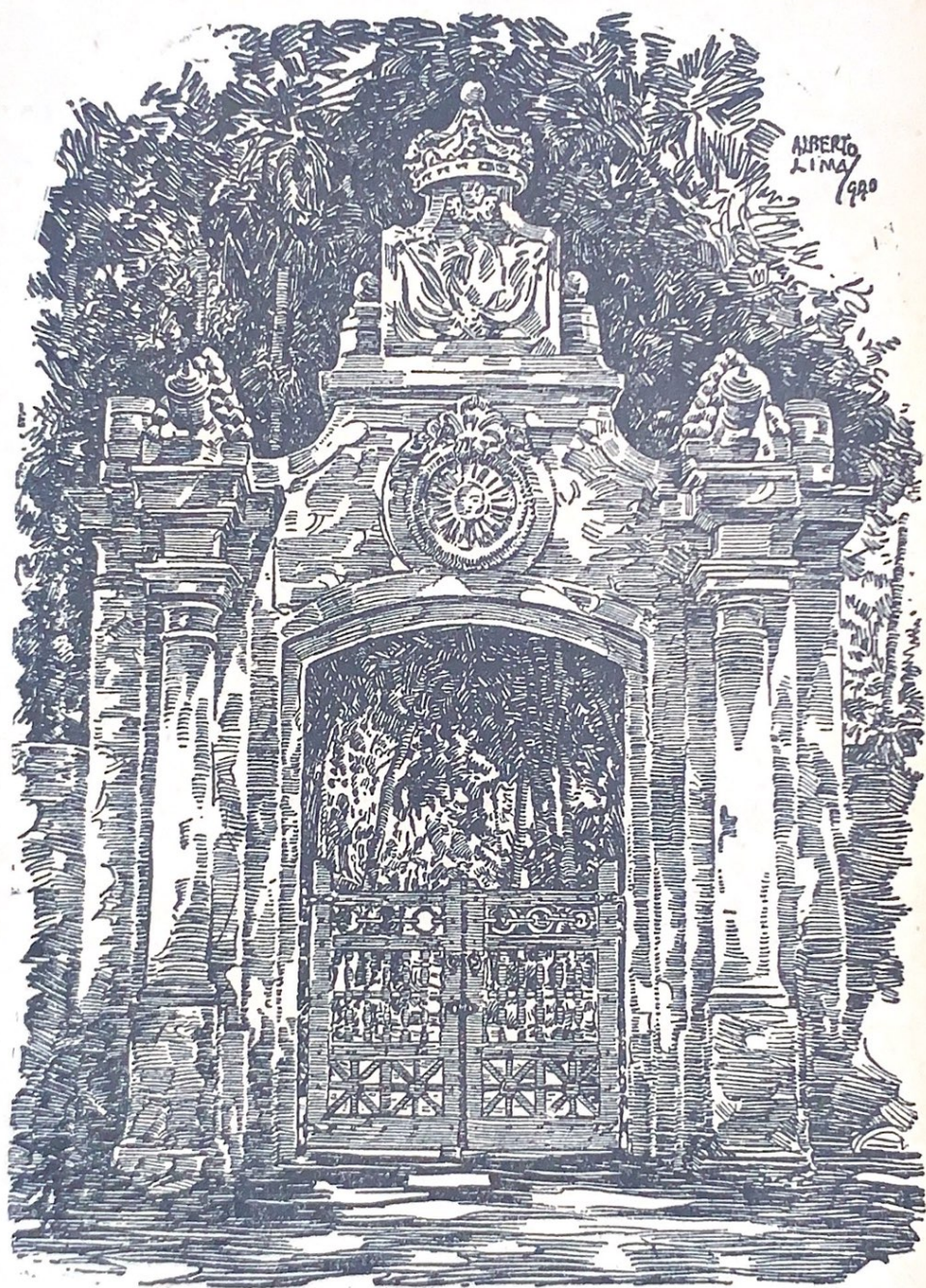
Após tantos lances de novela estavam a salvos, a bordo da "Imperatriz", a rainha de Portugal e a segunda imperatriz brasileira. E com elas viajava Barbacena, vitoriosamente, em rumo da pátria.

Foi a esse homem que agiu sempre consoante a legenda "what by force, what by craft", mostrando-se sempre lealissimo ao seu senhor e amigo que D. Pedro I, sem a menor semcerimônia, afastava da pasta da Fazenda, quasi taxando-o, publicamente, de ladrão. A ingratitude é a paga que, geralmente, recebem todos aqueles que são "homens de um só parecer, de um só rosto e de uma só fé". Não se envergam às contingências do momento e, às vezes, como sucedeu a Barbacena, por uma simples intriga de um laçao de casaca, são jogados na rua da amargura.

Nada como o tempo para fazer justiça aos bons, aos que, pensando na pátria, preferem quebrar a torcer, trilhando sempre e sempre o caminho da honra e do dever.

O marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, está no coração de todos os brasileiros, glorificado e

altaneiro. E a 13 de junho expirante recebeu do Exército que honrou, as homenagens que mereceu pelo transcurso do primeiro centenário da sua morte. Festejando o dia em que deixou de existir, lourificamos todas as belas ações que praticou em quasi setenta anos de existência.



O velho portão da Fábrica de Pólvora da Lagôa Rodrigo de Freitas,  
no Jardim Botânico

# Tropas no Rio de Janeiro e no Brasil até metade do século XIX

Conferência do Prof. ADOLFO  
MORALES DE LOS RIOS (F.<sup>o</sup>) na sessão  
do Instituto de Geografia e História  
Militar do Brasil, realizada a 7 de Fevereiro de 1939.

*Tropas no Rio de Janeiro, da Colônia até meiado do Século XIX;  
ensino militar; figuras representativas do Exército; uniformes militares  
e condecorações.*

Simplez vinhetas de um apaixonado pelas cousas militares.

O Exército é, como a Marinha, um dos fatores decisivos para a formação do Brasil-Nação. Sempre alerta e pronto, atua de maneira preponderante em todos os fatos e atos políticos que haveriam de decidir dos destinos da Pátria. Ao lado do povo, ao serviço das mais nobres cruzadas, sempre contra o caudilhismo e a tirania, ao norte, ao sul, no interior, no estrangeiro —, luta e sofre, apazigua, liberta e unifica. Nada pede e tudo dá. Cumpre com o seu dever, preparando, ontem como hoje, a eclosão do Brasil-Maior.

Curiosa é, dessa forma, a observação de sua marcha evolutiva e transformações operadas nas suas tropas e serviços, mórmente nas peculiares aos *corpos* lusos, estrangeiros e brasileiros que guarneceram o Rio de Janeiro até o ano de 1850.

A primeira formação militar aqui existente, foi o *terço*; de origem espanhola. Inspirado na *legião* romana, que também se compunha de três ordens de combatentes, o *terço* é criação de fim do Século XV e começo do XVI. Assim o afirma Dom Sancho Londoño contemporâneo (1568) do mesmo. Os *terços* espanhóis de Flandres se tornaram famosos. E foram os do Duque de Alba que, invadindo Portugal, fizeram com que Felipe II — o *Advogado do Diabo* — ali reinasse e o Brasil ficasse durante doze lustros sob o domínio espanhol.

O modelo foi adotado pelos principais exércitos da Europa. Portugal teve os seus. Aqui houve: o *Terço-Velho* de Mem e Estácio de Sá; os *Terços de Ordenanças*, de 1570, com os seus *capitães-móres*; os *Terços de Infantaria*, com dez companhias (1640); o *Terço-Novo* de 1700,

e os de artilharia, denominados *Pés de Castelos*, com os respectivos *condestáveis* e *sóta-condestáveis*, ou encarregados, respectivamente, do preparo da artilharia, e da arrumação dos cartuchos e balas.

Ao lado dos *terços* figuram as *milícias*, ou corpos de soldados creados e mantidos pelo Senado da Câmara. A inovação foi de Tomé de Souza, que, na qualidade de Governador Geral do Brasil, a introduziu na Baía, em 1549. Constituiu essa tropa o primeiro serviço militar devidamente organizado no Brasil.

A partir do segundo quartel do Século XVII, depois do successo alcançado em Pernambuco pelas *companhias de assalto* — constituídas de negros —, criaram-se os *terços de caçadores à pé das molícias*. E como homenagem ao valente Henrique Dias, que comandara uma delas, foi-lhes dada a denominação de *Henriques* ou *Caçadores-Henriques*. Dessa forma foi lembrada durante mais de dois séculos a nobre figura do *Primeiro Governador e Cabo dos Negros e Mulatos do Brasil*.

A primeira força regular de cavalaria é creada em 1765, sob a denominação de "*Esquadrão de Cavalaria Ligeira da Guarda do Ilmo. e Exmo. Vice-Rei do Estado*".

Contemporâneo desses — isto é, na segunda metade do Século XVIII — organizam-se, aqui, os *Regimentos*: verdadeiros *terços*, como constituídos, que são, de três unidades, ou batalhões. Tipo de tropa originário da França, ele é levado para a Espanha, em 1704, pelos mercenários suíços e alemães que serviram na Picardia e na Borgonha. Da Espanha passa para Portugal, e se espalha, em breve, por toda parte.

Os primeiros Regimentos da Guarnição Carioca foram: três de *Infantaria*, o de *Artilharia do Rio de Janeiro*, os lusitanos de *Bragança*, *Estremoz* (ou Chichorro) e *Elvas* (ou de Moura) e os de *Milícias*, pertencentes às Freguesias.

Ao findar o Século XVIII, são creados os *Corpos Auxiliares* e as *milícias* passam a ser consideradas como pertencentes à 2.<sup>a</sup> linha. E logo formada uma 3.<sup>a</sup> linha, constituída de *companhias*, denominadas dos *chacareiros* e dos *forasteiros*. Essas designações tão exquisitas apresentavam forte contraste comparadas com aquelas outras concedidas por dois atos officiais anteriores, com o objetivo de nobilitar o serviço das armas: a Carta Régia de 10 de Novembro de 1711 que instituiu a companhia dos *privilegiados*, composta da "*principal gente da terra*" e o ato do Conde de Azambuja — 4 de Agosto de 1766 — creando a *classe dos cadetes*, afim de aproveitar os serviços de "*vários homens de bem, dos quais muitos fogem de servir nas tropas, porque queriam fazê-lo com distinção*".

Em 1808 é formado, com o casco do "*Corpo de Cavalaria de Linha*" do fim do Vice-Reinado — originário, por sua vez, do *Esquadrão do Vice-Rei* — o *1.<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria da 1.<sup>a</sup> Linha*. E' o atual *Regimento dos Dragões da Independência*.



No ano seguinte fica organizada a *Artilharia a Cavallo*, tropa independente, inventada pelos espanhóis, que a empregaram pela primeira vez em Buenos Aires e que, depois de ser copiada pela Prússia e França, fez parte integrante das mais importantes organizações militares.

E, com funções especializadas, foram creadas a *Guarda-Real do Príncipe* (1808), constituída de archeiros, e a *Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro* (1809).

Em 1810, fica formado, em substituição ao Batalhão, o *Regimento de Caçadores dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro*.

Ao findar o ano de 1815, chega, vinda de Lisboa, uma *Divisão* do Exército de Portugal. Era comandada pelo Tenente General Carlos Frederico Lecor. Constituída de voluntários — veteranos da guerra peninsular —, ela se subdividia em duas *Brigadas*, compostas, cada uma, de dois Batalhões de Caçadores (a oito companhias, cada um), de três Esquadrões de Cavalaria e de uma Companhia de Artilharia. Ao todo, eram cerca de 5.000 homens.

Transportados até a Guanabara em quatorze navios, essas tropas foram desembarcadas na Vila de Praia Grande — atual Niterói —, e aquarteladas nos armazens da armação das baleias, no sítio de São Domingos.

O Príncipe Regente, apreciando devidamente a atitude de afeto e alegria dos soldados que a compunham, quando alí os passou em revista, resolveu que recebessem a denominação de *Voluntários do Príncipe*, meses depois mudada para a de *Voluntários d'El Rei*.

Reembarcados para a Província Cisplatina, afim de garantirem os limites sulinos do Brasil alí permaneceram de 1817 a 1828.

Pelo decreto de 11 de Dezembro de 1815, D. João cria um *Côrpo de Soldados Veteranos*, constituído de oficiais e praças dos Regimentos de Linha e da Guarda Real de Polícia, que não estando nas circunstâncias de serem reformados, deviam ser empregadas, entretanto, em serviços menos ativos, como fossem os de guardas, destacamentos e registros.



1765 — Esquadrão de Cavalaria Ligeira da Guarda do do Vice-Rei do Estado.

Outra tropa que ficou célebre na Côrte, foi a *Divisão Auxiliadora do Exército de Portugal*, formada dos 11.º e 15.º Batalhões, 3.º de Caçadores e 4.º de Artilharia, e chefiada pelo Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares.



1808 — 1.º Regimento de Cavalaria da 1.ª Linha. — É o atual Regimento dos Dragões da Independência.



1810 — Regimento de Caçadores dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro.

Depois da Independência, foram creadas a *Guarda Cívica*, a *Imperial Guarda de Honra* (constituída somente de oficiais), um *Batalhão de Henriques da Côrte*, um *Batalhão de Artilharia* (composto de negros forros) e o *Batalhão de Caçadores do Imperador*. Por sua vez, o *Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*, é transformado em *1.º Corpo de Artilharia de Posição*, e a *Guarda Real do Príncipe* se converte em *Imperial Guarda de Archeiros*.

Isso, sem contar com: os *Batalhões de Granadeiros* e de *Caçadores Estrangeiros*, tropa mercenária, constituída de alemães, irlandezes, alsacianos e suíços, mandada organizar por D. Pedro I; os *Corpos de Mili-*

cianos, denominados *Sustentáculos da Independência e Henrique Dias*; e a *Companhia de Vigias*, com o seu capitão, alferes, sargentos e fiscais, ou *sobre-rolas*.

Como consequência da promulgação da Carta Magna do Império, são creadas as três *Armas*, fixado o número e composição das tropas permanentes, dentre as quais se destacaram os *Batalhões de Fuzileiros*, e formado o quadro do Estado Maior General, composto de *Brigadeiros*, *Marechais de Campo*, *Tenentes-Generais* (creação espanhola do Reinado



1815 — Imperial Guarda de Arqueiros.



1823 — Marechal de Campo.

de Felipe IV e posto correspondente ao dos antigos *Mestres de Campo* (Generais) e *Marechais do Exército*, também denominados, depois, *Marechais do Império*. *Generalissimo do Exército*, se declarou, em documento oficial, o primeiro Imperador.

A Regência cria, em 1831, a *Guarda-Nacional*, que veio substituir os *Corpos de Milícias* e de *Ordenanças*, e reorganiza as demais tropas,

ficando aquartelados na Côrte, cinco *Batalhões de Caçadores*, um de *Cavalaria* e dois *Corpos de Artilharia de Posição*. No ano seguinte é extinta a *Imperial Guarda de Honra*.

Com a dissolução de muitas das antigas tropas, houve muitos oficiais excedentes, que reunindo-se, formaram o *Batalhão dos Oficiais-Soldados*. Prestou importantes serviços à ordem pública esse originalíssimo còrpo, cujos componentes trajavam à paisana, com cartola e tópe nacional na mesma.

Os *Batalhões da Guarda Nacional* contavam-se pelo número de Freguesias. O povo os alcunhava de maneira curiosa: *Samburá sem jundo*, era o do Engenho-Velho; *Gaturamos*, o de São José; *Galo sem Crista*; o da Candelária; *Tainhas*, correspondia a Santa Ana; e *Chinelo Velho*, ao Sacramento. Todos eram de infantaria. Mas havia um de artilharia, o 1.º, sem canhões, armões e cavalos. Era o *Regimento dos Carroceiros*.

Ao finalizar aquele mesmo ano de 1831, isto é, em 6 de Dezembro, era tomada pelo Govêrno uma providência de alto valôr para a eficiência do Exêrcito: ficava abolido o uso do bigode...

A supressão do ornato capilar deu motivo a desgostos, que se consubstanciaram num requerimento dos oficiais da guarnição ao Regente, o qual deferiu a petição não só em vista das razões apresentadas pelos mesmos, mas, também, porque os comandantes dos corpos alegavam que êsses, apresentariam, em formatura, "*mais arreganho e melhor aparência militar*." Esse é o objetivo da ordem do dia do Quartel General de 8 de Julho de 1837. Seis anos tinha durado a questão...

Entretanto a situação material da officialidade de terra não era das mais desafogadas.

Mas parece ser que a situação material e moral dos oficiais e das praças de pret foi sendo melhorada, com o decorrer do tempo, tanto assim que os soldados inutilizados no serviço das armas eram recolhidos a diversos *Asilos de Inválidos*, creados em 1840 pela iniciativa do Regente do Império Pedro de Araujo Lima e do Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, Conde Lages. O *Asilo* da Côrte funcionava na Fortaleza de São João.

Mas, foi só em 1842 que, sendo Ministro da Guerra José Clemente Pereira, foi elaborada a organização completa do Exêrcito, posta em execução nove anos depois.

A defesa marítima do porto esteve constituída das fortificações seguintes, mandadas desarmar pela Regência em 1831: *Fortaleza de Santa Cruz*, com as baterias do Pico e da *Práia de Fóra*; *Fortaleza de São João da Barra*, formada de quatro redutos: São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio; *Fortaleza de Villegaignon*, antigo *Forte Coligny*; *Fortaleza da Ilha das Cobras*; *Fortaleza da*

*Conceição* (no morro do mesmo nome); e *Fortes da Bôa Viagem* e *Gragoatá* (em Niterói), da *Práia Vermelha*, do *Leme*, de *Copacabana*, do *Trem do Moura*, e da *Ponta do Calabouço*, antigo de *Santiago*. Há muito, tinham deixado de prestar serviços, a *Fortaleza de São Sebastião* (no Morro do Castelo), os Fortes de *Manuel Velho*, da *Prainha*, da *Glória*, do *Pasmado* e de *São Clemente*, bem como as baterias de morteiros do *Arsenal* e de *Santo Inácio* (Morro do Castelo).

O *Arsenal de Guerra* (antigo *Parque de Artilharia*, fundado em 1764 —, e *Trem Real*) e as oficinas da *Fábrica de Armas do Morro da Conceição*, aparelhavam o Exército com o devido material e armamento. As pólvoras indispensáveis, que tinham sido desde 1808 sempre manufaturadas na *Fábrica de Pólvora do Jardim Botânico* (portão da Fábrica do Jardim Botânico), passaram em 1831 a serem preparadas na *Fábrica de Pólvora da Estrêla*, instaladas nas fazendas *Cordoaria*, *Mandióca* e *Velasco*, no sopé da Serra da Estrêla.

\* \* \*

O ensino militar do Exército de terra estava representado em 1850 pela *Escola Militar*.

Veja-se sucintamente que transformações sofreu essa instrução em nossa terra.

A *Aula de Fortificação*, mandada instalar em 1699 — 15 de Janeiro — na Capitania do Rio de Janeiro, por D. Pedro II, de Portugal, veio substituir as lições dadas desde o ano anterior pelo Mestre e Capitão Engenheiro Gregório Gomes Henriques aos *Condestáveis e Artilheiros da Praça*.

Reformada em 1738, para que os futuros artilheiros pudessem aprender a “*teoria da Artilharia e uso dos fogos artificiais*” e confiada ao *Sargento-Mór do Terço de Artilharia* José Fernandes Pinto Alpoim, foi, finalmente, transformada em 1767 na *Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*. E’ então nomeado o primeiro *Lente da Aula*. Acrescida — em 1774 — a Aula regimental da Cadeira de *Arquitetura Militar*, passa a mesma a denominar-se *Aula Militar*. E’ o embrião do Côrpo de Engenheiros Militares.

Em 1792, no Vice-Reinado de D. Luiz de Castro, 2.º Conde de Rezende, a *Aula Militar do Regimento de Artilharia* é transformada na *Real Academia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro*. E’, portanto, sobre o arcabouço desta que o Conde de Linhares organiza em 1810, sob o título de *Academia Real Militar*, o primeiro grande instituto de ensino militar que o Brasil possuiu.

Na Academia, os professores foram obrigados, por ordem do Príncipe Regente D. João, a ensinar por meio de livros franceses:

as lições de matemática de Lagrange, representadas pelas *Additions a l'algebre d'Euler, Mecanique analytique, Theorie des fonctions analytiques*, ou então, pela *Resolution des equations numeriques* e a não menos importante obra, *Leçons sur le calcul des fonctions*; o *Traité de calcul differentiel et du calcul intégral*, de Lacroix; as geometrias descritivas do mesmo Lacroix e do famoso Monge; a mecânica celeste de Laplace; a trigonometria esférica de Legendre; as obras sobre mecânica de Prony — com a sua *Architecture hydraulique*, e de Jean-Antoine Fabre, ou seja, o *Essai sur la theorie des rivières*; os ensinamentos de física segundo o abade Haüy ou o compêndio de Brisson; os trabalhos de Lavoisier e as memórias de Vauquelin, para a química; a história natural, de acôrdo com as diretrizes de Lacepede; a mineralogia, seguindo a orientação dos trabalhos de Haüy e de Brochant; a astronomia, tendo à vista os estudos de Lacaille e de Lalande; e os assuntos militares — tática, estratégia, castrometração, fortificação e reconhecimento de terrenos —, ensinados pelos livros de Gui de Vernon e de Cessac.

Para tão grande difusão da cultura francesa muito contribuiu a tipografia oficial, que imprimia não poucas traduções.

Outras versões portuguesas vinham de Lisbôa, como se deu com *O Contrato Social*, de Rousseau, ali feita em 1821 e aqui bastante divulgada.

Em 1832, é incorporada à Academia Real Militar a *Academia Nacional e Real de Marinha*, resultando daí a *Academia Militar e de Marinha da Côrte do Império do Brasil*. Os cursos eram quatro: matemático, militar, de pontes e calçadas e de construção naval.

Um ano depois de fundidas, as Academias se separaram, criando-se, na Militar, os cursos de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia, com seis anos de estudos. Esses, foram aumentados, em 1834, para oito, sendo os quatro primeiros destinados ao estudo das matemáticas e os quatro restantes às ciências militares, às minas e..... à arquitetura civil!

Em 1839, recebe a denominação de *Escola Militar* e passa a possuir dous cursos: de infantaria e cavalaria, em dous anos; e de artilharia, engenheiros e estado maior, em cinco anos.

Pelos *Estatutos da Escola Militar*, aprovados em 1842, sendo Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, o curso abrangia sete anos. Dêsses, os 1.º, 2.º e 5.º, para formar oficiais de infantaria e cavalaria, e os 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 6.º, para os de artilharia. Os engenheiros militares é que tinham que permanecer na escola durante todo aquele longo período. No último ano, estudava-se Arquitetura Civil na 1.ª Cadeira e Desenho de Arquitetura na 2.ª. Os alunos que obtivessem nota de *plenamente* em todas as cadeiras e durante dous anos seguidos, eram promovidos a *Alferes-Alunos* e percebiam

o soldo respectivo. Foi posto que substituiu até há bem uns vinte anos passados.

No ano seguinte, é promulgado o Decreto que concedia ao aluno que terminasse o sétimo ano, o título e gráu de *Bacharel em Matemática*. E o *Bacharel* que aspirasse ser *Doutor* deveria defender tése, a qual constava de uma dissertação “*sobre qualquer ponto da ciência matemática dos mais profundos*”. As insígnias eram borla e capelo de veludo azul orlado de ouro e anel simbólico: — de ouro, com chapa de esmalte azul e esfera armilar dourada.

Um e outro título (mantidos até bem vinte anos passados, quando se transformou o ensino militar sob a sábia inspiração do então Ministro da Guerra General Cardoso de Aguiar), foram de funestas consequências — com raríssimas e honrosas excepções — para a formação do verdadeiro tipo de oficial-soldado. Creou-se assim, entre nós, o oficial-matemático, o oficial-professor particular, o oficial-sociólogo, o oficial-político e, com a República, o oficial adepto de corrente filosófica que se não coadunava com o espírito militar.

Foi entre as paredes da Escola Militar que começou a funcionar, em 1842, uma *Cadeira de Engenharia*, regida pelo professor Vilanova, a qual, convenientemente desdobrada em 1858, deu origem à *Escola Central* — imitação da congênere francesa —, convertida depois em *Escola Politécnica*, e atualmente denominada de *Escola Nacional de Engenharia*. Deve-se esclarecer que a *Cadeira* de 1842 não constituía o primeiro passo para implantar os estudos de engenharia civil entre nós. Dez anos antes, a *Academia Militar e de Marinha*, fôra dotada de um *curso de pontes e calçadas*, que não era outra cousa que o modelo francês: a *École des Ponts et Chaussées*.

O *Colégio Militar do Imperador*, fundado em 1840 pelo Regente Pedro de Araujo Lima, sendo Ministro da Guerra o Conde de Lages, para educar os filhos dos Capitães e Officiais Subalternos do Exército, era o viveiro de alunos onde a *Escola Militar* se abastecia.

\* \* \*

No Exército não faltaram figuras importantes.

O Tenente-General João Henrique Von Böhn, ilustre militar alemão e Inspetor do Exército Colonial Português, companheiro, em Lisboa, do Conde de Lippe, e que comandou a guarnição do Rio de Janeiro ao tempo do Vice-Rei Conde da Cunha, bem como o seu companheiro Brigadeiro Jacques Funck, que chefiara o Córpo de Engenheiros e de Artilharia, tiveram no Brasil brilhantes sucessores.

Destaca-se, em primeiro lugar, o Tenente-General Carlos Antônio Nacion, Inspetor de Artilharia e dos Arsenais, Fábricas e Fundições,

tanto em Portugal como no Brasil, fundador (1808) e diretor da Fábrica de Pólvora da Lagôa de Rodrigo de Freitas, primeiro diretor da Academia Militar e vindo para o Brasil com o Conde de Linhares. Natural de Piemonte, prestou a Portugal os mais relevantes serviços, pelo que recebeu muitas mercês, dentre as quais se destaca a Gran-Cruz da Torre e Espada.

Depois vem um selecto grupo de ingleses: Sir John Forbes Skelater, "*Marechal dos Exércitos*" e "*Governador das Armas desta Côrte*" que aquí faleceu; o Marechal de Campo John Sadwell Connell, com relevantísimos serviços; e o Comandante em Chefe dos Exércitos Lusitanos, "*Marechal General*" Guilherme Carr Beresford, Conde de Trancoso e Marquês de Campo Maior, que esteve duas vezes no Brasil, tendo assistido na primeira à famosa parada dos *Voluntários Reais* na Práia Grande. E com jurisdição sobre as tropas aquí estacionadas, embora não tivesse vindo ao Brasil, deve ser mencionado Generalíssimo Lord Wellington.

Entre os oficiais de origem portuguesa ou brasileira, que serviram ao Rei do Brasil, com lealdade e competência se notam: o General Joaquim Xavier Curado, Comandante de Divisão, que foi, depois, comandante das tropas brasileiras contra Artigas e Governador das Armas da Côrte; o Marechal de Campo Sebastião Pinto de Araujo Correia, Ajudante General de Lecor; o Brigadeiro João de Deus Mena Barreto; o Coronel João Vieira Tovar, herói que perdeu um braço no lugar denominado *Indio Muerto*; e o Tentente-Coronel José de Abreu. Todos combateram na Banda Oriental. E mais: o Marechal de Campo Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda, comandante da Divisão que atuou em Pernambuco no ano de 1817; os seus colegas de posto Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pissarro, Bernardo da Silveira Pinto, Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena (Marquês de Vagos), Manuel de Souza Ramos, Carlos Frederico Bernardo de Gaula e Francisco de Paula Magessi, que foi Governador de Mato Grosso; os Tenentes Generais Francisco de Paula Leite, Manuel Marques de Sousa, Alexandro Elói Portelli, homem de excepcional valor, artilheiro e fortificador notavel e não menos valioso arquiteto; Conde de Vila Flor, Governador do Pará —, e o glorioso Conselheiro de Guerra e Ministro Joaquim de Oliveira Alvares. Não menor importância teve o também Tenente-General Carlos Frederico Lécór, português de nascimento, Visconde da Laguna, defensor da Banda Oriental e Governador de Montevidéu de 1816 a 1826. Figura muitas vezes injustamente apreciada no Brasil, o que contrasta sobremaneira com o renome que alcançou comandando uma Divisão de Wellington, quando foi da invasão de Portugal, e com o sucesso da habil, ponderada e diplomática administração exercida no território uruguáio. Quem o colocou com justeza no campo da his-



tória foi Wanderley Pinho, em notável conferência realizada no Instituto Histórico.

Segue-se a não menos ilustre coorte de oficiais originários da França: os Beaurepaire, Beaurepaire-Rohan, Escragnolle, Labatut e Marlière.

O Conde de Beaurepaire, natural de Toulon (Jacques, Antônio Marcos de Beaurepaire) acompanha a Família Real ao Brasil e presta tão relevantes serviços à Independência Nacional que alcança o posto de Marechal de Campo. Seu filho, Luiz de Beaurepaire-Rohan, nascido em São Gonçalo, faz o curso da Escola Central, ingressa no Exército, participa dos combates de São Paulo, e muito depois, da Guerra do Paraguai, onde na qualidade de ajudante de ordens do Conde d'Eu, se distingue pela sua bravura. Era, outrossim, literato e filólogo, tendo traduzido as fábulas de *Phedro*. O outro filho, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, Visconde de Beaurepaire-Rohan, também fluminense de nascimento, participa, como militar, na luta pela Independência, e na qualidade de engenheiro foi incumbido de não poucas missões importantes, tendo sido diretor de obras da Câmara Municipal. Possuindo vastos conhecimentos urbanísticos, propôs a abertura definitiva e canalização do Mangue e indicou a conveniência do arrazamento do Morro do Castelo, pois a Capital muito beneficiada ficaria na sua "*extensão, salubridade e embelezamento*". Luiz Alexandre Maria Roberto D'Escragnolle, Conde de Escragnolle, expatriado na Itália, ingressa depois com seu irmão nua Marinha Portuguesa e vem ter ao Brasil, acompanhando a Família Real. Tenente-Coronel por ocasião da Independência, comanda a Divisão encarregada de sufocar a rebelião separatista Pernambucana de 1824 e não só por esse como por outros serviços relevantes é condecorado e promovido, tendo chegado ao importante posto de Comandante e Governador das Armas do Maranhão. O General Pedro Labatut, depois de ter servido, como oficial, no Exército de Napoleão, exerce importante papel nas lutas travadas na Baía, saindo vencedor das batalhas de Pirajá e de Itaparica, contra as tropas lusas ao mando do General Madeira. Foi assim, o triunfador das primeiras ações militares que conduziram à definitiva emancipação política do Brasil. E Guido Tomaz Marlière, emigrado de Portugal, em consequência da invasão francesa, serve, na qualidade de oficial do Exército Português, na Província de Minas Gerais. Ali, com o posto de Capitão e exercendo o cargo de Diretor Geral dos Índios, se dedica, abnegadamente, durante mais de três lustros ao serviço de pacificar, catequizar, arregimentar, instruir e curar os índios. Dessa maneira conquistou inúmeros territórios para benefício do país, civilizou a enorme região do rio Dôce e tornou possível a navegação nos rios, convertendo-os em valiosas artérias de comunicação. Ao benemérito precursor do grande Rondon se deve, da

mesma forma, a primeira tentativa de estabelecer a indústria siderurgica no território de Minas.

Mais nomes de ilustres chefes militares daqueles tempos: Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, Marquês de Barbacena, que chegou a ser, além de oficial de marinha e do exército, Brigadeiro, Marechal de Campo e Tenente-General, tudo quanto um homem podia aspirar: Ministro do Império e da Fazenda, diversas vezes Embaixador em missão especial e tutor de D. Maria II; Major Miguel de Frias e Vasconcelos, de tão importante atuação no momento da renúncia do Primeiro Imperador; Patrício José Correia da Câmara, 1.º Barão e 1.º Visconde de Pelotas, notavel militar que serviu nas guarnições militares de Gôa, Díu e África, e chegou aos altos postos de Sargento-Mór do Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul, Brigadeiro, Marechal de Campo e Tenente-General; Antéro José Ferreira de Brito, Barão de Tramandaí, comandante das armas em Pernambuco, na Baía e na Côrte, Ministro da Marinha e da Guerra; Miguel de Sousa Melo e Alvim, naturalizado brasileiro pela Constituinte, homem cultissimo, prestou os mais notáveis serviços ao Brasil, tendo exercido a presidência das Províncias de São Paulo e Santa Catarina, e o cargo de Ministro da Marinha; Diogo Jorge de Brito que, pelo seu merecimento, enobreceu a carreira que abraçara, chegando a Ministro da Marinha; General Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão, agraciado mais tarde com o título de Visconde de Santa Tereza; Marechal João Paulo dos Santos Barreto, cientista, catedrático, deputado e varias vezes Ministro da Guerra; Brigadeiro João Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg, Marquês de Aracatí, ilustre administrador, eminente homem de governo, Ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros; Marechal de Campo João Vieira de Carvalho, Barão, Conde e Marquês de Lages, nove vezes Ministro de Estado, guerreiro da Cisplatina, fidalgo da Casa Imperial e *Alferes-Mór* na coroação e sagração de D. Pedro II; Marechal Pedro de Alcantaria Bellegarde, engenheiro militar, cartógrafo, professor de fortificação, e mais tarde diretor do Arsenal de Guerra, Ministro da Guerra e da Agricultura e deputado: tais são as credenciais de quem tambem foi historiador, autor de obras pedagógicas (inclusive um Compendio de Arquitetura Civil), arquiteto e fundador da *Escola de Arquitétos Medidores* da Província do Rio de Janeiro.

Outros militares que, outrossim exerceram a arquitetura foram Guillobel e Francisco José de Sousa Soares de Andreia, Visconde de Caçapava. Nascido em Portugal, veio para o Brasil acompanhando a Côrte e abraçou — como Oyenhausen e tantos outros — a causa da Independência, exercendo os mais importantes postos, inclusive o de Marechal e o Comando das Armas de diversas Províncias. Foi mais: deputado, escritor e cartógrafo.

Figura de destaque foi, da mesma forma, o Tenente-General José de Oliveira Barbosa: tático muito habil, grande conhecedor dos assuntos ligados às polvoras e emérito professor. Como Capitão, foi auxiliar do Lente de Aula do Regimento de Artilharia, a quem veio substituir no referido cargo. Pelo merecimento ali revelado é promovido a Tenente-Coronel, ficando agregado ao referido Regimento, cujo comando assume, uma vez Coronel. Em 13 de Maio de 1808 alcança o Generalato, pelo que têm de abandonar o magistério e o Regimento, onde permanecera 33 anos. No ano seguinte assume o cargo de Governador Geral e Capitão General do Reino de Angola. Atinge ao posto de Marechal de Campo em 1810. Depois foi: Chefe de Polícia da Côrte (1821), Ministro da Angola. Atinge ao posto de Marechal de Campo em 1810. Depois foi: Chefe de Polícia da Côrte (1821), Ministro da Guerra (1823), Barão do Passeio Público (1829), Visconde do Rio Comprido (1841) e Conselheiro de Guerra. Tendo falecido em 1844, com 80 anos de idade, prestou durante 70 os mais importantes serviços ao Exército. Ademais, era cavalheiro finíssimo e muito sociável, sendo o proprietário do bellissimo e grande imovel da Rua do Passeio esquina da Rua das Belas Noites, projetado por Grandjean de Montigny e demolido em 1936.

Nome que não pôde ser esquecido é o do Marechal Conrado Jacob de Niemeyer. Natural de Hanover e ao serviço de Portugal veio para o Brasil, onde exerceu importantes cargos como artilheiro consumado, projecto engenheiro militar e ilustrado matemático. Deixou illustre descendência que tem sabido honrar o sobrenome familiar.

Os Lima e Silva honram o Brasil, na carreira das armas. Onze atingem o generalato.

O Marechal José Joaquim de Lima e Silva, português de nascimento, fidalgo cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de Aviz, casa-se no Brasil com a distintissima patricia, da qual houve cinco filhos: Francisco, João Manuel, Luiz Manuel, José Joaquim e Manuel da Fonseca. E' portanto, avô do Duque de Caxias. O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva — progenitor do Duque — comanda as tropas Imperiais contra a Confederação do Equador, foi governador das Armas da Côrte, Veador da Imperatriz Leopoldina, recebe a abdicção do 1.º Imperador, faz parte da Regência, proclama o segundo Imperante e entrega o poder a Feijó. O Brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva — mais tarde agraciado com o título de Visconde de Magé — debela um movimento revolucionário em Minas Gerais, comanda a Imperial Guarda de Honra por ocasião da Independência e substitui a Labatut no comando do Exército Libertador da Baía. O Tenente-General Manuel da Fonseca Lima e Silva — depois Visconde de Suruí — chefia o Batalhão do Imperador, toma parte na Guerra da Independência, sobraça as pastas da Guerra, da Marinha e do Império, e exerce a Deputação Provincial Fluminense e a Presidência e Comando das Armas de São Paulo. Os

demais tios paternos do nosso Grande Marechal, João Manuel e Luiz Manuel ambos Marechais de Campo, muito se destacam, por sua vez, nas guerras da Cisplatina e da Independência e nas lutas ocorridas durante a Regência e 2.º Reinado do Império.

E, finalmente, Luiz Alves de Lima e Silva, Marechal do Exército e, sucessivamente, Barão, Visconde, Conde, Marquês e Duque de Caxias, é a personificação viva do soldado brasileiro. Disciplinado e disciplinador, baluarte da Monarquia, sempre presente onde era necessário restabelecer a ordem e o respeito ao poder constituído, comanda o Batalhão do Imperador, guerreia a Lavallega, combate os *Farrapos* do Rio Grande do Sul, os *Balaíos* do Maranhão, a revolta dos Paulistas chefiada por Feijó e o levante de Minas, pacifica o Rio Grande, contribui para o feito de Monte Caseros que deu por terra com Rosas e se cobre de glória no Paraguai.

\* \* \*

Falar de medalhas militares brasileiras criadas e outorgadas no Brasil até metade do Século XIX é repetir com menos brilho e sem nenhuma erudição o que outros historiadores, críticos e medalhistas já escreveram ou disseram.

Está neste caso, o Sr. Francisco Marques dos Santos, historiador e numismata patricio, que em sua valiosissima obra *Medalhas Militares Brasileiras* esgota o assunto. Estudo consciencioso, ele trata com justo critério da medalha creada em 1809 para comemorar a tomada de Cayena aos Franceses, do distintivo concedido aos militares por tal feito bélico, da medalha comemorativa da criação da Guarda Cívica (em 1822) e daquelas outras veneras concedidas ao Exército e à Esquadra do Barão da Laguna, ao Exército Cooperador da Boa Ordem e à Armada por ocasião da Pacificação de Pernambuco (em 1824), e da Independência da Baía.

Não se trata pois, no presente momento de repisar sobre tão interessante assunto, já devidamente explanado.

Trataremos por isso, de alguns detalhes interessantes e geralmente desconhecidos das condecorações mais importantes, pela sua tradição e origem, outorgadas no Brasil, a militares no Brasil-Reino e Brasil Império.

Começaremos pela mais antiga: a *Ordem de São Bento de Aviz*. Criada, com carater militar em 13 de Agosto de 1162 por Dom Afonso Henriques, foi tornada brasileira em 20 de Outubro de 1823. Compunha-se de três classes: *Grã-Cruzes*, *Comendadores* e *Cavaleiros*. Os primeiros tinham direito ao tratamento de Excelência. Todos os militares, depois de vinte anos de bons serviços, podiam aspirar à nomeação de *Cavaleiro*. Era a única Ordem do Brasil com número limitado de membros em todas as classes que a constituíam.

As insígnias e côres peculiares a esta Ordem, e às de *Cristo* e *São Tiago* continuaram a ser as mesmas que distinguiram as Ordens Portuguesas de onde elas provinham. Entretanto, pelo Decreto de 9 de Setembro de 1843, que passa a considerá-las como civís e políticas, as respectivas cores, embora conservadas, ficavam acrescidas de outras. Assim, a côr verde de *Aviz* possuiria orlas vermelhas, e a arroxeadada de *São Tiago* e vermelha de *Cristo*, seriam orladas de azul.

Na mesma data em que o Govêrno Imperial mantinha a Ordem de *Aviz*, era conservada, tambem, a de *Cristo*, instituida pelo Rei D. Diniz de Portugal, com o nome de *Religião Militar de Cristo*. Mas, essa Ordem de Cavalaria não era outra cousa que a dos Templários, fundada em 1117 com o fim de proteger os peregrinos cristãos que iam à Terra Santa contra o ataque dos mussulmanos. E como a séde da mesma era um edificio erigido sobre as ruinas do Templo de Salomão, em Jerusalem, daí lhes adveio a denominação. Riquíssima e poderosa, ela se espalhou pela Europa, havendo importantes núcleos de Templários na França, Espanha, Inglaterra e Ilha de Chipre. Dissolvida em virtude do processo que o Rei da França Felipe o Belo instaurara, com plena aquiescência do Papa Clemente V, contra os seus componentes, acusados de ação anti-cristã, ela ressurgiu, porem transformada. Coube ao Rei D. Diniz, de Portugal, operar essa transformação, devidamente autorizada pelo Papa. Deu-se-lhe, então, a designação antes mencionada.

Somente em 30 de Maio de 1827 é que, pela *Bula* do Papa Leão XII, foi dita Ordem desligada da do Reino de Portugal e criada, com caráter brasileiro, sob a denominação de *Ordem Imperial de Nosso Senhor Jesus Cristo*.

*Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*, constituíam as três ordens de dignatários.

A *Ordem de São Tiago da Espada*, fundada em 1175, pelo Papa Alexandre III, é de origem espanhola, pois foi fundada no Mosteiro de Santo Elói, na Caliza. Tornada portuguesa, mas com obediência aos mestres de Castela, ela teve no reinado de D. Diniz, uma *Bula* de isenção concedida pelo Papa Nicolau IV, de sorte que os seus *cavaleiros* puderam eleger o respectivo *mestre*. Esse foi D. João Fernandes, "*primeiro mestre que houve em Portugal*". Unida novamente a ordem de Portugal à de Castela, só foi possível a separação definitiva por meio da *Bula* do Papa João XXII, em 1320. Com o favor que cada vez mais a infantaria adquiria no conceito dos estrategistas e com os feitos por ela praticados nos campos de batalha, as Ordens de Cavalaria foram perdendo um pouco da auréola que as nimbava. O desastre de Alcacer-El-Kibir feriu-as de morte. A administração das três Ordens: *Cristo, Aviz e São Tiago*, passou para a Corôa de Portugal, que as converteu em instrumento político. As comendas passaram de pais a filhos, "*não pela*

lei mas pela razão de interesses, antepondo-se ao estatuto que as regia as conveniências pessoais dos apaniguados”.

D. Maria I resolve, em 1779, devolver às três Ordens o seu antigo prestígio e em 19 de Julho daquele ano expede uma *Carta de Lei*, “para Bem Melhoramento e Dignidade Civil e Política”, das mesmas.

Os seus membros também estavam subdivididos em três categorias: *Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*.

Outros militares possuíam veneras das Ordens criadas no Brasil: umas *Reais* e outras *Imperiais*.

Dentre as *Reais* se destacava a da *Torre e Espada*: primeira Ordem de Cavalaria instituída no Brasil.

Não se tratava, porém, propriamente de uma criação, porquanto essa teve lugar em 1459; sendo autor da mesma o Rei de Portugal D. Afonso V, o *Africano*, com o objetivo de premiar os relevantes serviços dos cavaleiros lusitanos nas terras africanas. Mais tarde extinta, ela foi restabelecida em 13 de Maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente D. João.

Regulamentada pelo decreto de 29 de Novembro daquele ano e ampliada pelos Alvarás de 5 de Julho de 1809 e de 23 de Abril de 1810, destinava-se a recompensar civis e militares.

Não possuindo caráter religioso, como as de *Cristo, Aviz* e *São Tiago*, o Príncipe Regente estava habilitado a concedê-la aos oficiais ingleses, protestantes, de terra e mar, que o tinham acompanhado ao Brasil.

Era formada de três classes: *Grã-Cruzes* (Efetivos e Honorários), *Comendadores* e *Cavaleiros*.

A insígnia dos *Cavaleiros* compunha-se de uma *Chapa* redonda de ouro, tendo numa face a efígie de D. João VI e na outra, o lema *Valor e Lealdade*. A dos *Comendadores* e *Grã-Cruzes* era a mesma, tendo porém uma *Torre* firmada na parte superior. Além disso, os *Grã-Cruzes* usavam a *Banda* a tiracolo e um *Colar* sobre os ombros, o qual estava formado de uma cadeia de espadas, engastadas em corôa de louros, e de torres unidas por eles de corrente e colocadas alternativamente. As duas ultimas corôas sustentavam a venera, no meio da qual se destacava a efígie de D. João VI, coroada de louros. A cor da Ordem, era azul.

As suas condecorações foram concedidas em tão pequeno número, principalmente durante o primeiro Reinado do Império, que D. Pedro IV de Portugal, o nosso D. Pedro I, não vacilou em reformá-la, no ano de 1832, com o título de *Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*.

Não foi, entretanto, a *Ordem da Torre e Espada*, a única criada no Brasil pelo Príncipe Regente. Dez anos depois daquela, em 1818 — 6 de Fevereiro — ele instituiu a *Ordem Militar de Nossa Senhora da*

*Conceição de Vila Viçosa*, padroeira do Reino, com a qual comemorava sua coroação e ascensão ao trono de Portugal, Brasil e Alvarves.

A insígnia constava de uma estrela de oito pontas esmaltadas de branco e filetada de ouro, tendo ao centro a cifra A.M. (Ave-Maria) em ouro, circulado por um anel com o lema *Padroeira do Reino*. O espaço entre as pontas da estrela é preenchido por meio de raios de ouro sobre os quais existe, em cada intervalo, uma pequena estrela esmaltada de branco. Presa à ponta superior está a Corôa Real, em ouro. As cores que caracterizam a Ordem são azul e branca.

Com a Independência surgem os dignitários das Ordens Imperiais Brasileiras.

O Império do Brasil além de conservar três das cinco Ordens antes mencionadas: *Cristo*, *Aviz* e *São Tiago*, cria com feição genuinamente brasileira, as do *Cruzeiro*, de *Pedro Primeiro* e da *Rosa*.

A *Ordem Imperial do Cruzeiro* foi instituída em 1.º de Dezembro de 1822, com o fim de assinalar de maneira solene a aclamação, sagração e coroação de D. Pedro I.

No Decreto de criação dessa Ordem Honorífica, o Imperador declarava que era denominada do *Cruzeiro* não só como alusão à constelação que domina a América Austral, mas, também em memória do nome de *Terra de Santa Cruz* que o Brasil tivera desde o descobrimento.

Os membros da Ordem abrangiam quatro classes: *Grã-Cruzes*, *Dignitários* (e não *Dignatários*, como se diz ou se escreve comumente, e que correspondiam aos *Comendadores*), *Oficiais* e *Cavaleiros*. Os pertencentes às três primeiras classes, estavam subdivididos em efetivos e honorários. Os *Grã-Cruzes* tinham direito ao tratamento de *Excelência* e as honras de Tenente-General; os *Dignitários*, honras de Brigadeiro; os *Oficiais*, de Coronel; e os *Cavaleiros*, de Capitão.

A insígnia de *Cavaleiro* era uma estrela, com cinco pontas duplas, esmaltadas de branco e filetadas de ouro; assentada sobre uma corôa emblemática de folhas de café e tabaco, esmaltadas de verde. Ao centro, uma chapa esmaltada em campo azul claro cortada por uma cruz latina formada de dezenove estrelas esmaltadas de branco, e no perímetro do campo um anel ferrete com a legenda *Benemerentium Premium*, em ouro polido. Firmada sobre a estrela, a Corôa Imperial, em ouro, com uma argola por onde passava a respectiva fita.

A *Chapa*, usada pelos *Grã-Cruzes*, *Dignitários* e *Oficiais* era de metal ou bordado do lado esquerdo do uniforme. Essa chapa ou placa, não tinha os ramos de café e tabaco, sendo os intervalos entre os ramos das estrelas preenchidos por meio de raios de ouro polido. Por sua vez, a Corôa Imperial se achava engastada no ramo superior da estrela. A cor que caracterizava a Ordem, era azul celeste.

As insígnias deviam ser usadas da seguinte forma: os *Grã-Cruzes*, *Banda* a tiracolo, da direita para a esquerda, com medalha da Ordem

pendente do laço, e *Chapa* de metal ou bordada no lado esquerdo da farda, mas ao alto; os *Dignitários*, traziam a insígnia pendente de fita larga passada ao pescoço, e a *Chapa*; os *Oficiais*, além da *Chapa*, a venera suspensa da fita e colocado no peito esquerdo do uniforme; e os *Cavaleiros*, traziam simplesmente a venera, na mesma colocação.

Nas grandes solenidades, os membros da Ordem compareciam de manto branco com cordões e alamares azul celeste. Na parte do manto correspondente ao ante-braço esquerdo estava bordada a insígnia que correspondia ao dignitário.

Esta Ordem foi considerada por D. Pedro I como a Legião de Honra do Império do Brasil.

A *Ordem de Pedro Primeiro, Fundador do Império do Brasil*, foi criada a 16 de Abril de 1826.

Estava composta de *Grã-Cruzes, Comendadores e Cavaleiros*. Todos, membros efetivos. Entretanto, somente dois brasileiros foram agraciados com a mesma: o Marquês de Barbacena, em 1826, com o gráu de *Cavaleiro*, e o Duque de Caxias, feito *Grã-Cruz* em 1868.

A venera ou insígnia de *Cavaleiro*, constava de um grifo de ouro, visto de frente e com a cabeça para a sinistra, assente sobre uma Coroa de Conde, e tendo ao pescoço uma cartela com a cifra P. I. Folhas de louro, esmaltadas de verde, rodeiam a figura, cuja cabeça está presa por uma pequena haste de ouro à Coroa Imperial, também de ouro.

Os Comendadores usavam a *Chapa*: uma estrela com as pontas esmaltadas de branco e filetadas de ouro, tendo ao centro um anel com a legenda *Fundador do Império do Brasil*, em preto. Um resplendor em ouro, de forma pentagonal servia de fundo para a estrela, cuja ponta superior estava encimada da Corôa Imperial. A côr da fita era verde, orlada de branco.

Os *Estatutos* da Ordem aprovados pelo Decreto de 19 de Outubro de 1842, constituíam o único ato de D. Pedro II em matéria de Ordens Honoríficas.

A *Ordem Imperial da Rosa*, militar e civil, foi criada em 17 de Outubro de 1829, por D. Pedro I, para comemorar o seu casamento com a Princesa Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt.

Estava constituída de seis classes: *Grã-Cruzes* (Efetivos e Honorários), *Grandes-Dignitários, Dignitários, Comendadores, Oficiais e Cavaleiros*. Para ser *Grã-Cruz*, era exigido que o dignitário já tivesse direito ao tratamento de *Excelência*. E para os graus de *Grande-Dignitário e Dignitário*, o direito anterior ao tratamento de *Senhoria*.

Por sua vez, a Ordem concedia o tratamento de *Senhoria* aos *Comendadores* e as honras de Coronel e de Capitão aos *Oficiais e Cavaleiros*, respectivamente.

A venera constava de uma estrela esmaltada de branco e filetada de ouro, cujas seis pontas estavam sucessivamente ligadas por uma



delicadíssima corôa de rosas. Ao centro, um anel esmaltado de azul com a legenda *Amôr-Fidelidade*, em ouro, rodeava a cifra *P. A. L.*, formada de letras entrelaçadas, isto é, um monograma. Uma corôa Imperial, firmada sobre a estrela, dava belo realce ao conjunto. A fita era de côr rosa desmaiada, com dois filetes brancos e um pouco largos.

Os *Grã-Cruzes Ejetivos*, usavam, além da *Banda* a tiracolo, o *Colar* sobre os ombros, e composto de escudos de ouro, com as iniciais *P.A.* (Pedro-Amélia) gravadas, unidos por meio de corrente do mesmo metal, a rosas esmaltadas na côr natural com quatro folhas verdes, também em esmalte. Escudos e rosas, eram dispostos alternadamente. Pendente do colar, ficava a insígnia da Ordem. Os *Grã-Cruzes Honorários*, não tinham direito ao *Colar*. Os *Grandes Dignitários*, *Dignitários* e *Comendadores*, usavam venera pendente de fita passada ao pescoço e *Chapa*. Entretanto, a venera e a *Chapa* do grau de *Oficial*, não possuía a Corôa Imperial. Os *Cavaleiros* traziam a insígnia pendente de uma fita presa ao uniforme, na posição correspondente.

\* \* \*

As fardas dos oficiais generais foram modificadas por diversos decretos. Não obstante, foi só o de 1823 que estabeleceu o primeiro plano de uniformes para o Estado Maior General.

Nas recepções e solenidade da Côrte, os Generais envergavam casaca fechada preta, azul escuro ou verde garrafa —, com grande gola aberta bordada com folhagem estilizada de carvalho, peito com ramagem trabalhada e ricas dragonas de cachos de canutão anelado. Todas as costuras bordadas. Banda rígida, envolvendo a cintura com borlas pendentes ao longo da perna esquerda ou um pouco à frente da mesma. Calção justo de linho branco com bordados nas costuras e no alcapão ou então, calça comprida, apresilhada, flanela branca com galão dourado. Chapéu armado — mais baixo que os de tipo português —, com plumas brancas. Modelo puramente Napoleônico.

Os uniformes dos oficiais superiores e subalternos são idênticos aos de seus corpos, com os distintivos adequados.

A espadas dos oficiais eram douradas, ligeiramente encurvadas, com copos muito discretos, bainhas de couro preto envernizado e guarnições de metal dourado. Cinturão, talabarte e fiadores tecidos a ouro e vermelho, salvo os dos *caçadores*: de couro preto envernizado.

As dos Generais tinham as bainhas douradas. Quando um General exercia o cargo de Ministro, usava *espadim*.

Os oficiais dos estados maiores, bem como os oficiais e soldados dos corpos montados, inclusive a Cavalaria das Milícias, usavam *sabretache*: decorativa bolsa de couro envernizado pendente do cinturão ao longo e um pouco atrás da perna esquerda. Também foi usada intermi-

tentemente pelos oficiais Engenheiros, de Caçadores Henriques e de Fuzileiros.

Os uniformes da tropa apresentavam características bem interessantes, como descreve Gustavo Barroso em suas importantes obras *Uniformes do Exército* e *História Militar do Brasil*.

As tropas portuguesas que estacionaram no Rio de Janeiro no 1.º quartel do Século XIX, fardaram-se à francesa, salvo pequenos detalhes copiados de outras tropas européias. Tais foram: a *barretina* inglesa, as dragonas enchumaçadas austriacas, denominadas de *chouriças*, bem como o uniforme branco e vermelho, e correíame negro, dos dragões austriacos.

Depois do 7 de Setembro, a preocupação é tornar os uniformes bem diferentes dos da antiga Metrópole. Substitue-se a *fardeta* côr de pinhão dos caçadores lusos ou a azul com golas e canhões carmezins dos outros infantés, pela jaqueta verde dos *caçadores* brasileiros. Galões amarelos nos canhões e golas, nacionalizam ainda mais — quanto à côr —, esse uniforme. No braço esquerdo, um tópe circular verde, abaixo do qual ficava um galão amarelo, em forma de V, com o patriótico dístico de *Independência ou Morte*. A calça é verde ou branca no 2.º uniforme. A *barretina*, com *mirliton*, possui penacho verde com olhos amarelos.

Os *Archeiros*, até então fardados de azul e vermelho, adotam, também, o verde e ouro.

Para não ficar em plano secundário, as *Milícias* adotam as mesmas côres, dando origem pelo uso de penachos verde-amarelos, a que os seus soldados fossem sarcásticamente denominados pelo povo, de *periquitos*.

No 2.º Reinado do Império, os paramentos dos *Caçadores* passam a ser pretos. Os botões, escuros. Na *barretina* figura, como emblema da arma, a Cruz de Malta. Gustavo Barroso atribui o emprego desse emblema ao fato dos ingleses o usarem como distintivo das tropas ligeiras. Estranho é — asinala o referido historiador e escritor pátrio — que as tropas ligeiras que o usavam, na Inglaterra, pertenciam à cavalaria: os *Light Dragoons*, ao passo que no Brasil quem o tinha, como distintivo, era uma tropa a pé.

Com o decorrer do tempo a *barretina* inglesa é substituída pela revestida de oleado preto, em modelo lusitano. Afunilada para cima, constituía a cobertura usada não só pelos *caçadores*, mas também, pelos *fuzileiros* e *granadeiros*. Depois, a *barretina* cede lugar ao *gurutão*: cartola de couro preto envernizado com pequena viseira, bela e larga placa de metal amarelo, cordão envolvendo a mesma e penacho. A *jaqueta* é sempre com duas séries de botões, tendo nos ombros as *chouriças*. São vermelhas e brancas nos *granadeiros*, pretas nos *caçadores* e vermelhas nos *fuzileiros*. Generaliza-se, no 1.º uniforme, o uso da calça branca apresilhada ou com polainas brancas. Oficiais e sargen-

tos trazem, debaixo do cinturão, uma *banda* vermelha com borlas do lado esquerdo do corpo. Os oficiais usam, no pescoço, colar com placa e tracelím de ouro prendendo o lápis indispensável à redação das ordens. Tal o modelo dos *Caçadores Henriques*. O nosso atual *Batalhão de Guardas* se apresenta uniformizado dessa maneira nos dias festivos nacionais.



1845 — Porta-Machado

As bandas de música, os pifanos e os tambores de cada corpo a pé, usavam de acordo com os recursos, das *caixas* de cada um deles, uniformes especiais em que abundavam os prateados. Essa, constituía mais uma tradição Napoleônica introduzida no Brasil. Precediam as bandas de música os *machadeiros*, envergando uniformes também muito usados na França. Traziam grandes aventais de couro, cobriam-se com *ursas* empenachadas, levavam sobre os ombros pesados e reluzentes machados e usavam — coitados — longas barbas, verdadeiras ou postiças. Eram os homens mais altos da tropa.

Da cavalaria, poucos documentos ficaram. Os mais completos são os capacetes do 1.º Regimento e o quadro de Pedro Américo — *O Grito do Ipiranga* — onde se pôde apreciar o bellissimo uniforme da guarda de D. Pedro I.

Batendo-se denodadamente pela adopção do mesmo no Regimento a cavalo número um do Exército Brasileiro, Gustavo Barroso viu seus esforços coroados de êxito. Assim se farda nos dias de gala esse corpo de elite que é o atual *Regimento dos Dragões da Independência*. E daí por diante, adotaram uniformes de parada, de tipo antigo, o já citado corpo de *Guardas*, o que se deve ao Coronel Leonardo de Campos, e à Escola Militar.

Da artilharia, é quasi nula a documentação conhecida até agora, Restaria a falar da engenharia, das milícias e da guarda-nacional. Mas as circunstâncias que rodeiam a leitura deste trabalho não o permitem.

\* \* \*

Debate apresentado pelo Cap. de Fragata ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES à conferência feita pelo Prof. MORALES DE LOS RIOS, a 7 de Fevereiro de 1939, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Antes de tudo devo associar-me às congratulações de todos os presentes pelo sucesso da interessante conferência que o professor Mora-

les de Los Rios acaba de fazer. Nem podia ser outra a impressão causada, visto tratar-se de um já mui conhecido cultor da história.

Por um dever que me foi imposto pelo Presidente do nosso Instituto, devo dizer-lhes que, a meu vêr, o conferencista acaba de tratar do assunto relativo às ordens honoríficas no Brasil até o meiado do seculo XIX, com grande clarividência fazendo uma sintese completa do que existe.

Não sei que ponto devo debater, sinceramente assim digo, pois nada encontro que mereça de minha parte qualquer refutação.

Cabe-me portanto, a agradável tarefa de manifestar minha franca opinião, fazendo ressaltar o valor do trabalho, sob o ponto de vista histórico, que ora nos apresenta o professor Morales De Los Rios, trabalho este exaustivo e bem orientado.

Infelizmente é esse um estudo que tem sido negligenciado pelos nossos maiores em letras. Pouco se tem escrito e assim mesmo alguns trabalhos estão em divergência. Entre os que têm vindo à luz, cita-se o do Dr. Artidoro Xavier Pinheiro sobre "Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil"; o do Dr. Affonso d'Escragolle Taunay, publicado na "Revista Numismática" do Estado de São Paulo; o do Coronel Laurenio Lago sobre "Medalhas e Condecorações Brasileiras" e finalmente o de Francisco Marques dos Santos, meu amigo, que além de grande conhecedor de ordens honoríficas do Brasil é também um estudioso de medalhas em geral e em particular das de campanha.

O professor Morales de Los Rios ao se referir às ordens honoríficas criadas no Brasil dá-nos a conhecer os motivos de sua criação. Assim a Ordem do Cruzeiro foi instituída para comemorar a aclamação, sagração e coroação de D. Pedro I, como imperador constitucional do Brasil e seu defensor perpetuo; a de Pedro I para marcar de uma maneira distinta a época em que foi reconhecida a independência do vasto império que teve a glória de fundar e finalmente a da Rosa para perpetuar a memória do faustosissimo consórcio de D. Pedro I com a princesa Amélia de Leuchtemberg.

O ilustre conferencista poderia, ainda, se não fôra alongar mais a conferência, ressaltar um dos motivos do restabelecimento das Ordens da Torre e Espada por D. João VI, talvez o principal, após a sua chegada ao Brasil. A carta lei que instaurou e renovou a referida ordem, entre outros itens, dizia que D. João VI assim fazia querendo assinalar a memoravel época em que aportou felizmente a esta parte importantissima dos seus estados, comemorando assim a chegada da família real ao Brasil.

Felicito mais uma vez o ilustre conferencista pelos proveitosos conhecimentos que nos transmitiu a respeito das condecorações brasileiras que, se não aumentam o mérito de quem as recebe, pelo menos o atestam em nome da Pátria.

# MARQUÊS DE BARBACENA NO 1º CENTENÁRIO DE SEU FALECIMENTO

(Conferência realizada pelo **General SOUZA DOCCA**, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Uma das funções deste Instituto, em seu nobre culto pelo passado, é recordar, recordar sempre, para ministrar exemplos edificantes, deixados pelos nossos maiores, no transcurso pela vida, ao serviço do progresso, da civilização, da família, da sociedade ou da Pátria.

Na prática desse exercício meritório, não podia esta nobre e tradicional Casa ser indiferente à passagem do primeiro centenário do falecimento de Felisberto Caldeira Brant Pontes — marquês de Barbacena, grande do Império, embaixador do Brasil, marechal do Exército e que tem ainda a coroar todos esses altos títulos este, sobremodo recomendável: benemérito brasileiro.

Não é de se traçar aqui, nem mesmo em linhas gerais, a biografia desse gentil homem — tão vasta ela é que não seria possível enfeixá-la em uma simples conferência.

Vamos, pois, nos limitar a tratar de alguns fatos de sua acidentada e edificante vida pública, que é uma fonte de nobres inspirações, como sóe ser a vida de todos os idealistas.

Movido pelo desejo, nunca assás louvado, de se consagrar ao serviço da Pátria, preferiu a carreira das armas e ingresou na Academia de Marinha, em Lisbôa, onde conquistou todos os premios prometidos, como laureado em seu curso.

Sendo-lhe negado, entretanto, pela sua pouca idade, o acesso ao posto de capitão de mar e guerra, que lhe cabia, segundo dizem todos os seus biógrafos, desgostou-se com essa negativa e pediu sua transferência para o Exército, onde foi incluído com o posto de major e passou a servir na Angola.

Sua carreira miliar foi rápida: aos 39 anos de idade ascendia a general.

## DIPLOMATA

A maior glória do marquês de Barbacena, entretanto, como servidor do Brasil, lhe estava reservada no campo da diplomacia, para a qual possuía qualidades excepcionais.

Devido a sua atitude desassombrada e patriótica, na Baía, por ocasião das agitações políticas, em fevereiro de 1821, a favor do movimento constitucionalista de Portugal, sofreu injustiças ali e no Rio de Janeiro.

Profundamente vexado com esse tratamento fixou, com permissão do governo, residência em Londres.

Aí teve, com a alegria própria do bom patriota que era, a notícia do retorno de D. João VI para Portugal.

Escreveu, em seguida, a José Bonifácio, que ocupava uma das pastas no governo do príncipe D. Pedro, oferecendo ao Estado seus serviços pessoais e seus bens particulares.

Gozava então, o nosso ilustre compatriota, de grande apreço na corte britânica, decorrente do seguinte fato.

A esquadra inglesa que sob o comando do almirante Home Popham conduzia para o Rio da Prata as tropas do marechal Baresford, aportou à Baía, em 1805, necessitada de recursos pecuniários. Estes lhe foram emprestados pelo então tenente coronel Felisberto Caldeira Brant Pontes, sem juros, mediante letras sobre o tesouro de Londres.

Esta ocorrência aproximou o nosso compatriota do grande ministro inglês George Ganning, que se comprazia em recebe-lo na intimidade, dando provas de alto e nobre reconhecimento por aquele ato e, essa intimidade, aumentou e se fez estima, graças à cultura e à sedução pessoal de Barbacena.

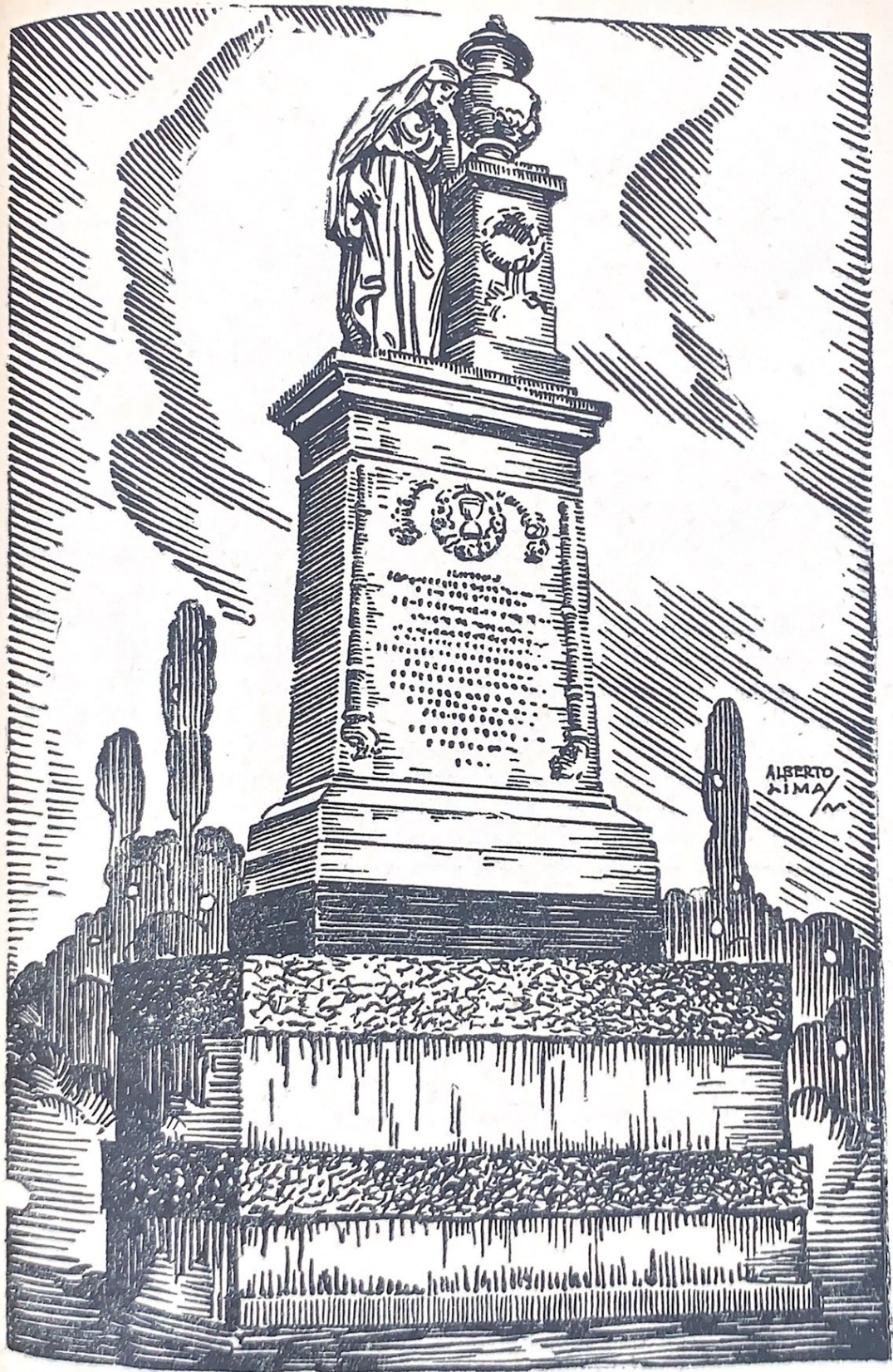
José Bonifácio, com aquele atilamento que lhe era peculiar, aceitou, logo, os serviços de seu prestigioso compatriota e fez D. Pedro assinar a carta que o acreditava junto ao governo britânico e o decreto que o nomeava para exercer "o lugar de encarregado de negócios na Corte de Londres".

Esses dois importantes, audazes e curiosos documentos que tinham como objetivo tentar abertura de caminho no exterior para o reconhecimento de nossa soberania, tem a data de 12 de agosto de 1822.

O marechal Caldeira Brant não podia, entretanto, ser recebido oficialmente, visto que o Brasil não tinha, como Estado, personalidade internacional de soberania própria, esta só existiria depois de seu reconhecimento na *societas gentium*.

Esta circunstância, entretanto, não impediu que o patriotismo e a figura de nosso diplomata levassem aqueles documentos ao conhecimento do poderoso ministro do Exterior da Inglaterra e trocasse idéias com este sobre o futuro reconhecimento do Brasil.

Tivemos, desse modo, antes de 7 de setembro de 1822, um representante, embora officioso, junto a uma das mais poderosas nações da Europa, o que era grande vitória, porque essa aceitação virtual de nossa independência, facilitou seu reconhecimento.



O túmulo do Marquês de Barbacena, no Cemitério de S. Francisco Xavier - Rio.

Caldeira Brant veio a ser, desse modo e com a sua atuação posterior, o maior vulto de nossa independência política no exterior.

Sobraram-lhe ainda tempo para prestar outros serviços e sugerir medidas de ordem interna.

Esta contribuição decorreu das incumbências recebidas de José Bonifácio, sobre remessa de oficiais e marinheiros para nossa esquadra, de barcos a vapor, de materiais e equipagens para o Arsenal de Marinha e de armas e munições.

Referindo-se à remessa desses recursos, para o progresso do Brasil e garantia de sua independência futura, disse Brant Pontes em carta ao amigo e compadre, marquês de Santo Amaro, que o advertira de se achar em situação de prestar bons serviços à Pátria: "Jamais deixarei de fazer o que couber em meus esforços a favor da Pátria, e por isso, sem socorro do governo, despendendo o resto de minha pequena fortuna, e pedindo emprestado aos meus amigos, mandei 7 oficiais e 125 marinheiros em um navio, 45 mais em outro, 103 marinheiros e 2 oficiais em outro e estão a partir 164 marinheiros e 12 oficiais.

"Mandei mais dois navios carregados de artilharia e munições de guerra e há de largar outro com cabos para o Arsenal de Marinha".

"Tenho pago as passagens de vários deputados e suprido ao nosso amigo Gameiro, e de certo quem assim faz, está conforme a doutrina de V. Ex."

E, ao finalizar essa missiva íntima, num gesto de abnegação e de desprendimento, de que só são capazes as almas grandes, inspiradas por patriotismo elevado e dignificante, advertiu: — "Basta, meu querido compadre, deste assunto, fique ele entre nós".

E assim, efetivamente ficou, durante três quartos de século para os estudiosos de nosso passado e ainda está para o grande público brasileiro, tão falho de informações sobre nossos grandes homens — o que constitui falta grave, porque é prejudicial à aprimoração e ao fortalecimento de nosso espírito nacional.

Já dissemos mais de uma vez e nos parece oportuno repetir: os povos precisam de heróis para alicerçar sua estrutura moral, para sua mística nacionalista, para que sintam sua Pátria, saibam-na amar e dela se orgulhem e, por isso, os que não tem heróis, criam-nos.

O Brasil não precisa inventar heróis, visto que os possui reais, positivos, exemplares.

Do que precisamos é saber cultua-los, recordando-os com orgulho e entusiasmo, com a alma erguida, para fazê-los devidamente conhecidos e, desse modo, dar mais realce à nossa consciência cívica e fazê-la mais forte — para que não baixemos à descrença abjeta, que os derrotistas procuram infiltrar na alma popular pela depreciação do que é nosso.



Não devemos nos entregar a desvanecios de grandezas mirabolantes — mas podemos e devemos nos compenetrarmos da necessidade de dizermos nossos pensamentos, de caminharmos com os nossos pés, de trabalharmos com as nossas mãos, como entendia Emerson ser necessário para os que querem realizar suas aspirações.

Essa campanha de pura, sã e consciente brasilidade, é uma das grandes e nobres finalidades desta patriótica Casa, em seu culto pelo passado e, graças à direção sábia de seus ilustres dirigentes, em todos os tempos, tem sabido cumprir essa missão, com a pertinácia de quem sabe querer; com o empenho de quem avalia o que deseja; com os benefícios que a cultura bem orientada prodigalisa; com a fé e com o carinho que o amor patriótico inspira e acalenta.

Caldeira Brant, para dar maior vulto à benemerência dos serviços prestados ao Brasil, sugeriu da Europa, a José Bonifácio, fosse feito convite ao almirante Alexandre Tomas Cochrane, para servir em nossa marinha de guerra.

A finura da inteligência do autor de tão interessante lembrança e o empenho que sempre punha em bem servir à Pátria, fizeram acompanhar aquela sugestão de oportunos conselhos.

Entre outros, que foram utilmente observados, disse Caldeira Brant, referindo-se ao lord Cochrane: “Oigo que é muito amigo de dinheiro e que está em discordia com San Martin”.

Assim efetivamente era: o almirante estava de relações cortadas com San Martin, que desejava afastá-lo do comando da esquadra chilena e se desgostara com o Diretor Supremo — O’ Higgins — pela compra forçada de sua propriedade denominada Quinteros, na baía de Herradura, por desconfiar o governo chileno que Cochrane pretendia fazer ali um posto de contrabando.

O governo brasileiro tomando em consideração o que alvitara Caldeira Brant, entrou em entendimento com o lord Cochrane, por intermédio de Corrêa da Câmara, então nosso consul em Buenos Aires, oferecendo-lhe o posto de primeiro almirante na marinha brasileira, percebendo 120.000 pesos anualmente, tendo, quando embarcado mais 6.000 a título de comedorias e mais ainda, segundo o respectivo contrato: “O governo imperial deveria pagar ao almirante 60.000 patações que lhe devia o Chile”.

A essas regalias e vantagens, com o fim de não falhar a tentativa de trazer o almirante ao nosso serviço e, sem dúvida, tendo em vista as observações de Caldeira Brant, foi acrescentada mais esta clausula no ajuste: Terminada a luta pela nossa independência e não querendo o contratado continuar a prestar serviços ao Brasil, “receberia metade do soldo, como pensão, extensiva por sua morte à sua mulher”.

Foi assim que entrou para o serviço de nossa marinha de guerra o almirante Cochrane, acompanhado de outros oficiais ingleses, ilustres

tambem e que assinalados serviços prestaram ao Brasil, destacando-se entre eles o nobre João Pascoe Grenfell, que se integrou na vida brasileira e, pelos seus serviços, grangeou, entre nós, com alma e coração, o título de benemérito.

Proclamada a nossa independência foi Caldeira Brant, juntamente com Manoel Rodrigues Cameiro Pessoa, nomeado plenipotenciario, "para tratar com a Inglaterra e apresentar definitivamente o reconhecimento da independência do Império do Brasil, com a garantia e fiança de sua integridade".

Por suficientemente conhecidos, não são de relatar aqui os notáveis serviços prestados ao Brasil, em Londres, para o reconhecimento de nossa independência, por Caldeira Brant.

E, entretanto, de se assinalar que foi este ilustre brasileiro, pelo seu tino diplomático, pela sua inteligência e cultura, pelo seu patriotismo e pelo seu prestígio pessoal: a figura principal do ato do governo britânico sobre o reconhecimento de nossa Pátria como Estado soberano.

Não cessaram as atividades diplomáticas de nosso eminente compatriota com os excepcionais serviços para a nossa personalidade jurídica entre os demais Estados soberanos. Seus préstimos no exterior continuaram a ser exigidos como penhor da realização de nossas aspirações. Para isso retornou à Europa, em missão diplomática, por mais três vezes: em agosto de 1827, para receber e conduzir ao Brasil, a esposa que o imperador da Austria deveria escolher para D. Pedro I, devendo, ao mesmo tempo, entender-se com D. Miguel, para que este aceitasse a nomeação para governar e reger, na qualidade de lugar-tenente de D. Pedro, os reinos de Portugal e Algarves.

A segunda viagem foi em julho de 1828, conduzindo a princesa brasileira Maria da Glória, rainha de Portugal, que contava apenas 9 anos de idade e já era prometida de seu tio d. Miguel.

Tendo Barbacena, no decurso da viagem, noticia de que o futuro esposo da princesa fôra aclamado rei de Portugal, havendo assim usurpação da Coroa real, resolveu conduzir sua recomendada à Inglaterra e aí lhe deu por governante uma dama portuguesa — d. Leonor Câmara.

Em agosto de 1829 regressou ao Brasil com a referida princesa e a segunda esposa de D. Pedro.

A terceira viagem foi em outubro de 1835, em negócios particulares e tratamento de saúde.

O regente do Império aproveitou essa oportunidade para nomeá-lo plenipotenciário do Brasil junto ao governo da Inglaterra "para tratar da questão da interpretação do tratado de comércio com esse país e sobre os meios conducentes à mais efetiva repressão no mar do tráfico de africanos", sem remuneração pecuniária, como o próprio nomeado condicionou a prestação de seus serviços.

Depois de dar cabal desempenho à sua missão pública, regressou o marquês de Barbacena ao Brasil, em abril de 1836, com sua saúde profundamente comprometida.

Eis, em simples referências, apenas com indicação de datas, os principais marcos da vida diplomática do marquês de Barbacena.

Esses marcos constituem capítulos brilhantes de nossa história diplomática, com exemplos dignos de memória e do maior apreço, porque representam atos de uma vida dedicada ao serviço da Pátria.

### COMANDANTE EM CHEFE

Embora longa a carreira das armas do marquês de Barbacena, sua atividade militar, entretanto, foi diminuta.

Passou, de simples guarda-marinha, aos 19 anos de idade, a major do Exército e, neste posto, serviu como ajudante de ordens do governador de Angola.

Regressando daí, dois anos depois, foi para Lisboa, de onde veio, em 1801, como tenente-coronel do 1.º Regimento de linha da Baía. Aí, nesse mesmo ano, casou com Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha do coronel Antonio Cardoso dos Santos, opulento negociante, de quem Caldeira Brant ficou na posse da fortuna, por intermédio de sua esposa.

Passou então a empregar quasi todo seu tempo em aumentar esses haveres, dedicando-se à indústria e ao comércio.

Em 1807 achava-se em Lisboa, como coronel do Regimento n.º 13. No ano seguinte veio com a família real para o Brasil, tendo ficado na Baía. Em 1811 foi promovido a brigadeiro e nomeado inspetor das tropas da província de sua residência, continuando sua atividade nas "empresas pacíficas do progresso material", segundo acentua seu maior biógrafo — o dr. Antonio Augusto de Aguiar.

Em 1821, em consequência de sua atitude patriótica, na agitação política já mencionada, seguiu para a Europa e fixou residência em Londres.

Aí prestou, como já vimos, assinalados serviços ao Brasil, como diplomata.

Em 1824 foi agraciado com o título de visconde de Barbacena. No ano seguinte regressou ao Brasil. Teve diversos acessos e distinções em 1826: a 19 de abril foi escolhido senador pela Província de Alagoas; a 12 de setembro foi nomeado comandante em chefe do Exército no Rio Grande do Sul; a 4 de novembro foi elevado a marquês e a 17 de dezembro promovido a tenente-general.

Chegou a Santa Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, a 1.º de janeiro de 1827, assumindo o comando em chefe 10 dias depois e o deixou em julho ainda desse mesmo ano, por ter vindo para o Rio

de Janeiro, regresso esse pleiteado desde março, quando apenas decorria um mês do insucesso do Passo do Rosário.

A história, a verdadeira história, não é, não pode ser louvaminheira e, sim, justa e imparcial, para que não perca seus fóros de nobresa e não disvirtue a sua finalidade — e homens da estatura moral, da benemerência cidadã, da grandesa patriótica, de serviços excepcionais, como Felisberto Caldeira Brant Pontes, não precisam de louvaminhas, para que figurem e se perpetuem como cidadãos prestantes e mereçam o respeito e o culto de seus compatriotas.

Não julgamos, pois, exista desdouro nesta afirmativa: Pode-se dizer, com toda propriedade, que o tenente-general marquês de Barbacena, só assentou praça realmente, quando foi noemado comandante em chefe, depois de 15 anos de seu generalato e aos 54 de idade.

Por maior que fosse sua inteligência, que era grande e brilhante; por mais alta que fosse sua bravura, que era notavel; por mais elevado que fosse seu patriotismo, que ela inxcedível; foi, não há dúvida, um erro sua nomeação para comandante em chefe do Exército no Sul.

Um comandante em chefe de Exército em operações, não se improvisa, mesmo na pessoa de quem possua notáveis qualidades militares, porque lhe são necessários cultura técnica e tirocinio no officio. Ao marquês de Barbacena faltavam esses dois predicados.

Sua preparação militar fôra para a carreira naval e, de simples guarda-marinha, passou a official superior do exército e, durante 15 anos de general não exercitára nenhum comando de tropa.

Pedro I, com o arrebatamento que lhe era próprio, com os seus caprichos, pelas poucas luzes, não atinou com este preceito do genial épico dos Lusíadas:

“A disciplina militar prstante  
 Não se aprende, Senhor, na fantasia,  
 Sonhando, imaginando ou estudando,  
 Senão vendo, tratando e pelejando”.

A disciplina militar, na época de Camões e ainda por algum tempo depois, era o mesmo que estratégia e tática, significando também, como hoje, subordinação.

Não obstante o que ficou mencionado, Barbacena revelou, nas primeiras providências solicitadas, alta intuição par seu elevado cargo — inspirada, sem dúvida, pela sua lúcida inteligência.

A maior responsabilidade da situação precária em que se achava o exército no Sul e de não haver colhido os louros que, pela sua bravura e patriotismo, estava fadado a alcançar, cabe ao governo imperial, visto que, por intermedio do Ministro da Fazenda, numa incompreensão

das necessidades gerais do país, vendo tudo pelo prisma limitado de sua pasta, sonhou os recursos pecuniarios indispensaveis.

Esqueceram, desse modo, lamentavelmente, esta observação profunda de Machiavelli, em o *Discurso sobre Tito Livio* e que, nas crises agudas do tempo de guerra ou na iminência de uma luta armada, deve estar sempre presente aos dirigentes da Pátria: "Tudo se torna inutil sem tropas sobre as quais se possa contar".

"Sem estas os tesouros nada são, nem tão pouco o vigor do sólo: a fidelidade e o afeto dos homens se extinguem breve".

Pareceu-nos desnecessário aqui uma narrativa da Batalha do Passo do Rosário, por ser dos nossos recontros militares o mais estudado, salientando-se sobre o assunto notavel livro do ilustre e erudito general Tasso Fragoso.

Em vez dessa narrativa, portanto, preferimos examinar, ainda que em largos traços, alguns aspectos psicológicos do comandante em chefe de nosso exército naquela batalha.

Assim poderemos melhor explicar sua atuação aí e no decurso de sua prestimosa vida pública e particular.

## O HOMEM

### SUA GENEALOGIA

No estudo das personalidades humanas é indispensavel o conhecimento de sua genealogia, que nos fornece sempre elementos preciosos do ponto de vista psiquico e nos dá, assim, a explicação dos individuos.

Sendo a ancestralidade um elemento estavel, constante, atua sobre o homem, ditando-lhe seus atos.

E' profunda e verdadeira a afirmativa de Gustavo Le Bon de que "cada ser vivente é um cemitério onde dormem infinitos ancestrais, que às vezes despertam para anunciar imperiosas vontades".

A ascendência do marquês de Barbacena, explica suas grandes virtudes e nobres qualidades morais.

Pelo lado paterno descendia dos Brant, de Anvers e pelo materno dos Fernandes Coutinho, de Lisbôa — era, portanto de conceituada e ilustre cepa, em ambos os ramos.

Foram seus tetra-avós paternos: Paulo Brant e Cornelia Galder. Tem origem neste último sobrenome o de Caldeira. Os maternos foram: Bartolomeu Fernandes Coutinho e Maria José de Souza.

Seu bisavô Ambrosio Caldeira Brant, o bravo comandante do fortim do Rio das Mortes em Minas Gerais e que aí resistiu herolicamente ao ataque dos paulistas, por ocasião da guerra dos Emboabas, em 1710, era natural de Lisboa. Veio para o Brasil em 1700 e quatro anos depois casou com a paulista Josefa de Souza Oliveira.

Seu avô o coronel Felisberto Caldeira Brant, o célebre contratador de diamantes, era paulista. Possuía avultada fortuna e, acusado injustamente, foi recolhido a Lisboa e aí faleceu após longa prisão. Era casado com sua conterrânea Branca de Almeida Lara, filha do coronel, também paulistano, José Pires de Almeida, casado com Maria Arruda.

Seu pai — o coronel Gregorio Caldeira Brant, natural de Minas Gerais, era casado com sua prima Ana Francisca Joaquina de Oliveira d'Horta, filha do coronel José Caetano Rodrigues d'Horta, fidalgo da casa real e de sua mulher Inácia Maria Pires de Arruda, entroncada em ilustres famílias portuguesas, vindas com Martin Afonso de Souza para o Brasil e que são troncos vigorosos de bandeirantes notáveis.

Essa ascendência ilustre, radicada no Brasil tão fortemente e por tão longos anos e as injustiças do despotismo português sobre um de seus grandes antepassados, influíram, indiscutivelmente, na formação e no espírito do marquês de Barbacena e explicam seus predicados e virtudes morais e o seu anseio pela independência e liberdade do Brasil.

Vejamos, agora, em simples revoada, a parte referente à psicologia do ilustre brasileiro, cujo nome este Instituto recorda com ufania e recomenda com interesse à posteridade, pelo que ele representa como exemplo de cidadão prestante e como modelo de uma vida enobrecida.

## O FÍSICO

### SAUDE

Para o exercício de qualquer profissão, a saúde é o primeiro dos atributos físicos — com a ausência da saúde foge a alegria, desaparece o estímulo, se enfraquece o ânimo, pelo exgotamento das energias.

Por mais notáveis que sejam as qualidades de um general, quando não tem o vigor da saúde, está sempre próximo do fracasso.

Napoleão, em Moscou, sofria de dessoria e em Waterloo cavalgava com sacrifício, em consequência de sofrimentos físicos, segundo afirmou o general Gourgaud.

Acreditamos que a Guerra do Paraguai não se teria prolongado até 1870 se o grande Caxias não houvesse adoecido gravemente em Assunção.

O marquês de Barbacena não gosava de boa saúde. Desde os 20 anos de idade era um achacado, foi ele mesmo quem o disse, ao pedir exoneração, em 1818, do cargo de inspetor das tropas na Baía: "Pade-cendo desde 1814, mais ou menos, vertigens, tem estas sido tão repetidas depois da inesperada e repentina morte de minha mulher, que não sentindo alguma melhora, pouco posso durar e quasi nada fazer. Os medicos e a razão aconselham-me distração e pouco trabalho e ares de campo; pelo que em janeiro expuz ao Exmo. Sr. conde dos Arcos o



**MARQUEZ DE BARBACENA**

GABINETE FOTOCART. DO M.G.

LOUREIRO · FECIT · 1942



### MARQUÊS DE BARBACENA

Escudo esquartelado: o 1.º e o 4.º de azul, com banda de prata carregada de três caldeiras de negro com aros de oiro, acompanhada de duas flores de lís do mesmo, uma em chefe e outra em ponta, que é de CALDEIRA; o 2.º de vermelho, com uma arvore de verde, frutada de oiro e arrancada de prata, que é de OLIVEIRA; o 3.º de oiro, com um braço de carnação movente do flanco esquerdo, empunhando uma chave de azul, em pala, seu palhetão para baixo, e um contra-chefe faixado, ondado, de seis peças de azul e de prata, que é de HORTA.

Corôa: de Marquês.



triste estado de minha saúde, pedindo que nomeasse official que substituisse as minhas vezes”.

Reiterando, agora, seu pedido de exoneração, disse ter esperança de melhorar, visto que durante os sete anos anteriores a 1799, sofrera dessas tonturas e ficára delas inteiramente livres até 1814.

O grande biógrafo de Barbacena, há pouco citado, disse que o marquês, em fins de 1825 estava com a saúde solapada, carecendo de repouso, que não lhe foi dado gosar, em consequência dos encargos que lhe foram confiados.

Dias depois de assumir o comando em chefe o marquês de Barbacena adoeceu gravemente com forte crise de litíase renal, que o obrigou a ficar em Santa Ana do Livramento, quando o exército daí se deslocou, a 13 de janeiro e foi acampar a seis quilômetros, à margem esquerda do Cunhaperú, onde permaneceu até 16.

Nos dois anos seguintes, na Europa, esteve Barbacena sempre doente e certa vez repetiu-se a crise de 1827.

Durante o resto de sua existência teve saúde precária.

#### RESISTÊNCIA FÍSICA

Com a saúde abalada devia ser fraca a resistência física do marquês de Barbacena, embora fosse dotado de poderosa força de vontade.

A resistência física é a pedra de toque da aptidão do militar em campanha.

A dezembro, na Guerra do Paraguai, atesta eloquentemente a pasmosa resistência física de Caxias.

Na Campanha das Cordilheiras revelaram essa qualidade em alto grau, dois generais brasileiros: Vitorino Monteiro, o intrépido barão de São Borja, que não tinha hora certa para as refeições e o bravo Corrêa da Câmara, nobre visconde de Pelotas que, dormindo pouco e mal alimentado, aparecia em toda parte, sempre vivaz.

Bento Manoel Ribeiro, em 1826, em cumprimento de ordem para limpar a nossa fronteira no Ibicui, do inimigo que a devastava, fez, à frente de uma força de cavalaria, um percurso de 60 legoas em menos de 5 dias ou sejam, em média, 78 quilômetros por dia.

Caxias, em 1843, com uma coluna maior que a de Bento Manoel, venceu, em 48 horas, 150 quilômetros.

E' de se notar que aqui foram dois dias de marcha e lá quatro e meio.

Dois historiadores militares brasileiros — Torres homem o Nilo Val — condenam a morosidade das marchas de Barbacena nas vésperas da batalha do Passo do Rosário.

“Essa morosidade”, acrescenta o último citado, “deu lugar a que o marquês de Barbacena perdesse a oportunidade de cortar o exército

do general Alvear na bifurcação das estradas de Cacequi e São Gabriel".

### VIRILIDADE

O marquês de Barbacena deu provas de virilidade no início de sua carreira militar.

Aos 20 anos de idade, estando na Angola, com duas embarcações mercantes armadas em guerra, limpou as costas das possessões portuguesas, de dois corsários que aí vinham exercendo sua atividade.

Um dos maiores exemplos de virilidade precoce conhecida é o do general Feliciano Falcão: alferes aos dez anos de idade, tenente aos 13 e capitão aos 15, sendo então nomeado comandante da guarnição de Caxias, nessa época sob agitação oriundas da independência. Restabeleceu a ordem e voltou a São Luiz. Retornou a Caxias em 1828, com 18 anos de idade, em consequência de novas comoções ali, onde, em chegando, assumiu o comando de todas as forças e restabeleceu a ordem.

Outro exemplo notável de virilidade é Manoel Marques de Souza — o 3.º — o galhardo conde de Porto Alegre, que aos 13 anos de idade se distingue, por bravura, em dois combates, sendo por esse procedimento heróico promovido a alferes. Muitos anos depois, já sexagenário, enfrenta o inimigo, na segunda batalha de Tujuti, com o peito constelado de condecorações ao esplendor de seu grande uniforme, num luxo de bravura, combate, com a mesma bizarria dos 25 anos de sua juventude brilhantíssima e impetuosa.

Osório — o legendário — aos 14 anos de idade, fazia verdadeiras proezas sobre o dorso de animais bravios; aos 15, se alista no exército e em seguida se distingue em combate; aos 60, no Paraguai, ninguém o excedia na impetuosidade e firmêsa, à frente de suas legiões.

Caxias, que em tudo foi grande, é dos mais altos exemplos de virilidade — desde a infância ardente e agitada, até à velhice combativa e gloriosa.

### HÁBITOS GUERREIROS

E' poderosa a influência do hábito na vida humana. E' verdadeiro o prolóquio de que o hábito é uma segunda natureza. Daí, a observação de William James de que o hábito é nos indivíduos, do mesmo modo que nas sociedades, um enorme volante que lhe regulariza os movimentos e é o seu mais precioso agente de conservação.

Toda profissão exige para seu aperfeiçoamento, prática cuidadosa e constante.

Toda carreira, posue seus atrativos e só os sente quem se integrou na que escolheu — só este tem o pundonor de seu officio.

Para o militar — verdadeiro e honesto — a carreira das armas é um sacerdócio e exclue as grandesas e glórias que possam prejudicá-lo. O marquês de Barbacena carecia de hábitos guerreiros e nem mesmo tirocinio militar possuía.

O que lhe deu ânimo para se colocar à frente do exército, como comandante em chefe e não deslustrar esse alto posto, foi o seu amor próprio, o decoro de sua personalidade, a sua grande lucidez de inteligência, a sua notavel coragem pessoal, o seu patriotismo inexcedível, que são qualidades preciosas para o militar.

### ATIVIDADE

Esta qualidade é primacial para o bom êxito dos feitos militares em campanha.

Napoleão pontificou, com a sua grande autoridade: “A vitória em ação pertence ao exército mais manobreiro”.

Na guerra do Paraguai se tornou celebre o *Grupo dos Quero-queros*, constituido por oficiais brasileiros, que estavam sempre alertas, dando sinal de vida, em plena atividade, nos pontos em que se encontravam, movimentando-se com celeridade, evitando surpresas.

Entre os que formavam esse grupo avultavam os chefes da cavalaria riograndense.

Dois historiadores nossos, como já vimos, censuraram a morosidade das marchas de Barbacena, nas vespersas da batalha de 20 de fevereiro de 1827.

### O ESPÍRITO

#### LUCIDEZ DE INTELIGÊNCIA

Era o marquês de Barbacena dotado de lúcida inteligência, como atestam superiormente sua finura diplomática ao serviço do reconhecimento de nossa independência e outras negociações que lhe foram confiadas e a notavel exposição de suas idéias sobre assuntos financeiros, nos debates de 1832, sobre a reforma e projetos monetários e também ao tratar da reforma da Constituição.

Há ainda esta manifestação precoce dessa qualidade: antes de seguir par Portugal, em 1786, foi submetido a exame, na presença do vice-rei d. Luiz de Vasconcelos e Souza, e tal foi a maneira brilhante com que se houve e tão grande a impressão que causou àquele governante, que dele recebeu o honroso e significativo convite para sua mesa.

Seu curso no Colégio dos Nobres foi feito com distinção e do mesmo modo na Academia de Marinha, fazendo por isso jús às excepcionais vantagens prometidas pelo ministro Martinho e Melo e que lhe davam direito ao posto de capitão de mar e guerra, que, entretanto, não lhe foi

conferido, devido à sua pouca idade e, daí, o motivo de sua passagem para o Exército, onde ingressu como major.

#### CULTURA INTELECTUAL

Foi o marquês de Barbacena um dos generais mais cultos, no seu tempo.

Ser o mais culto, entretanto, não é sempre ser o mais capaz.

Vamos lembrar apenas um exemplo referido pelo general Liberalo Bitencourt: o general Mitre superava Caxias, em cultura intelectual, mas o grande marechal brasileiro deixava a perder de vista o ilustre chefe argentino, em talentos militares.

#### RELANCE

Na Batalha do Passo do Rosário o marquês de Barbacena deixou de evidenciar essa qualidade, indispensavel ao general.

O relance dá ao general a faculdade de ver claro, no fumo do combate, a situação, avaliando suas exigências e, desse modo, tomar resoluções adequadas para o emprego da tropa no momento oportuno, no simples minuto das oportunidades nessas situações.

Não há nenhum ato do nosso comandante em chefe alí que revele vista de conjunto para uma ação arrojada e decisiva, para o que, certamente, não faltou oportunidade.

E' verdade que o comando em chefe alí era um monstro de duas cabeças: estava bipartido entre Barbacena e Brown. Este agravou ainda mais a situação deslocando-se de suas funções para dirigir a 1.ª Divisão.

Foi esse, o do Comando em chefe bipartido, entre outros erros de nossa parte, talvez o maior de todos naquela batalha.

E' de se lamentar que o marquês de Barbacena ignorasse ou não lhe tivesse ocorrido, quando Pedro I dividiu entre ele e Brown o comando em chefe, esta resposta de Napoleão ao Diretorio, quando pretendiam dar-lhe como adjunto o duque de Valmy: "Creio que um mau general vale mais que dois bons".

O genial curso assim se manifestou para significar que o comando em chefe deve ser uno.

Barbacena só fez sentir sua autoridade de comando em chefe, em toda a linha de batalha, pelo toque de retirada.

#### CULTURA TÉCNICA

Faltam-nos lementos para ajuizarmos com precisão da cultura técnica do general Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Sabemos, entretanto, que sua formação fôra para a carreira naval.

São conhecidos seus estudos como financista; sua capacidade como industrial e comerciante; sua atividade brilhantíssima como diplomata e sua atuação eloquente como parlamentar, ao serviço das grandes causas do Brasil.

Não tivera em nenhum desses relevos seus conhecimentos profissionais como soldado.

Acreditamos que tivesse espírito militar em alto grau e possuísse também alma de soldado e até mesmo vocação para a carreira das armas e a vocação, é sabido ser fator preponderante para o triunfo dos indivíduos — mas só é penhor seguro da vitória, em qualquer atividade, quando é servida pela cultura técnica.

Sem cultura técnica é impossível a existência de grandes generais, de grandes estadistas, de grandes médicos, de grandes juristas, de grandes músicos, de grandes pintores, de grandes críticos.

Liberato Bitencourt observou magistralmente: “Um feito militar não se julga apenas com o poder da inteligência, senão com a cultura técnica indispensável”.

## IMAGINAÇÃO

Quando a imaginação supera a lucidez da inteligência, tem o grave inconveniente de transformar a fantasia em realidade e de fazer do desejo uma crença e, dessarte, ocasionar amargas decepções.

Subordinada, porém, à razão, é utilíssima em todos os atos da vida humana.

O marquês de Barbacena, acreditamos, foi vítima de sua imaginação, ao perseguir o xército platino até encontrá-lo a 20 de fevereiro. Estava crente da vitória, ele mesmo o asseverou, por mais de uma vez.

Em ofício de 11 de fevereiro, ao ministro da guerra, disse: “Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no exército quem pense que Alvear, procura os campos de Santa Maria, vantajosos à sua cavalhada”.

Seis dias depois assim reiterou sua convicção, em outro ofício: “Neste momento (cinco horas) recebo a carta por cópia junta do coronel Bento Manoel, que confirma a retirada por São Simão e a derrota do inimigo será certa e total, se eu conseguir alcançá-lo”.

Em seu boletim, da mesma data, disse, referindo-se à retirada dos platinos: “Quando marchavamos ao seu encontro fuge vergonhosamente: eis o resultado de tanta fanfarronada”.

Proclamando ao exército, em São Gabriel, assim se manifestou: “Bem quizers dar-vos algum descanso, depois de tantos centos de léguas de marcha com sol abrasador, e até alguns dias sem água, e muitos sem pão e farinha; mas um instante de demora nos privaria de colher

os frutos dos nossos trabalhos e de terminar a guerra para sempre, como exige a honra e glória do exército imperial.

“Soldados, redobremos de esforços, e em poucos dias alcançaremos o inimigo: a vitória é certa, e na cidade de Buenos Aires vingaremos as hostilidades cometidas nas pequenas povoações de Bagé e S. Gabriel”.

Esse predomínio da imaginação não se repete, entretanto, em nenhum outro ato do marquês de Barbacena — ao contrário, o que se verifica, à miude, é o uso equilibrado dessa qualidade, produzindo sempre, por isso, o resultado imaginado.

Entre muitas ocorrências vamos citar apenas uma: Conduzia o marquês de Barbacena a princesa Maria da Glória para Viena de Austria, em consequência de suas esponsais com d. Miguel, quando soube que este usurpára a corôa portuguesa; tomou, então, a resolução de levar a princesa para Londres, contrariamente aos que opinavam pela Ilha da Madeira ou retorno ao Rio de Janeiro.

Asim justificou essa resolução: “A minha chegada à Inglaterra obrigará o governo a dar algum passo, ou fazer declaração mais positiva, e será entretanto a Austria forçada a romper a máscara. Se em consequência dos plenos poderes fizer, como espero, alguma convenção com S. M. Britânica e a ela acederem a França e a Austria, sigo meu caminho para Viena sem susto; se aparecerem dificuldades, principalmente da Austria, está salva a princesa, e terei tempo de receber as ordens de vossa majestade”.

“Havendo S. M. B. mandado lord Strangford ao Rio, pode ser que o governo inglês duvide em entrar em ajuste final sem receber as respostas daquela missão, mas por identidade de razão pode V. M. I. evadir-se de qualquer resposta que não lhe convenha, com o pretexto de me haver mandado completamente autorizado, e não poder resolver no Rio, sem primeiro saber o que foi estipulado em Londres.

“De qualquer modo que considere a questão, parece-me haver seguido os ditames da razão e prudência”.

Os fatos e suas consequências demonstraram o acerto da resolução, que foi ato do espírito resolutivo, inspirado por imaginação penetrante e razoável.

## O CARATER

### AMBIÇÃO

Assevera o mais minucioso biógrafo de Barbacena que este “era uma natureza dotada dos instintos da glória e que não teve somente a nobre ambição de servir à nação, amava também deixar na memória dos homens um nome ilustre”.

Era, portanto, dotado de ambição e é de se acrescentar: ambição cabível, louvável, natural — visto que tinha qualidades para alimentá-la.

A ambição à glória, a um nome respeitavel, é uma virtude que só os homens fortes, os que têm poder de vontade e energia, são capazes de possuir.

Desconhecem-na, de modo completo, os fracos, os nulos — por incapazes de sentirem e alimentarem um grande ideal, visto que neles não viceja o sentimento da emulação.

Vivem quasi que exclusivamente para comer e dormir e tanto melhor dormem quanto melhor comem.

### CAPACIDADE PSICOLÓGICA

Esta qualidade, que foi um dos principais triunfos do duque de Cazias e de todos os grandes generais, Barbacena não a revelou em grau apreciavel, no comando em chefe.

E' extranhavel que assim tivesse acontecido, visto que na Europa, se revelou psicólogo em alto grau, diversas vezes, no trato com personalidades afeitas aos disfarces diplomáticos, como o principe de Metternick, percebendo seus pensamentos, com o Imperador da Austria, surprehendendo as intenções deste e, entre outros inúmeros fatos, a sugestão a José Bonifácio de contratar para o serviço do Brasil o almirante Cochrane, com esta observação muito significativa, sobre um dos pontos vulneraveis do intrépido marinheiro: "Oioço que é muito amigo de dinheiro".

### FIRMESA DE CARATER

Possuia o marquês de Barbacena, em grau elevadissimo, esta notavel qualidade, que é apanagio das almas fortes.

Era monarquista convicto e patriota inexcedivel e, daí sua attitude singular e enérgica, em face dos acontecimentos ocorridos na Baía, em fevereiro de 1821.

Não se colocou ao lado dos que se levantavam contra o absolutismo, por vislumbrar nestes pruridos republicanos, disfarçados na aceitação da Carta Politica outorgada pela mãe pátria e não simpatizava com a causa dos portuguezes e daí esta sua declaração: "uma vez que se sacudia o jugo do governo despótico, a maior conveniência para o Brasil consistia em separar-se logo de Portugal, e fazer a sua constituição a parte".

Essa attitude lhe valeu, naquele momento, a ira de gregos e troianos, isto é, dos revolucionários brasileiros e dos portuguezes constitucionalistas.

Os seus sentimentos nativistas, inspirando seu patriotismo, foram, a despeito de todos os riscos, sustentados com galhardia, com desasombro, durante a leitura da ata, de antemão preparada, e que ele, enfrentando a ira dos conjurados, conseguiu alterar, em ponto essencial.

## PATRIOTISMO

Nas manifestações que acabamos de mencionar e em inúmeros e notáveis atos do marquês de Barbacena, em sua longa e prestante vida pública, em seu nobilitante proceder como particular — estão expressos, indelevelmente, magníficos exemplos de patriotismo sadio, porque sempre aureolados pelo desprendimento.

O Brasil grande, independente e livre, foi o mais longo e o mais edificante de seus sonhos — muito fez para isso e tudo que fazia lhe parecia sempre pouco, é que seu desejo nesse sentido era ilimitado.

As injustiças e as brutalidades de Pedro I, a maldade dos partidos políticos, sempre ferazes na depreciação dos homens públicos de mérito e a eles não afeioados: não tiveram forças para entibiar-lhe o ânimo ao serviço do Brasil.

Assim aconteceu porque este, para o grande patriota, era eterno e aqueles efêmeros e divorciados da Pátria, sempre que agiam inspirados por paixões partidárias ou movidos por interesses pessoais.

## PERSPICÁCIA

Entre diversos fatos que comprovam haver sido o marquês de Barbacena dotado deste atributo, há este bastante significativo: Em carta de 3 de março de 1825, informando a vinda ao Rio de uma delegação britânica, disse a Pedro I: “O governo inglês compoz a delegação que manda ao Brasil de pessoas que todas falam o português.

“Tenho boas razões para crer, que o fim disto é terem elas comunicação direta e frequente com V. M. I., o que convem evitar absolutamente: 1.º, porque seria incomodo a V. M. I. aquela especie de familiaridade que Strangford tomou com seu augusto pai; 2.º, porque é contra a etiqueta dos soberanos europeus admitir jamais ministros estrangeiros, sem devido cerimonial, e V. M. I., por seu nascimento e jerarquia não está no caso de imitar a sem cerimonia dos presidentes americanos, mas sim o formulário dos monarcas da Europa”.

Esses conselhos, ditados pela alta e nobre intenção de dar relevo e respeito à côrte brasileira, evidenciam a sagacidade e a finura de que se revestia a perspicácia de nosso eminente compatriota.

Dessa qualidade, aliada ao bom senso e à prouderação, deixou Barbacena magnífico atestado na interessante carta que escreveu ao seu primogênito, ao ser este nomeado secretário de legação.

Aí, aconselhando “extrema desconfiança dos indivíduos”, no exercício daquelas funções, disse: “Nunca levarás a chave da secretaria, e muito menos papel algum para tua casa; evitarás saber tudo quanto for possível ignorar e por nenhum caso emitirás tua opinião em ne-



gócio algum, ainda o mais insignificante, salvo quando ela te for pedida e então darás com modestia e reverencia: a decisão do ministro”.

Era o amor paterno, de mãos dadas com a experiência, que falava ao jovem ingressante na diplomacia.

Era também o zelo por um nome que ilustrára e desejava se prolongasse enobrecido e, para tanto, disse: “Peço-te que sigas a risca este conselho, porque desse modo ganharás a confiança do ministro, a tranquilidade do espírito e bôa reputação. Dois anos de prática e estudo muito assiduo, supponho bastante para continuares na carreira em situação mais elevada, e com glória de um nome que herdaste sem taxa”.

### DISCERNIMENTO

Foi notavel este atributo no marquês de Barbacena, conjugado com sua capacidade psicológica.

Quando em Dezembro de 1830 foi profundamente ferido com a demissão da pasta da Fazenda, na longa, enérgica e ativa carta dirigida a Pedro I, predisse o 7 de abril, em termos precisos, veementes e ao mesmo tempo preciosos como norma de conduta do imperador que, por desouví-los, caíu.

Nessa missiva, depois de observar que se estava na véspera de uma revolução, ponderou: “V. M. ainda pode sustar semelhante calamidade, suspendendo sua viagem para Minas e tomando desde já nova atividade e outro norte; mude de sistema e identifique-se com os brasileiros; separe de junto de sua pessoa e de sua casa, essa quadrilha de portugêses, que o tornam inimigo da nação; praticando isso com sinceridade e firmeza, V. M. suspenderá a resuloção e pouco a pouco recuperará as afeições do povo, que outróra, quando se dizia e mostrava ser brasileiro, possuiu em grau tão eminente.

“Se porém V. M. prosseguindo na careira que atualmente trilha, hostil à Nação, e instrumento cego de uma facção inimiga do Brasil, persistir todavia em realizar a viagem a Minas, talvez nunca mais volte ao Rio de Janeiro, é esse o menor mal que prevejo.

“Um dos tios de V. M. I. acabou seus dias em uma prisão em Cintra, V. M. I. poderá acabar seus dias em alguma prisão em Minas a título de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma Nação, da sua família e da realeza em geral, aos caprichos e seduções de criados e de caixeiros portugêses, que aliás constituem a escória do que há de mais vil e ignorante na Europa civilizada.

“Reflita V. M. que foi identificando-se com os brasileiros que proclamou a independência, fundou o Império e conseguiu o seu reconhecimento pelas nações estrangeiras”.

E, como um vidente do 7 de abril, disse depois de outras considerações: “Ainda há tempo, senhor, de manter-se V. M. I. no trono,

como o deseja a maioria dos brasileiros, mas se V. M. indeciso, continuar com as palavras de constituição e brasileirismo na boca, a ser português absoluto de coração, neste caso a sua desgraça será inevitável, e a catástrofe que praza e Deus não seja geral, aparecerá em poucos meses; talvez não chegue a seis”.

E não chegou, realmente, visto que a 7 de abril de 1831 D. Pedro abdicava.

Neste senso profundo da realidade, nesta visão clara das cousas — temos a explicação do predomínio do marquês de Barbacena na política nacional, entre os homens de seu tempo e o pivot de seus triunfos diplomáticos.

### ALTIVEZ

Sendo esta qualidade do carater humano “todo movimento da alma que se funda numa perfeita consciência do direito, do honesto e do sagrado” — temos no ato de Barbacena, repelindo o insulto de sua demissão da pasta da Fazenda, um edificante gesto de altivez, nestas frases ao Imperador: “Em semelhantes circunstâncias, senhor, necessário é salvar a minha vida, retirando-me para o engenho de Gericinó, aonde estarei em guarda, e protesto a V. M. I. que cortarei a comunicação com toda a gente. Melhor era retirar-me para a Europa, porém uma vez que se trata de exame de contas, suceda o que suceder, eu não deixarei o Brasil sem ver o resultado de tal exame, resultado que será bem diferente do que pensa a facção que ilude a V.M.I. porquanto o meu procedimento na Europa foi sempre dirigido com o fito em semelhante desfecho, não porque me lembrasse que V. M. I. pudesse jamais vir a seu o meu perseguidor e o que é mais atroz o meu caluniador, mas porque V. M. I. podia falecer, e então chegando eu ao Brasil, seria muito justamente sujeito ao mais severo exame”.

Era o pundonor de homem ultrajado que se levantava, em face do arbitrio, na magestade de sua altivez.

### HONESTIDADE

A honestidade, que é uma das mais altas das virtudes morais, possuía em sumo grau o marquês de Barbacena.

Quando seus inimigos políticos e detratores, levantaram dúvidas sobre sua probidade, se enganaram, redondamente e, sem querer, contribuíram para sua glorificação, promovendo tomada de contas de suas diversas gestões na Europa.

Do título de quitação, em consequência dessa verificação, datado de 7 de outubro de 1836, consta que Barbacena recebera, em suas missões na Europa, em 1827, 1828 e 1829, a quantia de duzentas setenta e

nove mil e seiscentas e cinco libras esterlinas, sete shilings e cinco penses e dispendeu, comprovadamente, importância maior, havendo assim um saldo a seu favor de mil e quatrocentas e cinco libras, 19 shilings e onze penses, que recebeu em 1838.

O resultado da tomada de contas serviu para confirmar, mais uma vez, a lisura exemplar, a honestidade a toda prova e o devotamento edificante ao Brasil, por parte do marquês de Barbacena.

Os ingleses, quando se proclama a honestidade de alguém, costumam perguntar: já geriu dinheiro do Estado?

Assim procedem, porque par eles a pedra de toque da honestidade é o dinheiro público.

Barbacena deixou perante seus concidadãos essa prova irrefragável de sua honestidade.

### BRAVURA

Em diversas ocasiões revelou o marquês de Barbacena essa qualidade: aos 20 anos de idade, na Angola, combatendo corsários; aos 49, na Baía, enfrentando o povo em revolta e diante de uma assembleia ameaçadora; aos 55, na Batalha do Passo do Rosário, onde esteve à altura dos mais bravos desse dia.

Estudo mais profundo e mais longo merecem outras qualidades do marquês de Barbacena, paramos, entretanto, nestas que aqui ficam simplesmente esboçadas, porque mesmo assim, nos fornecem elementos para se julgar esse ilustre e nobre brasileiro, no curto período de seu comando em chefe do Exército do Sul.

Com algumas das deficiências apontadas, estranho por completo ao exército em campanha, com o desconhecimento do teatro de operações e, sobre tudo, num período de transições táticas, em que saíamos dos entreveros e das surpresas estonteantes, para os combates regulares — acreditamos que, se o marquês de Barbacena não fosse um homem de notável energia ao serviço de um nobre caráter e de poderosa inteligência, consagrada a patriotismo exemplar, desastrosas teriam sido as consequências de seu comando.

Evitou isso porque fez o que era humanamente possível fazer nas circunstâncias em que se achou, à frente de um exército, bravo é verdade, mas sem as condições essenciais para a guerra, pelo abandono em que o deixara o governo central, que foi, sem dúvida, o maior responsável pelo que sofremos em 20 de fevereiro de 1827.

Asseveramos, ha mais de 15 anos, que a vitória dos platinos no Passo do Rosário, foi uma vitória de Pirro e acrescentámos: não houve a derrota que proclamam e cantam os vencedores e sim uma simples vitória tática.

E isso inegável, à luz da verdade e da técnica militar.

Não cabe ao tenente-general marquês de Barbacena a culpa que lhe atribuíram seus inimigos políticos, recolhida por alguns cronistas ao serviço do escândalo; não houve ali covardes, nem traidores, que ainda hoje insinua gratuita malquerença aos nobres filhos do Rio Grande do Sul, e a prova do nenhum fundamento dessa insinuação maldosa, está na circunstância de que os heróis caluniados continuaram na luta, firmes e leais, até repelirem os invasores para além de nossas fronteiras.

Um grande e querido nome desta Casa, um patriota sem jaça, uma inteligência culta e fulgurante, um brasileiro no mais alto sentido deste nome, um civil forrado de forte e nobre espírito militar — o saudoso João Pandiá Calogeras, cinco anos depois daquele nosso juízo, menciona entre os diversos sucessos do ano de 1827 “a vitória tática argentina em Ituzaingó” e depois de outras enumerações informa, repetindo aquele conceito: “A derrota tática do Passo do Rosário, foi conhecida no Rio no decorrer de março”. (*O Marquês de Barbacena*, S. Paulo, 1932, pag. 168).

Esse insucesso tático, sem graves consequências para o Brasil, sem nenhum desprestígio para o nosso exército — em nada pôde apoucar o nome do marquês de Barbacena, por tantos títulos e por tantos serviços, grandioso, digno do apreço e merecedor da veneração dos que sentem o Brasil, dos que sabem ser brasileiros, como ele o foi.

Semelhante insucesso, foi um acidente em sua vida militar, que ele salda com apreciável superavit, com a notável junção em Palmas, que salvou da derrota certa e de graves consequências, as forças estagnadas em Santa Ana do Livramento e as que se achavam entre Rio Grande e Pelotas.

Representa, portanto, tal ocorrência, um episódio infeliz em sua longa e venturosa vida pública — opulenta em vitórias e heroísmos, que formam o majestoso pedestal em que sua estátua se ha de erguer um dia, para honra e orgulho de seus compatriotas, como estímulo à posteridade e como homenagem imoredoura da História, da verdadeira história, daquela que no conceito de Eduardo Prado “é feita de reparações salutares e de tardias justiça” — a História, enfim, que este Instituto pratica e ensina, para glória e grandesa do Brasil.

# DEFESA MINADA DO PORTO DE SANTOS

(REVOLTA DE 1893)

Conferência proferida pelo Gen. JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO, numa das salas do Clube Militar, em sessão solene do Instituto de Geografia e História Militar, no dia 3 de Agosto de 1939.

*Sr. Presidente, caros confrades, Senhores:*

*No cumprimento de um dever, que nos é imposto pelos nossos estatutos, venho trazer uma modesta contribuição, desta vez sobre um fato da nossa história militar, esperando em breve ocupar a vossa atenção sobre a primeira das finalidades deste Instituto — a Geografia.*

*Nesta minha primeira contribuição tratarei da defesa minada do longo canal, que serve de comunicação entre a chamada baía de Santos e o ancoradouro do nosso grande empório comercial — a cidade do mesmo nome.*

*E' a contragosto, que sou levado a recordar uma época por demais dolorosa para todos nós das forças armadas de mar e terra.*

*A guerra civil de 1893, mais conhecida por revolta da Armada — pela sua extensão, afetando vários setores do País, com ela fazendo causa comum os revolucionários do Rio Grande do Sul, congregando, depois de iniciada, os mais variados elementos, alguns de certo valor, outros sem significação saudosista, descontentes e oportunistas, o que sóe acontecer em ocasiões tais — foi, se não pela sua duração, pelos efeitos, que afetaram a nação em todos os ramos de sua atividade, talvez, a mais importante pelas perturbações trazidas à nossa normalidade política e social, já então diversas vezes abalada desde os primórdios da implantação do regime republicano.*

*Infelizmente não foi este o último grande abalo experimentado pela Nação; outros surgiram afetando, principalmente, as forças armadas de terra.*

*Rendamos, neste momento, o nosso preito de admiração e saudade aos camaradas, que tombaram nesta luta que, como bem disse o insuspeito, nosso saudoso e emérito vice-presidente, Almirante Souza e Silva, consolidou a República e virilizou a nacionalidade.*

*As feridas abertas na luta ingente, passada a rajfrega, cicatrizaram. Os sinais das cicatrizes, já de há muito, desapareceram.*

*Agora, sob os imperativos do Estado Novo Brasileiro, as forças armadas ressurgem; e, irmanadas, inspiradas nos mesmos ideais, trabalham com afinco, recuperando o tempo perdido, na antevisão dum Brasil maior, próspero, engrandecido e feliz, em marcha ascendente a ocupar o lugar que, de direito, lhe compete no concerto das nações civilizadas, sem competições, sem pruridos de hegemonia e só aspirando, no dizer de Rio Branco, ser forte e grande entre os seus vizinhos grandes e fortes.*

*O porto de Santos — por sua importância comercial, empório dos Estados centrais e sulinos, na época completamente desguarnecido debaixo do ponto de vista militar, próximo da séde do governo federal, por onde mais facilmente se comunicava com os Estados e países estrangeiros e efetuava o embarque de tropa, de armamento e munição de guerra — era o mais visado pelos dirigentes da revolução, no afan de opor dificuldades à defesa do Poder.*

*Mais de uma vez, os navios revoltados fizeram demonstrações na baía de Santos; de uma delas entraram em luta com as forças do governo, quando a defesa não havia ainda completado a sua organização, entregue ao ilustre e competente Coronel de engenheiros, José Jardim, e outros oficiais de reconhecido valor.*

*Uma vez completada a linha de defesa, desde a ponta da Praia (entrada do canal) até S. Vicente, com os recursos de que dispunha a Região e com os enviados por terra pelo governo central — na medida das possibilidades de ocasião — melhorada a pequena eficiência da fortaleza da barra e precariamente guarnecida a Ponta de Itaipú — então dotada de um posto semafórico — o estabelecimento de um campo minado se impunha, como o meio mais eficiente, afim de evitar as surpresas dos navios revoltados, na ansia de se apoderarem deste importante ponto estratégico, cuja captura seria dos mais desastrosos resultados para os Governos federal e estadual.*

*O Estado bandeirante, então, sob a presidência de Bernardino de Campos, de acordo com o governo da República, tomou o encargo do estabelecimento deste importante e eficaz meio de defesa, entregando os trabalhos de execução à competência do ilustre engenheiro Dr. Antonio Mel. Bueno de Andrade, a quem se juntou o seu companheiro e amigo Dr. Luiz Felipe Gonzaga de Campos, eficazmente auxiliados pelos nossos camaradas, os, então, Tenente José Evangelista de Almeida Junior e Capitão João José de Lima, que comandavam, respectivamente, uma companhia de infantaria e uma bateria de artilharia de campanha*

estacionadas na ponta da Praia, e pelo Coronel Carneiro Leão, do gabinete do Chefe da defesa.

Foi um trabalho ingente o destes dois competentes técnicos!

Naquela época, os nossos depósitos e arsenais eram absolutamente desprovidos do material adequado a este tipo de operação na defesa da costa.



Mapa da entrada do Porto de Santos

E por isso verdade, terminada a revolução, várias propostas surgiram para o fornecimento ao Governo deste indispensavel meio de defesa de costa — entre elas, citarei a do Sr. Rambur — para vender, mediante experiências assistidas por uma comissão do governo, o material de S. Petruski (minas electro-mecânicas).

*A falta de aparelhamento, óbices de sorte e dificuldades, surgidas na ocasião foram vencidas pela inteligência, conhecimento técnico, poder inventivo e operosidade dos dois encarregados da execução.*

*Na organização do plano não faltaram as opiniões, os técnicos, os sabedores improvisados, que em tais ocasiões polulam como cogumelos, cada qual se julgando mais abalizado para a solução do caso em apreço.*

*Silêncio e ouvidos moucos foram as respostas à bufoneria, à esturdiada dos impenitentes palradores.*

*Abandonada a idéia da montagem do campo minado na própria baía de Santos, lindada pelos morros de Itaipú e da Barra e, ao fundo pelas praias de Santos, José Menino e São Vicente, pelas dificuldades para a sua realização, em vista à necessidade da adoção de minas independentes, exigindo especiais condições técnicas de funcionamento, o perigo para os navios neutros pelo provável deslocamento das minas sob a ação das correntes e a falta de material flutuante adequado para o lançamento e ancoragem, resolveram aqueles abnegdos patrícios estabelecer o campo ao longo do canal com o emprego de minas de observação, defensivas, abrangendo a extensão do mesmo, entre a Ponta da Praia e o ancoradouro.*

*Três eram as linhas: uma, nesta ponta, simples, com serviço independente das duas outras, duplas, que constituíam o campo minado, situado entre Conceição e Outeirinhos.*

*Membro do Magistério Militar, irrompida a revolução, apresentei-me para servir na 1.ª linha de defesa do litoral do Rio de Janeiro, sob o comando do Exmo. Sr. General Bibiano Segio de Macedo da Fontoura Castallat, onde permaneci até meados de Dezembro, seguindo com destino a S. Paulo.*

*Pelo Presidente do Estado e por indicação do Ministro da Guerra fui nomeado para dirigir, no impedimento do Dr. Gonzaga de Campos, a primeira linha de defesa minada e assumir o comando do pessoal empregado no serviço, constituído de um forte destacamento do 110.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e de uma secção de bombeiros do Estado de S. Paulo.*

*O Dr. Gonzaga, poucos dias passados, desistia da licença e passava, com o Dr. Bueno de Andrade, a dirigir as últimas, já citadas em Conceição e Outeirinhos.*

*A 1.ª que, desde então, ficou sob minha direção, — talvez a mais importante por se encontrar na boca da barra, portanto a primeira a entrar em ação no caso de uma tentativa do adversário, já por ser dotada de elementos de enormes efeitos destruidores e pela distância às duas outras — tinha, com disse, um serviço especial funcionando porém de modo idêntico.*



*As minas eram de observação, flutuantes, ligadas por cabos elétricos a um posto em terra, explodindo a vontade do observador.*

*Com o emprego das minas defensivas deste tipo, teve-se em vista:*

- a) maior efeito destruidor;*
- b) melhor conservação do material, pois dispunhamos de pessoal numeroso e habilitado;*
- c) tempo mais que suficiente, como se verá adiante.*

*Na falta absoluta de material adequado, foram empregados cascos improvisados, de madeira na 1.ª linha e de ferro-zincado (quartolas) nas outras.*

*As primeiras, de material suficientemente leve e resistente, de forma cilindro-cônica, especialmente fabricados para este fim, eram reforçados com aros de ferro, sendo os medianos, de maior resistência, adotados de arganões para fixação das extremidades superiores das amarras, e os que lhe seguiam, também com arganões, ligados por estrópos a pontos convenientes das amarras, para evitar o movimento de báscula.*

*A impermeabilidade era perfeita, garantida no interior por uma camada de bitume e por um forro de folhas de zinco soldadas e exteriormente por grossa camada daquela substância.*

*Mereceu especial cuidado o sistema de fechamento das bocas de carga, de modo a se obter uma perfeita obturação, uma completa vedação; de forma circular, fechadas por tampas adaptadas à borracha por meio de parafusos porcados.*

*O mais importante problema a resolver foi o da flutuabilidade das minas, principalmente em vista a grande carga de explosivo a empregar e daí a necessidade do aumento das respectivas câmaras.*

*Tudo foi calculado em função dos pesos, dos cascos e das cargas, dos comprimentos e pesos dos cabos de amarra e elétricos e da água deslocada, sempre em mira os menores volumes das câmaras de flutuabilidade, para obtenção dos maiores efeitos da explosão.*

*Da determinação das velocidades das correntes de preamar e de vazante ao longo do canal, da profundidade média das minas em relação ao nível médio, chegou-se à conclusão de que a flutuabilidade era mais do que satisfatória, pois era superior a três vezes a pressão lateral exercida sobre os cascos.*

*Para maior aumento da flutuabilidade foram empregados peças de cortiça, a guisa de embonos.*

*Nesta primeira linha, as minas eram instaladas sem o emprego de poitas, dispositivo obrigatório no sistema de ancoragem, não só para as minas de fundo, como para as flutuantes.*

*Um forte cabo de ferro, dos empregados pela Companhia inglesa no serviço de tração na serra, foi fixado, ligando as duas margens do*

canal no ponto de menor largura entre as velhas muralhas do forte Augusto e a fortaleza da Barra, graduada a sua tensão, de modo que a parte de maior curvatura (seio) ficasse em profundidade suficiente a dar passagem aos navios mercantes de maior calado, que demandassem ancoradouro.

Para maior segurança, esses eram comboiados por um dos rebocadores de alto-mar, posto à disposição do serviço da linha.

Com o fim de tornar forçada aquela passagem, pontões (velhos cascos de navios imprestáveis para a navegação) foram fundeados, à direita à esquerda, em longa extensão do canal (defesa acessória), impossibilitada com este recurso, a navegação pelas linha de menor profundidade, mesmo para os navios de pequeno calado.

Em pontos convenientes do cabo, para montagem das minas, fortes arganéos serviam para a ligação das amarras, cabos de aço flexíveis, de grande resistência para suportarem a força das correntes, máxima neste trecho do canal em vista a sua menor largura.

As amarras, pixadas para evitar uma rápida oxidação, tinham o comprimento suficiente para que as minas flutuassem a cerca de três metros do nível médio, profundidade a mais conviniente para se obter os melhores efeitos, sendo a distância entre elas de cerca de 60 metros.

Pelas avaliações dos Drs. Gonzaga e Bueno, cada mina, cuja carga era de 38 kg de dinamite Nobél tinha um círculo de ação de cerca de 30 m de raio e para as duas zonas de cerca de 120 m, abrangendo a parte navegável do canal no sentido da largura.

Os pontos de fixação do Cabo (chamarei Cabo-Poita) na Ponta da Praia e na fortaleza da Barra eram de nível e seu desvio lateral sob a ação das correntes era insignificante em vista a seu grande peso; o balanço das minas sob a ação das correntes da enchente e de vusante, relativamente pequeno, foi em várias experiências aproximadamente determinado, para habilitar o observador a dar desconto na visada por ocasião de fazê-las explodir.

No terraplano do forte Augusto, atrás de uma das suas velhas muralhas, convenientemente reforçada por espesso parapeito de sacos de areia, foi instalada a maquinária — dinamo, motor de 4 cavalos a querosene e mais acessórios — de grande simplicidade, fácil manejo e capaz de ser posto em movimento em cerca de 10 minutos, tempo mais que suficiente para as ligações e mais operações, necessárias ao funcionamento da linha.

Próximo à casa da maquinária, em pequena elevação, junto a uma brecha da muralha — o comutador.

O observador, orientado por duas balisas, dispostas nas duas margens do canal na direção do Cabo-poita, poderia no momento oportuno lançar fogo; durante a noite, a balisa do lado da fortaleza iluminada por pequena lâmpada vermelha com antepáro na direção da barra.

Postos semaforicos na Moóla, Itaipú e Conceição de Itanhaen, em correspondência, davam à defesa aviso da aproximação de qualquer navio suspeito com mais de uma hora de antecedência.

Sem receios de um golpe de surpresa, as minas não estavam permanentemente mergulhadas.

Em um pontão, fundeado próximo à fortaleza, em ponto, perfeitamente desafiado por qualquer navio demandando a barra, eram mantidas em perfeito estado de conservação, resguardadas da ação direta das intempéries e ligadas à aparelhagem de emergência, disposta para o lançamento.

O mais possante dos nossos rebocadores, arvorado ou elevado à categoria de lança-minas, dispunha dos lados da proa de forte aparelho com roldana.

Suspense o Cabo-poita, o rebocador com o máximo de força de sua máquina, já trazendo a reboque as duas minas, levantava-o até o primeiro arganéu para a amarração da primeira e assim para a segunda, sendo os cabos elétricos levados para as ligações em terra.

Todo o serviço de levantamento do Cabo-poita e ligação dos cabos amarras e elétricos, era efetuado, no máximo, em vinte e cinco minutos.

Para a obtenção deste desígnio, submetia o pessoal a constantes exercícios, durante o dia e às vezes à noite, tempo normal e, não raro, borrascoso.

As outras duas linhas, de Oiteirinho e de Conceição, pelo número e disposição das minas e pela distância a que se encontravam da primeira, cerca de quatro quilômetros, formavam propriamente o campo minado.

Previdentemente localizadas, uma nas proximidades do depósito de carvão da firma Wilson Sons & Companhia Limitada com cinco minas e a outra com oito, apresentavam a disposição em xadrez, dotadas as médias dianteiras com a carga de 150 kg de dinamite Nobél.

As distâncias entre estes aparelhos de destruição foram avaliadas, de modo que os raios de ação em conjunto abrangessem toda a largura da parte navegável do canal.

Por ser menor a velocidade das correntes e maior a largura do Canal, foi adotado o sistema de ancoragem.

Como todo o material, as poitas foram improvisadas; eram dormentes ou sulipas com a forma aproximada da calote esférica, de peso acrescido, por fortes arganéus e mais dispositivos necessários à ancoragem.

Resguardado por um dos Oiteirinhos (armas da marq. de Santos), foi disposta a maquinária, que servia o Campo, aliás, mais potente, pela necessidade de maior energia a ser aplicada nos serviços acessórios, principalmente de iluminação de uma picada de grande extensão,

em terreno alagadiço por ocasião das chuvas e onde foram construídos postos entrincheirados como defesa acessória.

Esta era acrescida com duas divisões de canhões de Campanha, uma montada na esplanada do Oiteirinho, enfiando toda parte reta do Canal até à primeira curva e outra num espaldão de sacos de areia, cruzando fogos com a fortaleza e as baterias de defesa da Praia de Santos.

Para provocar a explosão das cargas foram improvisadas espoletas elétricas de baixa tensão, de fio reto de platina (ponte), de grande resistência específica.

Os, também, improvisados fabricantes empregavam estojos metálicos, envolvidos por outros de madeira; dentro dos primeiros, dispostas as respectivas cargas de fulminato e de pólvora fina, esta última envolvendo a ponte, separada da primeira por uma rodela de cartão fino.

Os condutores firmados segundo as regras da técnica e o conjunto envernizado para melhor garantir a necessária impermeabilidade.

Se não me falha a memória tinham de resistência cerca de 1,9 a 1,6 ohms.

Em cada mina eram dispostas duas espoletas em série.

Para esta fabricação muito concorreram moços das escolas técnicas de S. Paulo.

Não ficou também fora das nossas cogitações o emprego de espoletas de alta tensão, onde a centelha na parte interrompida do condutor provoca a detonação do explosivo, sendo a energia fornecida por um explosor. Como preparador e depois substituto da Cátedra de Física, então ocupada pelo ilustre patrono da minha cadeira neste Instituto, já tinha alguma prática da aplicação deste último sistema, naquele tempo ainda em voga.

Nas manobras anuais, no campo de exercício da tradicional Escola da Praia Vermelha, nas do Realengo e de Santa Cruz, empregávamos invariavelmente este sistema com os melhores resultados.

O explosor Breguét por mim requisitado, não chegou a tempo de entrar em ação, porque fui forçado a retirar-me provisoriamente para esta Capital, em tratamento de saúde, abalada por excessos de trabalhos de toda ordem, e por já estar virtualmente terminada a revolução.

A adoção daquele tipo de espoleta, as de baixa tensão, só se tornou definitiva, depois de grande número de ensaios, cuja descrição, como a de outros detalhes, mesmo de certa importância, seria fastidiosa neste momento.

Em vista os geradores da energia elétrica empregados — dinâmos — mereceu especial cuidado a adoção dos cabos condutores, de modo a satisfazerem todas as condições exigidas — isolamento, flexibilidade e resistência mecânica e elétrica, etc.

Mais de uma demonstração, para evidenciar a segurança do funcionamento e a eficácia de tão poderosos meios de defesa, foram realizadas com os melhores resultados; entre elas as de Janeiro e Fevereiro de 1894 na ponta da Praia e em Oiteirinhos na presença do Presidente do Estado, do comandante da linha de defesa e oficiais da guarnição.

Na primeira empregamos pequena mina, carregada com cerca de 30 kg de dinamite, fundeada nas proximidades de um brigue, já de alguns meses naufragado na Ponta da Praia.

Com o arrebentamento, conquanto a instalação, pela presa, muito deixasse a desejar, a quilha foi completamente esvaçalhada, o garupé arrancado e projetado a não pequena distância, e a dijunção completa das peças do cavername e das tátoas do convés produziu a queda do mastro e outros estragos de menor importância.

Em Oiteirinhos outra foi realizada com uma mina de 40 kg de carga, flutuando cerca de três metros da superfície das águas, também com os mesmos resultados.

Terminada a revolução, quando do desmonte do campo, em dia de Março do mesmo ano, outras foram explodidas com a assistência do público de Santos e autoridades federais e estaduais como consta da imprensa da época.

Aqueles ensaios evidenciaram a excelência das instalações e tão certos disto estavam os chefes navais da revolução, que desistiram de novas tentativas para forçarem a entrada do ancoradouro.

Um funcionário do nosso serviço que se passou para a revolução e, provavelmente, os oficiais da canhoneira inglesa Beagle, que, em seus passeios, assistiram as nossas continuadas experiências, fizeram-nos conhecedores de tudo, que na barra de Santos se fazia para levá-los à mais completa derrota, no caso de que tentassem forçar o canal de comunicação com o ancoradouro daquela cidade, na ocasião, como disse, o principal porto de comunicação com os países estrangeiros e Estados da República, ponto de abastecimento para o governo constituído.

Esta operação de defesa militar em tão importante ponto do nosso litoral, ao que me consta, a primeira e única até hoje realizada, sobressai de importância, não só por ter atingido a sua finalidade com o máximo de eficiência, como pelas condições de sua execução, naquela época, há quasi meio século — em que não dispunhamos de técnicos especializados e muito menos do volumoso e variado material exigido para um serviço de tamanha monta.

Na mesma ocasião, pretendeu-se o estabelecimento de uma linha ou campo minado na Barra do Rio de Janeiro; as dificuldades, naquela época, eram quasi insuperáveis pela falta de recursos de toda ordem, pela natureza do meio, pela profundidade da barra, pelo perigo à navegação dos neutros, e mais ainda, pelas condições em que seria realizada.

*A vigilância da esquadra, quer de dia, quer à noite, era das mais rigorosas.*

*À noite, qualquer pequena embarcação que tentasse atravessar a barra era logo descoberta pelos poderosos holofotes.*

*Eu que o diga.*

*Por duas vezes, dirigindo, alta madrugada, combóios de munição de boca e de guerra para as fortalezas da barra, pasesi momentos bem desagradáveis.*

*Tudo ficou nas boas intenções!*

*Durante a grande guerra, sei, por informação, da montagem de uma rede de defesa contra submarinos, no espaço que medeia entre a ponta de Jurujuba, Santa Cruz, Lage e S. João.*

*Não desejo cansar mais a vossa benévola atenção.*

*Com intenso júbilo, vejo o surto de progresso de nossas forças armadas de terra, mar e ar em todos os setores de suas atividades.*

*Em relação ao assunto tratado nesta palestra, não posso silenciar e que se opera na nossa Marinha de Guerra, sob a inteligente, esforçada e patriótica administração do Exmo. Sr. Almirante Guilhem, Ministro da Marinha.*

*Emocionado, assisti a corrida dos lança-minas Cananéa e Carioca. Amanhã — assim Deus nos ajude — teremos flotilhas e toda a aparelhagem moderna para, em ocasião oportuna, agirmos com o máximo de eficiência na defesa do nosso extenso litoral, onde são, em grande número, os pontos de fácil acesso.*

*Sr. Presidente, como disse no começo desta palestra, todo o trabalho e onus decorrentes da defesa minada do porto de Santos, esteve a cargo do governo estadual, se bem que, debaixo do ponto de vista militar, subordinado ao comando geral da Região.*

*Por isso mesmo, o mais eficaz dos meios de defesa ali empregados, passou despercebido, acidentalmente citado, ora em um boletim, ora em uma ordem do dia, quasi não teve repercussão, passou em olvido e dele não existe registro especial no nosso arquivo militar.*

*Considerando-o de grande importância, como procurei ressaltar, muito principalmente para quem, de futuro pretenda escrever sobre a história da nossa defesa militar, penso estar justificada esta palestra, que ficará em registro nos nossos anais.*

# Uma prisão de FLORIANO

Ten. Coronel JONAS CORREIA

Pela primeira vez são divulgados os documentos que se incluem no presente estudo. O autor obteve autorização especial do Sr. Gen. Meira de Vasconcelos, quando Comandante da Primeira Região Militar, para copiá-los do Livro-Mestre do antigo "*Batalhão de Engenheiros*", hoje "*Batalhão Vilagran Cabrita*".

**F**LORIANO PEIXOTO foi confirmado no posto de capitão por decreto de 22 de Janeiro de 1866. Tinha vinte e sete anos incompletos e andava já aureolado da fama de bravo, em virtude das façanhas que praticára, no comando de um vaporzinho armado em guerra e com o qual impedira as comunicações entre as colunas paraguaias, invasoras do Rio Grande do Sul, ao longo do rio Uruguai, entre Itaqui e Uruguaiana.

O exército aliado se preparava para transpor o rio Paraná, no Passo da Pátria, quando Floriano, de ordem do Comandante em Chefe do Exército Imperial Brasileiro, foi mandado adir ao Batalhão de Engenheiros, assumindo, a 14 de Abril, o comando da 4.<sup>a</sup> Companhia.

Dias antes falecera, heroicamente, na Ilha da Redenção, localizada a meio desse rio, o Major João Carlos de Vilagran Cabrita, comandante daquele batalhão; é que, a 10 daquele mês os tenentes paraguaios Cabrera e Riveros, chefiando mil e seiscentos homens, tentaram expugnar a ilha, em nosso poder desde cinco.

A morte do intrépido Cabrita ia entregar o Batalhão de Engenheiros à autoridade de um chefe exemplar, homem de rara têmpera, enérgico, valente e honesto. Conrado Maria da Silva Bittencourt era ele. Major, fora nomeado pelo General Coman-

dante do Exército em Operações. E, junto ao Passo da Pátria, no acampamento do Exército Imperial, a 13 de Abril de 1866, investia-se na chefia daquela unidade.

Vale transcrever as ordens do dia que, a propósito, foram baixadas e que se encontram insertas nas folhas azuladas do Livro respectivo, existente — qual relíquia honrosa e sagrada — no atual “Batalhão Vilagran Cabrita”. Deixá-las-emos sem comentários, porque refletem, no seu discreto estilo, o valor mesmo e o alto espírito que eram, para honra do Brasil, característica e apanágio dos seus soldados.

O comandante interino do Batalhão de Engenheiros, Capitão Brásilio de Amorim Bezerra, na sua ordem-do-dia n. 1, no Acampamento do Exército Imperial, junto ao Passo da Pátria, a 13 de Abril de 1866, dizia:



Floriano Peixoto

*“Tendo, em qualidade de Mandante, assumido o Comando interino deste Batalhão, na ocupação da Ilha de Mesa pela Expedição da Vanguarda do Exército, de que fazia parte o mesmo Batalhão, por ter sido nomeado comandante da dita expedição o distinto e finado Tenente-Coronel Comandante interino, faço hoje entrega do referido Comando ao Ilmo. Sr. Major Conrado Maria da Silva Bittencourt, nomeado para ele por S. Ex. o Sr. General da Repartição do Ajudante-General, de ontem datado, e em virtude d’ordem do Comando Geral d’Artilharia, desta data.*

*Felicitando ao Batalhão pela acertada nomeação que acaba de ser feita, devo agradecer aos Senhores Oficiais, Oficiais inferiores e mais praças o bem com que me coad-*



*juvaram durante o meu curto comando e, sobretudo, o brilhante comportamento que ostentaram nos dias que durou o bombardeamento da Ilha e no combate que se seguiu ao assalto dado pelo inimigo à mesma Ilha”.*

E Conrado Maria da Silva Bittencourt, Major Comandante interino:

*“Acampamento do Batalhão de Engenheiros, no Passo da Pátria, a 13 de Abril de 1866*

#### ORDEM DO DIA N. 1

*“Sem outro merecimento a não ser a melhor boa vontade de servir, fui nomeado para comandar interinamente este Batalhão, cujo prestimoso Chefe se acha no Comando da 19.<sup>a</sup> Brigada.*

*Bem difficil é a comissão de que me acho encarregado e, por isso, não me será possível preencher, como é mister, o vácuo que deixou o distinto e bravo Comandante Interino, que o Batalhão acaba de perder, porem, superando minha insuficiência, buscarei por todos os meios, ajudado pela brilhante Oficialidade e bons soldados, que compõem este Batalhão, seguir a mesma senda, na qual têm eles sido guiados por esses dignos Chefes: portanto, suas ordens continuam em vigor, até que, por conveniência do serviço, devam elas ser alteradas”.*

Conrado possuía, na verdade, uma singular envergadura de Chefe: e pôde, assim, manter-se à frente de seu Batalhão, até Outubro de 1869. Tivemos oportunidade de ler as suas ordens do dia 9, 10 e 11: encerram ensinamentos de conduta militar do mais subido apreço.

Pois, sob o seu comando iria ficar Floriano. E, por uma dessas imposições de dignidade funcional, Conrado, já Tenente-Coronel, prenderia a Floriano.

Como teria sido isso possível, se, a 23 de Maio de 1867, no Acampamento de Tuiuti, ele escrevia um elogio, na sua ordem do dia n.º 11: "*O Tenente-Coronel Comandante interino declara que os Srs. Capitães Francisco Vilela de Castro Tavares e Floriano Vieira Peixoto, Comandantes das 2.ª e 4.ª Companhias, têm entregado com regularidade os papéis que lhes são exigidos.*"

Trasladaremos integralmente o precioso documento, em que se dá o motivo determinante da prisão. E' a ordem do dia n.º 12. Traz a data de 24 de Maio de 1867. Havia, portanto, exatamente um ano que o General Osório, vencera a batalha de Tuiuti. Essa página honra igualmente a Conrado e a Floriano. Dignifica a classe e surpreende, na sua simplicidade eloquente, o seu tom de elevado critério e a sua beleza sóbria de linguagem, a par da grandeza moral dos conceitos, em que se hesita entre o que mais admirar, se a justiça do Chefe, se a energia do Comandante.

Leiamos.

*"Acampamento do Batalhão de Engenheiros em Tuiuti, 24 de maio de 1867.*

#### ORDEM DO DIA N.º 12

*Por ocasião de ir hoje, pela manhã, o Tenente-Coronel Comandante interino visitar a Enfermaria do Batalhão, indagando da moléstia com que ali se achava o soldado João Damasceno Pereira, foi-lhe declarado, pelo Enfermeiro Conrado Xavier de Matos, que estava ferido em um ombro, e, perguntando mais como havia ele sido ferido, porque de nada sabia o mencionado Tenente-Coronel, ficou surpreendido por lhe ser declarado tê-lo sido pelo Sr. Capitão Floriano Vieira Peixoto, Comandante da 4.ª Companhia desta Batalhão. Chamado o mencionado Sr. Capitão pelo Comandante interino para indagar de como se dera esse fato, lhe informou que, na manhã de 21 do corrente, tendo feito acordar aquele soldado muitas vezes para o alarma, ele se*

A 7 de Junho de 1867, Floriano foi desligado do Batalhão de Engenheiros, passando a servir no 25º Corpo de Voluntários da Pátria.

Depois... o seu destino foi servir sempre ao Brasil, lutando entre mil perigos. Mas não lhe sabemos qualquer referência a essa passagem de sua vida. E, se a recordamos, como Taine, "com os documentos na mão", é com o intuito patriótico de lhe aumentar a glória, já de si tão elevada e tão perfeita.



# O PRIMEIRO CORPO DOCENTE DA ESCOLA MILITAR

(SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ESCOLA MILITAR)

Cap. ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA

Em 1807 os exércitos franceses do Grande Napoleão, invadindo Portugal que quizerá conservar-se fiel à sua aliança com a Inglaterra, determinam a transferência da Côrte portuguesa para o Brasil.

Este, subindo de pórte e elevando-se em grandeza, assimila todo aquele progresso do antigo mundo, sentindo já que se tornará, por suas novas instituições e progresso rápido, capás de ombrear, mui brevemente, com qualquer nação daquelas que contam os períodos de sua história por séculos que se perdem na infância do mundo.

E o então Vice-Reino unido a Portugal e Algarve vê criarem-se, em si, Academias, Museus, Arsenais, Bibliotecas, instituições novas que nunca mais perecerão, que ao contrário, se transformarão, acompanhando a trajetória ascendente da espiral que representa o Progresso.

E assim, o Brasil que aparecia, vê surgir, entre outras instituições, a ACADEMIA REAL MILITAR, origem da nossa ESCOLA MILITAR, padrão de glória e um dos esteios da nossa nacionalidade, já que por ela

transitou uma grande parte dos grandes brasileiros que fazem jús ao nosso respeito, à nossa veneração e ao nosso reconhecimento.



D. JOÃO VI

Criada pela Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810, a Academia Real Militar centraliza o ensino militar então existente, prontificando-se, por seus estatutos, a fornecer oficiais para as armas combatentes do Exército do Brasil, bem como a habilitá-los com a parte teórica e prática das armas científicas, a Engenharia e a Artilharia.

— Inaugurando-se, em condições de iniciarem-se as suas aulas, a 23 de Abril de 1811, na chamada Casa do Trem, com que Corpo Docente contava? — Qual a sua primeira administração? — Quais os primeiros professores das cadeiras existentes no curso?

— E' o que neste breve trabalho procuraremos, à luz de *documentos verdadeiros* que fomos desentranhar do pó dos arquivos, responder.

\* \* \*

Da Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810, já citada e dos Estatutos por que se deveria reger a Academia se depreende que a sua direção pertencia a uma Junta de 5 membros, sendo o Presidente e Diretor da Academia um Tenente-Coronel tirado do Corpo de Artilharia ou do Corpo de Engenheiros e os quatro restantes, Deputados, oficiais de patente igual ou superior à de Coronel, todos subordinados a uma Inspeção Geral sintetizada pelo Ministro e Secretário de Estado da Guerra

Todos esses membros deveriam ainda cooperar nos trabalhos da Academia. Assim: pertenceria ao Presidente a direção dos estudos de Mineralogia, Química e Física; a um dos Deputados saberia a direção e assistência aos trabalhos geodésicos; a outro o traçado de algum polígono militar que se construiria no campo para mostrar aos alunos o ataque e a defesa das Praças; a outro o reconhecimento do terreno e as manobras táticas realizadas no campo; ao último competiria o exercício e a disciplina das aulas e de toda a Academia, vigiando particularmente sobre a fiel observância dos Estatutos.

Obrigatoriamente caberia ao Diretor do Arquivo Real Militar ser o Deputado da Junta que seria encarregado da direção e assistência aos trabalhos geodesicos.

Determinavam ainda os mesmos estatutos, a divisão do ensino em 7 anos para os quais haveria 11 lentes e 5 substitutos, assim distribuídos:

Aritmética, Algebra, Geometria retilinea e primeiras noções da esférica seriam estudadas no 1.º ano onde só haveria um lente; entrariam no 2.º as aplicações da Algebra e da Geometria, levando-se-as até ao Cálculo diferencial e integral, Geometria Descritiva e Desenho; haveria dois lentes, sendo que um para Geometria Descritiva e Desenho. Mecânica e Hidrodinâmica formariam o 3.º ano que um único lente dirigiria. No 4.º dois lentes ensinariam: um Trigonometria esférica, princípios de Astronomia e Física e outro, que era o mesmo do 2.º ano, Desenho.

No 5.º ano iniciar-se-ia o estudo das matérias exclusivamente militares. Um lente ensinaria Tática, Fortificação e Reconhecimento dos terrenos, enquanto um segundo lecionaria Química. No 6.º ano completar-se-ia o estudo da Fortificação e se estudaria mais a Arquitetura Civil e a Mineralogia, havendo para esta última um lente especial. No 7.º dois lentes ensinariam: o primeiro a Artilharia teórica e prática, Minas e Geometria subterranea e o segundo a História Natural nos dois reinos animal e vegetal.

Resavam ainda os estatutos da Academia, cogitando de um 8º ano:

“Logo que se possa formar uma Biblioteca científica e militar, haverá um lente de História Militar que servirá de Bibliotecário e que no 8.º ano explicará a história militar de todos os povos, os progressos que na mesma faz cada nação, dando uma idéia dos maiores generais nacionais e estrangeiros”.

\* \* \*

De posse desses dados que nos facilitarão a compreensão, dando-nos, para tal, uma base, passemos aos documentos, procurando reponder às questões propostas:

Diz-nos o primeiro:

“Havendo Determinado na Minha Carta de Lei de quatro de Dezembro do ano próximo passado pela qual Fui Servido Crear nesta Côrte uma Academia Real Militar, que nela haveria uma Junta a cujo cargo estivesse a direção deste importante Estabelecimento, composta da maneira que declara a mesma Carta de Lei; Sou ora Servido Nomear para Presidente da dita Junta ao Tenente-Coronel Inspetor Geral de Artilharia Carlos Antonio Napion; Para Primeiro Deputado na conformidade alí declarada ao Brigadeiro João Manoel da Silva, Diretor do meu Real Arquivo Militar; e para Segundo Deputado ao Coronel do Real Corpo de Engenheiros Manoel Jacinto Nogueira da Gama; e Determino que não obstante não Nomear Eu por ora os outros Deputados de que deve compôr-se a Junta, haja ela de reunir-se desde logo e ter as suas sessões e exercício que lhe compete pela sobredita Carta de Lei da sua Instituição: o Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e expresse nesta conformidade as Ordens necessárias.

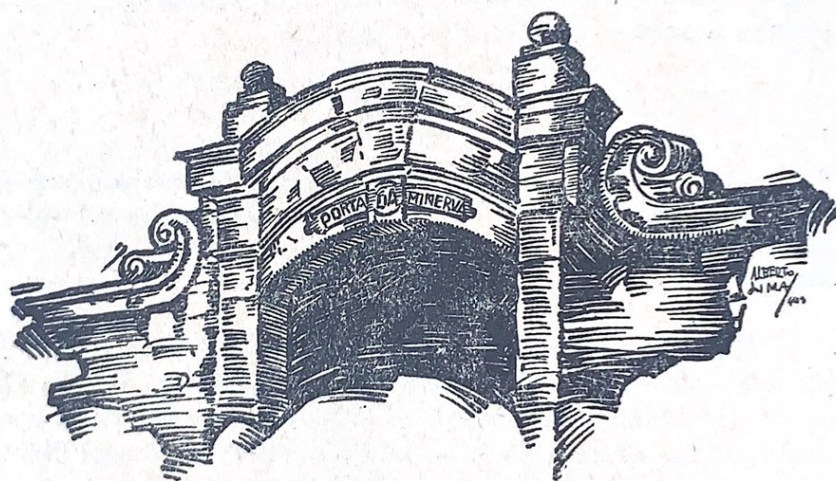
Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de Março de 1811. Com a rubrica do Príncipe Regente”.

Por este já observamos que, se os Estatutos da Academia Real Militar prescreviam para a Junta Militar que deveria dirigir os destinos

da dita Academia, 5 membros, sendo um Presidente e quatro Deputados, de fato, de início, ela se compôs apenas de 3 membros (um Presidente e dois Deputados).

E, avançando um pouco, asseveramos ainda que nunca, enquanto perdurou o 1.º regulamento, o quadro da direção este completo; sempre esse número de 3 membros foi o notado.

O Tenente-General Carlos Antonio Nacion, o Brigadeiro João Manoel da Silva e o Coronel Manoel Jacinto Nogueira da Gama, respectivamente Presidente, 1.º e 2.º Deputados, constituíram, pois, a *Primeira Junta* que teve em suas mãos os destinos da Academia Real Militar, marco inicial da nossa Escola Militar, fôrja de caracteres que muito tem feito pelo Brasil e para o Brasil.



Entrada principal da Casa do Trem, na Ponta do Calabouço

Outros documentos levar-nos-ão agora ao conhecimento do primeiro corpo docente que, nas salas daquela antiga Casa do Trem, junto à Ponta do Calabouço, labutou no afan de transmitir aos primeiros alunos os conhecimentos de que eram possuidores, bem como ao conhecimento dos primeiros ocupantes das cadeiras do curso.

Diz o principal:

#### RELAÇÃO DOS LENTES E SUBSTITUTOS DA ACADEMIA REAL MILITAR, NOMEADOS POR DECRETO DA DATA DE HOJE

*Para Lente do 1.º ano letivo:*

Antonio José do Amaral, 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros e Bacharel em Matematicas.

*Para Lente do 2.º ano letivo:*

Francisco Cordeiro da Silva Torres, Sargento-mór do mesmo Real Corpo.

*Para Lente do 3.º dito:*

José Saturnino da Costa Pereira, 1.º Tenente do mesmo Real Corpo e Bacharel em Matematica.

*Para Lente do 4.º dito:*

Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, Capitão do dito Real Corpo.

*Para Lente do 5.º dito:*

João de Souza Pacheco, Sargento-mór do dito Real Corpo.

*Para Lente do 6.º dito:*

Salvador José Maciel, Capitão do dito Real Corpo.

*Para Lente do 7.º dito:*

Manoel da Costa Pinto, Sargento-mór de Artilharia.

*Para Lente de Física:*

Luiz Antonio Barradas, Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

*Para Lente de Mineralogia:*

(Vago por ora).

*Para Lente de Geometria Descritiva, devendo reger qualquer das Cadeiras de Matematica nos impedimentos dos Lentes:*

José Vitorino dos Santos e Souza, 2.º Tenente.

*Para Lente de Desenho e Gravura:*

João José de Souza, Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

*Para 1.º Substituto dos Lentes do 1.º e 2.º anos:*

Thomaz Barbarino da Cunha, 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

*Para 2.º Substituto:*

Vasco José de Paiva, Tenente Coronel.

*Para Substituto do Lente de Desenho e Gravura:*

Roberto Ferreira da Silva, 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de Março de 1811.

(ass) *Conde de Linhares.*

Conquanto suficientemente explicita, esta “relação de lentes”, datada de 11 de Março de 1811 e que recolhemos do livro n.º 40 do Arquivo da Secretaria da Guerra (Decretos, Leis e Cartas Régias), não representa ela de todo a verdade se nos quizermos referir àqueles nomes ditos acima como tendo sido, de fato, os dos primeiros ocupantes das cadeiras do curso da Academia recém creada.



Dada a não existência, de início, de alunos em todos os anos do curso e a impossibilidade momentânea de alguns lentes nomeados de deixarem as comissões e os serviços que exerciam, algumas modificações e outras tantas nomeações surgiram, deturpando em parte aquele quadro que devia sintetisar com toda a fidelidade o primeiro corpo docente da Escola Militar.

As seguintes notas precisarão o que acabamos de dizer:

“Conformando-me com o parecer da consulta que dirigiu à Minha Real Presença a Junta da Direção da Academia Real Militar na data de 25 do mês próximo passado sobre o Requerimento de André Pinto Duarte, a qual Fui Servido Resolver em 7 do corrente: Hei por bem determinar que passando o Sargento-Mór Francisco Cordeiro da Silva Torres de Lente da Cadeira do 2.º ano do curso da mesma Academia, para que foi nomeado a Lente da cadeira do 6.º ano, a qual deve considerar-se vaga em consequencia da Minha Real Determinação de que o Sargento-mór Salvador José Maciel continue a ser empregado na Capitania da Baía, seja a sobredita Cadeira do 2.º ano ocupada pelo suplicante André Pinto Duarte, como Lente, com a mesma Patente que tem de 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros. Em 19 de Junho de 1811. Com a rubrica do Príncipe Regente”.

De outro lado sabemos que a cadeira de História Natural (2.ª do 7.º ano) inaugurou-a somente em 1813 o Frei José da Costa e Azevedo que também inaugurou, em 1818, a de Mineralogia (2.ª do 6.º ano).

“Crêa na Academia Real Militar desta Corte um Gabinete de produtos de Mineralogia e História Natural.

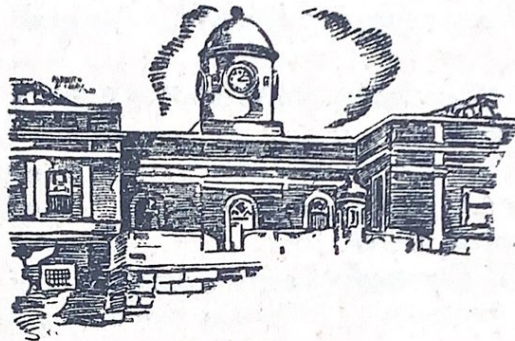
Tendo em contemplação os bons serviços que me tem prestado Frei José da Costa e Azevedo no lugar de lente da cadeira de História Natural na Academia Militar desta Côrte, de que tem a propriedade, e convindo ao meu real serviço que ele passe para a Cadeira de Mineralogia na mesma Academia, sou servido nomeá-lo lente proprietário desta Cadeira com o ordenado correspondente; havendo outrossim, por bem conceder-lhe a administração e inspeção do Gabinete dos produtos de Mineralogia e História Natural que hei por bem crear na mesma Academia, à qual servirá com a gratificação anual de 150\$000 por este cargo, além do ordenado de sua cadeira...

(Decreto de 22 de Janeiro de 1818)”.

Para lente da cadeira de Química, componente do 5.º ano da Academia, sabemos também ter sido aproveitado o Dr. Daniel Gardner que

desde 6 de Julho de 1810 fôra nomeado para ministrar aquella disciplina nas aulas militares da Artilharia e da Engenharia.

De posse agora de todos esses dados e fazendo naquele primeiro quadro as devidas substituições e os devidos acrescimos, sentimo-nos aptos a apresentar os componentes do PRIMEIRO CORPO DOCENTE que teve a Escola Militar, bem como os PRIMEIROS OCUPANTES das cadeiras do curso.



Escola Militar, na Praia Vermelha

Com pequenas informações biograficas dos que nos foi possivel identificar, assim os apresentamos, respeitando a ordem natural das matérias ministradas na Academia:

— ANTONIO JOSE' DO AMARAL, 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 1.º ano onde ensinava Aritmética, Algebra, Geometria retilinea e primeiras noções da esférica.

Nasceu no Rio de Janeiro em 1772, filho de José Francisco do Amaral. Estudou em Portugal onde se bacharelou em Matemáticas pela Universidade de Coimbra. Ingressando no Exército, iniciou sua carreira militar na arma de Artilharia.

Aos 19 de Abril de 1811 foi promovido ao posto de 1.º Tenente com a graduação de Capitão, posto em que se manteve durante o tempo em que lecionou na Academia.

Era tão respeitado pela sua probidade que, apesar de suas idéias republicanas, foi indicado, depois da abdicação de D. Pedro I, para tutor de seu filho, o que recusou.

Estava na Europa, quando se promulgou a Constituição brasileira que jurou por procuração.

Deputado, em 1830, pelo Rio de Janeiro, fez opposição ao governo de D. Pedro I, apoiando na Câmara o partido dos moderados. Na terceira legislatura recusou ser deputado, vivendo desde então muito retirado.

Colaborou em diversos jornais brasileiros, tais como o "Indicador Militar", a "Astréa" e, antes da independência, fez parte da comissão encarregada de organizar os compendios para a Academia Real Militar. Faleceu em 1848.

— ANDRE' PINTO DUARTE, 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 2.º ano onde ensina Aplicações da Algebra e da Geometria, levando-as até ao Cálculo diferencial e integral.

— JOSE' VITORINO DOS SANTOS E SOUZA, 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 2.º ano onde lecionava Geometria Descritiva. Tinha ainda o encargo de reger qualquer das cadeiras de Matemática nos impedimentos dos respectivos lentes.

No posto de 2.º Tenente lecionou na Academia por mais de um ano, visto como a sua promoção a 1.º Tenente tem a data de 25 de Setembro de 1812.

E' autor de uma "Geometria e Mecânica das artes, dos officios e das belas artes", publicada em 1823, no Rio de Janeiro.

— JOSE' SATURNINO DA COSTA PEREIRA, 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros e Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Lente do 3.º ano. Lecionava Mecânica e Hidrodinâmica.

Nasceu na Colonia do Sacramento, em 1773 e faleceu no Rio de Janeiro em 1852.

Estudou em Portugal onde se bacharelou em Matemática pela Universidade de Coimbra. Regressando ao Brasil foi nomeado lente da Academia Real Militar e membro da Junta diretora da Imprensa Nacional. No Rio de Janeiro foi o correspondente do "Correio Brasiliense", jornal que um seu irmão editava em Londres.

Aos 19 de Abril de 1811 foi elevado ao posto de Capitão, graduação que teve enquanto lecionou.

Proclamada a independência foi eleito Senador pela provincia de Mato Grosso. Ocupou a pasta da Guerra em 1837, ao tempo da regência do padre Diogo Antonio Feijó. Foi ainda Senador do Império.

José Saturnino teve a glória de ser o que, dos lentes da novel Academia, primeiro apresentou o compendio a que, para uso dos alunos, eram obrigados os lentes.

E' interessante o transcrevermos aqui os dizeres do frontespício dessa primeira obra que, especialmente para seu uso, teve a Academia Real Militar:

“TRATADO ELEMENTAR DE MECÂNICA  
por Mr. Francoeur.

Por ordem de Sua Alteza Real traduzido em Português e aumentado de doutrinas extraídas das Obras de Prony, Bossut, Marie, etc.: para uso dos Alunos da Real Academia Militar desta Côrte por

*José Saturnino da Costa Pereira,*

Cavaleiro na Ordem de Cristo, Bacharel formado em Matemática, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, e Lente do terceiro ano da mesma Academia

Rio de Janeiro  
Na Imprensa Régia  
181

Por ordem de Sua Alteza Real.”

Escreveu ainda:

“Indagações do sólido de máximo volume entre todos os de igual superfície”; “Dicionário topográfico do Império do Brasil”; “História geral dos animais classificados segundo o sistema de Cuvier (4 volumes)”; “Elementos de Astronomia e Geodesia, precedidos da Trigonometria esférica”, redigidos para uso da Escola Militar (1845):”; “Elementos de Mecânica”; “Aplicação da Algebra a Geometria”; “Elementos de Cálculo diferencial e de Cálculo Integral”; “Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil”; e outras mais.

— MANOEL FERREIRA DE ARAUJO GUIMARÃES, Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 4.º ano onde ensinava Trigonometria esférica, Geografia e princípios de Astronomia.

Nasceu no Estado da Baía a 5 de Março de 1777. Contando cerca de 14 anos embarcou para Portugal onde em Lisboa continuou seus estudos, matriculando-se a 1.º de Outubro de 1798 no 1.º ano da Academia Real da Marinha.

Por decreto de 19 de Junho de 1801, tendo concluído o curso da Academia, premiado em primeiro lugar em todos os estudos, foi nomeado Lente Substituto da mesma Academia com a patente de 1.º Tenente da Armada.

Por ocasião da transladação da côrte portuguesa para o Brasil, para aquí veio, sendo logo após a chegada, a 5 de Novembro de 1808, transferido para o Exército e promovido ao posto de Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

Creada a Academia Real Militar foi designado para um dos seus lentes, tal como se vê do seguinte decreto do Príncipe Regente:

“Por justos motivos Sou Servido Determinar que Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, Capitão do Real Corpo de Engenheiros e Lente da Academia Real dos Guarda Marinhas, passe para Lente de Geografia e Astronomia do 4.º ano da Academia Real Militar, continuando a receber o mesmo ordenado de 400\$000 que até aqui recebia como Lente da dita Academia dos Guarda Marinhas: O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido .....

Palácio do Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 1811.”

No exercício de Lente conservou-se até 21 de Abril de 1821, quando obteve a sua jubilação por contar 20 anos ininterruptos de magistério; tinha por essa época o posto de Coronel graduado a que fora elevado a 13 de Maio de 1819.

Conquanto em disponibilidade não parou aí a atividade desse grande educador. A 5 de Março de 1823 foi nomeado Deputado da Junta de direção da Academia Real Militar e logo depois, em Junho do mesmo ano, foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte pela província da Baía. No desempenho deste cargo foi elevado ao posto de Coronel, a 12 de Outubro de 1823.

Reformou-se, já no posto de Brigadeiro graduado, pelo decreto de 24 de Dezembro de 1830, contando apenas 25 anos de idade.

Ativo ao extremo, porém, mesmo na Baía onde fixara residência após a reforma, os seus serviços foram aproveitados como Lente da cadeira de Geometria e Mecânica que funcionava anexa ao Arsenal de Marinha.

Militar de grande atividade e ilustração, escreveu e traduziu diversas obras de matemática e colaborou em diversos periódicos da Imprensa, sendo que, por ocasião de sua morte, era um dos redatores do “O Patriota”.

Faleceu a 24 de Outubro de 1838.

Tinha as condecorações de S. Bento de Aviz e da Ordem do Cruzeiro.

— LUIZ ANTONIO BARRADAS, Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 4.º ano onde ensinava Física.

— JOÃO JOSÉ DE SOUZA, Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 4.º ano onde lecionava Desenho e Gravura. Era ainda o lente da mesma disciplina também ministrada no 2.º ano.

— JOÃO DE SOUZA PACHECO LEITÃO, Sargento-mór do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 5.º ano onde explicava a Tática, a Estratégia, a Castramentação, a Fortificação de Campanha e o Reconhecimento dos terrenos.

Português de nascimento, veio para o Brasil acompanhando a família real e aqui, em virtude dos seus reconhecidos conhecimentos militares, foi nomeado para Lente da Academia Real Militar, por despacho de 11 de Março de 1811.

Escritor notavel, deixou diversas obras, sendo que algumas traduções. Dentre elas destacam-se: “Reflexões militares sobre a campanha dos franceses em Portugal”; “Arte Militar e de Fortificação”, traduzida de Guide Vernon; “O Brasil e a Constituição de Portugal”; “Exposição das despesas e estado do farol da ilha da Rosa” e os poemas: “Genieida”, “A restauração da liberdade” e a “Natureza”.

Faleceu em Lisboa, para onde retornara depois de reformado, em 1855.

— DANIEL GARDNER, Doutor em medicina.

Lente do 5.º ano onde tinha a seu cargo a cadeira de Química. Lecionava desde 6 de Julho de 1810 nas aulas militares da Artilharia e da Engenharia que, com o nome de Academia Militar, funcionavam no Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro.

Creada a Academia Real Militar que centralizava em uma só todo o ensino militar teórico então existente, foi aproveitado como Lente de Química, mesma cadeira que já lecionava e da qual já tinha a propriedade.

— FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA TORRES, Sargento-mór do Real Corpo de Engenheiros.

Lente do 6.º ano onde tinha a seu cargo o complemento do estudo da Fortificação e o ensino da Arquitetura Civil.

Nasceu em Portugal a 24 de Fevereiro de 1775.

Veio para o Brasil em 1809, sendo então 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros. Promovido a Capitão em 24 de Junho de 1809 e a Sargento-mór na mesma data do seguinte ano de 1810, foi, por decreto de 11 de Março de 1811, nomeado lente da Academia Real Militar.

Não obstante esse encargo que desempenhou com rara proficiência, ao mesmo tempo que o exercia, desempenhava-se de outras comissões, para as quais a sua atividade e o seu saber eram solicitados.

Assim, foi encarregado de encanamento das águas que inundavam a Real Quinta da Boa Vista, futura residência imperial e da direção das obras hidráulicas da Real Fazenda de Santa Cruz.

Dirigiu ainda os trabalhos do encanamento das águas do rio Maracanã, a construção do chafariz do Campo de Santana, o cáis da praça do Comércio, as obras do canal da Pavuna e do rio Guandú e outros trabalhos de engenharia.

Em 15 de Junho de 1823, já Brigadeiro graduado, tendo atingido ao generalato a 12 de Outubro de 1826, foi nomeado Ministro da Guerra, cargo de que foi exonerado a pedido dez dias depois.

Solicitou reforma do serviço ativo do exército em 1833, a qual lhe foi concedida no posto de Marechal de Campo.

Era Conselheiro de Estado, Grande dignatário da Ordem da Rosa e Viador das princezas, tendo sido agraciado com o título de Visconde de Jerumirim.

Faleceu no Rio de Janeiro a 8 de Maio de 1856.

— MANOEL DA COSTA PINTO, Sargento-mór de Artilharia. Lente do 7.º ano onde ensinava Artilharia teórica e prática, Minas e Geometria subterrânea.

Nasceu em Lisboa a 27 de Agosto de 1780.

No posto de Capitão veio para o Brasil em 1809, nomeado para lente da Aula Militar que funcionava no Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, com a designação de Academia Militar.

Nesse mesmo ano, por um decreto, em o qual eram salientadas a sua aptidão e inteligência reveladas no decurso de sua vida militar, foi incumbido da composição de um "Tratado de Artilharia teórica e prática", pelo qual deveria ser moldado o ensino na mesma Academia.

Em Dezembro de 1810 tendo o ensino militar sofrido uma remodelação com a criação da Academia Real Militar que concentrava em uma só Academia todo o ensino militar existente no Brasil, foi nomeado, já no posto de Sargento-mór, para lente da mesma cadeira que tinha no Regimento de Artilharia.

Oficial de grande mérito e profundo conhecedor de tudo que dizia respeito à sua profissão, atingiu ao generalato aos 42 anos de idade, quando foi graduado no posto de Brigadeiro, a 18 de Março de 1822. Outras promoções ainda obteve, atingindo a maior, Tenente General, a 12 de Setembro de 1837.

Durante sua vida militar, além da função de lente, desempenhou as seguintes comissões: em 1817 fez parte da expedição que partiu do Rio de Janeiro contra os rebeldes de Pernambuco; foi nomeado Inspetor de Artilharia a 22 de Abril de 1821; Quartel-mestre general da Côte e província do Rio de Janeiro a 6 de Novembro de 1822; Deputado da Junta de direção da Academia Real Militar a 5 de Março de 1823; Deputado-intendente da Junta de fazenda dos

Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições a 3 de Setembro de 1826 e Presidente da província do Maranhão a 24 de Dezembro de 1827.

Reformou-se, por doente, em 1842, sendo então transferido para a 3.ª classe do Exército.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de Março de 1852.

— JOSÉ DA COSTA E AZEVEDO, Frade franciscano.

Lente do 7.º ano onde ensinava a História Natural nos dois reinos animal e vegetal e depois também lente do 6.º ano onde ensinava Mineralogia.

Nasceu no Rio de Janeiro em 1763. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, completando-os porém em Lisboa onde frequentou o Colégio dos Nobres e depois em Coimbra em cuja Universidade esteve matriculado.

Sentindo grande vocação para o clero, envergou o burel de franciscano, conquistando no Convento de sua ordem uma cadeira de Lente de Teologia que pouco tempo ocupou.

Convidado para, em Lisboa, reger uma cadeira de Filologia para aí foi, sendo logo depois aceito sócio correspondente da Academia Real de Ciências.

A convite do Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, veio para o Brasil ocupar o cargo de Diretor do Seminário de Olinda e ser o regente das cadeiras de Filosofia e Retórica, no mesmo estabelecimento (1800).

Creando-se, no Rio de Janeiro, a Academia Real Militar e achando-se nela vaga a cadeira de História Natural, 2.ª do 7.º ano do curso, foi o seu nome lembrado e posteriormente nomeado.

Como lente da Academia, o seu desempenho foi de tão grande valor, que, em 1818, foi também nomeado para lente proprietário da cadeira de Mineralogia, assunto ministrado no 6.º ano (documento já citado).

Ainda nesse ano de 1818, os seus serviços foram novamente solicitados para ser o Diretor do Museu Real (depois Museu Nacional), mandado organizar por D. João VI, a 6 de Junho de 1818.

Tendo sido nomeado nesse mesmo dia coube a Frei José da Costa e Azevedo ser o primeiro Diretor do nosso atual Museu Nacional.

No desempenho dos cargos de professor da Academia e de Diretor do Museu, faleceu a 7 de Novembro de 1822, sendo sepultado na Igreja de São Pedro.

— THOMAZ BARBARINO DA CUNHA, 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Primeiro substituto dos Lentes dos 1.º e 2.º anos do curso.



Nessa comissão permaneceu na Academia Real Militar somente por espaço de tempo de um ano, pois que dele achamos outra nomeação, datada de 28 de Fevereiro de 1812. Diz ela:

“Hei por bem nomear a Thomaz Barbarino da Cunha, 1.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, para Lente da Cadeira de Geometria da cidade de Pernambuco, vaga pela passagem de Joaquim Inácio de Lima para Lente da Real Academia da Marinha desta Côrte. ....

— VASCO JOSÉ DE PAIVA, Tenente Coronel.  
Segundo Substituto dos Lentes dos 1.º e 2.º anos do curso.

— ROBERTO FERREIRA DA SILVA, 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.

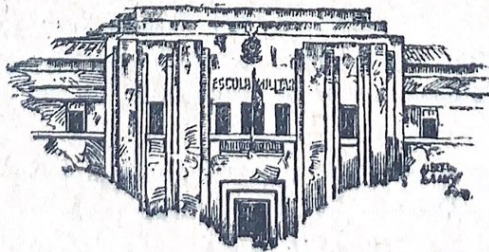
Substituto do Lente de Desenho e Gravura.

Nasceu em Lisboa entre os dois últimos quartéis do século XVIII. Aprendeu e estudou Desenho e Pintura em Lisboa, tendo sido por alguns anos pintor de carros ao serviço da Casa Cadaval. Ingressando depois no Exército, veio para o Brasil onde foi nomeado para Substituto e auxiliar do Lente efetivo de Desenho e Gravura da Academia Real Militar.

Em 1822 jurou e aceitou a constituição do Império, tornando-se então brasileiro.

Faleceu em 1840, tendo deixado as funções de lente em 1826.

Escreveu: “Elementos de desenho e pintura e regras gerais de perspectiva” (1817), obra de que foi tirada 2.ª edição em 1841.



Escola Militar, no Realengo

E, concluindo o modesto trabalho a que nos tínhamos proposto, resta-nos reafirmar ter sido este que acabamos de ver, o verdadeiro quadro dos *Primeiros ocupantes* das cadeiras do curso da Academia Real Militar, bem como o *Primeiro Corpo Docente* que teve a Academia que, através dos tempos, passando, como tudo no mundo, por transformações, segundo a marcha ascendente do progresso, é hoje a **ESCOLA MILITAR DO BRASIL.**

RESUMO

*PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO:*

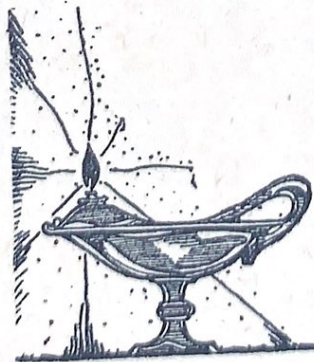
Presidente da Junta de Direção da Academia —  
Tenente General Carlos Antonio Napion.

- 1.º Deputado — Brigadeiro João Manoel da Silva.  
2.º Deputado — Coronel Manoel Jacinto Nogueira da Gama.

*PRIMEIROS PROFESSORES:*

- Do 1.º ano — 2.º Tenente Antonio José do Amaral.  
Do 2.º ano — 1.º Tenente André Pinto Duarte.  
2.º Tenente José Vitorino dos Santos e Souza.  
Capitão João José de Souza.  
Do 3.º ano — 1.º Tenente José Saturnino da Costa Pereira.  
Do 4.º ano — Capitão Manoel Ferreira de Araujo Guimarães.  
Capitão Luiz Antonio Barradas.  
Capitão João José de Souza (o mesmo do 2.º ano).  
Do 5.º ano — Sargento-mór João de Souza Pacheco Leitão.  
Dr. Daniel Gardner.  
Do 6.º ano — Sargento-mór Francisco Cordeiro da Silva Torres.  
Do 7.º ano — Sargento-mór Manoel da Costa Pinto.  
Frei José da Costa e Azevedo (depois também do 6.º).  
Substitutos dos Lentes — 1.º Tenente Thomaz Barbarino da Cunha.  
Tenente Coronel Vasco José de Paiva.  
2.º Tenente Roberto Ferreira da Silva.

Lentes efetivos — 12.  
Substitutos — 3.





General DIAS DE OLIVEIRA

## Os refléxos da vida luminosa do Gen. DIAS DE OLIVEIRA

Gen. BORGES FORTES

No coração da terra rio-grandense, sobre a lombada de um cochilhão, característico do relevo da região sulina, cochilhão que vai morrer na margem esquerda do rio Vacacaí para ressurgir mais alto e acentuado na margem oposta, assenta a cidade de São Gabriel.

E' o meu berço natal.

Não virei agora evocar as doces e longinquas horas de minha meninice, as saudades que acompanham todas as criaturas de sentimento, dessa fase descuidosa da existência de cada um, porem quero evocar, seguramente, a tradição histórica e militar de meu torrão.

Tenho que falar-vos, componentes que sois do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sobre Dias de Oliveira e o seu nome desperta em mim a recordação da terra em que nasci.

E ao homenagear aquele ilustre soldado devo antes

caminho para formidável jornada de 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosário.

Ressurge na história militar o nome da cidade de São Gabriel no período glorioso da Revolução Farroupilha, já quando no seu início o notável João Antonio da Silveira, varão modelar e chefe republicano, se apodera da praça e afugenta o famoso Coronel Bento Manoel Ribeiro, comandante das forças imperiais, já no declínio da campanha, longa de quasi dez anos, quando ali se estabelece o General Luiz Alves de Lima e Silva, fazendo de São Gabriel o centro principal de suas operações.

E, o forte Caxias, revive até hoje nas tradições da cidade, soldando o nome desta ao do extraordinário General, o nobre e magnânimo pacificador do Rio Grande do Sul em 1845.

Ontem... Para que lembrar os sucessos de nossos dias? As revoluções recentes, em que tomamos parte ou testemunhamos, devem ser estudadas mais tarde, quando as paixões e os preconceitos estejam dissipados.

Os capítulos referentes a tal período virão a ser escritos um dia e ainda será lido o nome da terra gabrielense em páginas de bravura e de honra.

Na fé de officio dos serviços de meu torrão há ainda alguma coisa a ser lembrada neste oportuno momento. E' a permanência por longos anos na modesta povoação de campanha, daquele antigo, tradicional e glorioso regimento que foi o Primeiro de Artilharia a Cavallo.

A marcha progressiva de nossa organização militar fez desaparecer, dos quadros constitutivos do Exército, o Primeiro Regimento de Artilharia a Cavallo, que por transformações sucessivas é hoje, pela inspiração patriótica e alevantada de José Fernandes Leite de Castro, o Regimento Mallet.

Foi de São Gabriel que o velho Emilio Luiz Mallet levou para as campanhas do Uruguai e do Paraguai as suas baterias e foi com a gente daquela terra que ele cobriu de glórias o seu Regimento, quando a 24 de Maio de 1866 ganhava o melhor quinhão da vitória com o seu FOGO DE HORROR e a metralha varria as hostes inimigas com a sua ARTILHARIA REVOLVER.

\* \* \*

Foi nesse legendário Regimento que conheci o então primeiro tenente Antonio José Dias de Oliveira.

Estavamos no ano de 1837. Era eu um insignificante aprendiz de tipografia na oficina de um jornal republicano — "O Zig-Zag".

Seus principais colaboradores eram oficiais da guarnição, quasi todos propagandistas convictos do regimen que veio triunfar a 15 de Novembro de 1889.

Dias de Oliveira pertenceu a esse pugilo de colaboradores e a proclamação da República encontrou-o em São Gabriel. Viera ele do Amazonas onde contraira o beri-beri e fora obrigado a mudar-se para o benigno clima do Rio Grande do Sul, procurando a cura de sua saude.

Moço, em plenos vinte e oito anos de existência, inteligente, culto, educado, com dotes fisicos perfeitos, com um temperamento muito sereno e afavel, o tenente Dias viu-se imediatamente cercado da estima, da simpatia e da consideração de seus companheiros de armas e de toda a sociedade civil.

Alguns meses mais tarde consorciou-se com uma distinta senhora D. Herminia Pacheco, filha de um illustre e austero varão, o coronel Graciano da Costa Pacheco, o qual ganhara sua patente nos campos de batalha do Paraguai e representava honrosamente uma antiga e tradicional família gabrielense.

Foi D. Herminia a dedicada e exemplar companheira, amiga e inspiradora de Dias de Oliveira durante o resto de sua comum existência, e tão extremosa por ele que sucumbiu pouco tempo, após o doloroso dia em que viu fecharem-se para sempre os olhos cariciosos de seu esposo.

\* \* \*

Nesse ambiente de simpatia conheci Dias de Oliveira. Passam-se os meses e em 1888 penetro na Escola Militar de Porto Alegre encetando a minha vida militar.

Decorrem 1889 e 1890...

Fizera-se a República e Benjamin Constant, o inolvidavel Mestre da Praia Vermelha, o evangelizador republicano do Exército, reforma completamente o ensino militar abrindo para os futuros oficiais um curso profundamente scientifico e lógico, preparando-os para a missão altamente patriótica e civilizadora de serem os condutores do Brasil nos seus objetivos de país republicano, dentro do livre continente da América e ao mesmo tempo aptos para o desempenho de seus deveres na defesa das instituições e da soberania brasileiras.

A tarefa dos professores assumia a máxima importância na reconstituição da mentalidade do Exército. Para os cargos do magistério Benjamin fez uma notavel seleção de valores e o Capitão Antonio José Dias de Oliveira foi um dos nomeados para a Escola Militar de Porto Alegre.

Esse instituto recebeu tambem um consideravel impulso. O seu curso passou a abranger, pela reforma de 1890, o aprendizado completo da hierarquia científica desde a matemática até a Sociologia e Moral,

seguindo-se-lhe o curso propriamente profissional, do serviço das armas combatentes.

Interrompamos por um instante a minha narração...

E' um momento de recordações o que perpassa o meu espírito. Ao falar da Escola de Porto Alegre, a saudade, essa inseparavel companheira dos velhos, faz desfilar em minha lembrança as figuras de meus mestres e vejo subjetivamente passarem Ceslestino de Castro e Candido Jacques, Vespasiano de Albuquerque e Alberto Carlos, Alcibiades Rangel e os Barreto Viana, Pedro de Araujo e Carlos Nabuco, Henrique Martins e Inácio de Alencastro...

Permiti, senhores, que me deixe dominar pelo coração para espargir sobre essas memórias gratas as flores vivazes de meu reconhecimento...

Prossigamos...

\* \* \*

Dias de Oliveira ocupou a cadeira de Arte e História Militar no curso das três armas. Professou-a por anos consecutivos até 1898 quando foi criada a Escola Militar do Brasil e novamente reformado o ensino no Exército.

Por uma circunstância ocasional recebi durante dois anos letivos as suas lições na Escola de Porto Alegre. Essa prolongada frequência me fez bem conhecer o professor. Em ambos os anos obtive a mais alta classificação escolar: ganhei mais, — um acentuado pendor para o estudo profisional das armas, a atração para a história militar.

E, sobretudo isso, uma imperecível admiração pelo mestre, uma radicada estima pelo amigo, admiração e estima que se corporificam agora, após seu desaparecimento, pela escolha de seu nome para patrono de minha cadeira neste augusto Instituto.

\* \* \*

Admirei em Dias de Oliveira as suas virtudes pessoais, a inteligência, a modestia, a benevolência com que agia e doutrinava, no profesosr a cultura, a clareza de exposição, a tolerância com a mentalidade e as convicções de seus alunos, o afinco com que estudava, aperfeiçoando sempre as suas lições; no soldado a larga compreensão de disciplina, sua bondade para os subordinados e o respeitoso acatamento para os superiores; no amigo a sinceridade, a firmeza e a invariabilidade com que cultivava as suas afeições.

Não toleraria ele, se vivo fosse, a presente homenagem que tão cordialmente quero prestar-lhe; iria melindrar a sua modestia sem par. Infelizmente a Morte já o carregou para o recesso de seus mistérios e o seu obscuro discipulo, porem fiel amigo, timbra em prestá-la.

\* Dias de Oliveira merece-a, qualquer que seja a face por que se analise a sua existência terrena, — soldado, mestre, general, cidadão, amigo, chefe de família, exemplar que em tudo soube ser.

\* \* \*

Antonio José Dias de Oliveira nasceu na cidade do Rio Grande a 13 de Dezembro de 1859. Assentou praça no 12 Batalhão de Infantaria em 25 de Janeiro de 1877 e ingresou na Escola Militar de onde saiu em fins de 1885 com o curso completo de engenharia.

Foram seus colegas de formatura oficiais que alcançaram alta reputação em suas carreiras: Severiano Rego, João de Deus Martins, Eugenio Franco, Adalberto Petrazzi, Americo Almada, outros e entre estes as inteligências privilegiadas de Saturnino Cardoso e de José Eulalio da Silva e Oliveira, docente incomparavel em qualquer cathedra onde professasse.

Ao completar essa turma de oficiais, o comandante da Escola da Praia Vermelha, prossequindo uma praxe continuada propoz ao Ministro da Guerra que fossem os nòveis engenheiros distribuidos em comissões onde pudessem adquirir a prática de sua recente investidura.

Oliveira Junqueira denegou-lhes a concessão e expediu a propósito um Aviso em que se encontram as seguintes interessantes considerações:

“Havendo eles (refere-se aos oficiais indicados) frequentado aquella Escola, da qual saíram tão dignamente, tendo concluido o curso militar, é obvio que a melhor prática consistirá em ir para o seu batalhão ou regimento prestar os serviços que o Exército e o país estão esperando.

Consequentemente nas fronteiras e outros lugares e no campo em que se acham alguns desses corpos terão os novos laureados occasiões frequentes de se amestrem nas práticas da arte militar. Quando houver entre esses oficiais que finalizaram os estudos algum ou alguns com decidida propensão para o estudo de especialidades como a alta astronomia ou outra desta ordem, o governo, sob proposta do digno comandante da Escola Militar enviará para os estabelecimentos próprios esses oficiais para cultivarem tais ciencias, deixando que o maior, o grande número dos que assentaram praça para defender o país e prestar bons serviços, se dedique ao exercicio das armas, ao conhecimento pratico das evoluções e da vida militar e se prepare par cumprir os seus deveres”.

Tinhamos um Imperador que conservava o Brasil mergulhado no analfabetismo e manchado com a nódoa repugnante da escravatura;

muito mais preocupado sempre com o seu amor pela contemplação do movimento dos astros nas noites estreladas que com o bem estar de seus governados e a prosperidade da nação.

A Astronomia era, talvez por isso, olhada pelo Ministro como pináculo da atividade intelectual: a alta astronomia, dizia o Aviso. Haverá acaso baixa astronomia? Restavam dois únicos caminhos: para os seletos, o céu na contemplação do rolar dos planetas, seus satélites e estrelas; para todos e logo: a tarimba.

Desconhecia o titular da guerra que entre os dois extremos havia uma longa série de departamentos onde oficiais aprendem, trabalham, cumprem deveres e preparam o futuro de sua classe e de sua Pátria?

Não se lembraria da importância que tem para essas instituições o sistema de nossas vias de comunicação, a organização das fortalezas e das casernas e sua distribuição pelo território e pelo litoral, o levantamento das cartas geográficas e topográficas, o estudo dos campos prováveis de guerra e os projetos de operações, o reconhecimento minucioso das possibilidades do país em recursos industriais e econômicos...

Para a tarimba, mandou imperativamente. O que era a vida de quartel naquele tempo? Muitos de nós a conhecemos.

Era o soldado profissional trazido pela violência do recrutamento forçado para dentro do quartel...

Era a disciplina aviltante da vara de amarelo.

Tínhamos o cadete de brilhantes estrelas nos braços, calças a balão, salto alto, desordeiro, alcoolatra, presumido nos seus privilégios de ombrear com os oficiais e poder sentar-se à mesa de Sua Magestade o Imperador.

Os oficiais lutavam como heróis para sustentarem as famílias e educar os filhos, remunerados miseravelmente como eram.

Remanescentes da velha e colonial avareza, os quartéis eram sordidos, seria em vão procurar em seu interior o que se chama o bem estar.

Só uma situação era pior do que a do soldado de tropa, era a do escravo.

A instrução da tarimba cingia-se às guardas, às fachinas, às patrulhas e aos raros exercícios de manejo das armas e evoluções geométricas nos logradouros públicos para exibição do "garbo irrepreensível com que a tropa se apresentava", exercícios que davam pretexto para encher a folha de assentamentos dos oficiais de elogios inócuos e por vezes ridículos.

\* \* \*

Conformando-se com a estreita visão do Ministro Junqueira, o Tenente Dias de Oliveira ao deixar os bancos de estudante de engenharia



militar partiu para o Amazonas indo arregimentar-se no terceiro batalhão de artilharia de posição com quartel em Manaos.

Adoecendo de beriberi, como já referi, foi depois transferido para o Regimento de São Gabriel e ali recebeu em 7 de Janeiro de 1890 os galões de Capitão.

Nomeado professor removeu-se para Porto Alegre, sede da Escola Militar, onde passou a exercer o magistério.

\* \* \*

As paixões partidárias são muito vivas e obliteram os espíritos maxime nos meios provincianos. A politicagem de campanário não é frase vã e convencional, é uma realidade palpavel.

No Rio Grande a política de campanário tinha raízes profundas: viera de retrógrados e constitucionalistas com o Reinado e o primeiro Império: republicanos e legalistas, farrapos e caramurus na Regência e Maioridade: liberais e conservadores no segundo Império.

Com o advento republicano não se transformaria subitamente a mentalidade do povo riograndense. As lutas partidárias se agravaram; eram de um lado os velhos elementos monarquicos preponderantes na política da província, apeados de golpe da situação: de outro estavam os republicanos ensaiando os primeiros passos na organização do regime e administração pública.

À frente dos fundadores da instituição republicana no Rio Grande do Sul estava a figura imortal, extraordinária e inconfundível de Julio de Castilhos. Este chefe inspirava-se em sua ação social nas doutrinas da Política Positiva cuja aplicação adaptava inteligentemente ao meio e a época. Individualidade excepcional por sua energia, intransigência de princípios e inatacavel integridade moral, Julio de Castilhos teve de arrostar, por isso mesmo, com uma reação formidavel.

Não foram somente os naturais inimigos os que teve de enfrentar. Foram-se-lhes ajuntando tambem muitos dos antigos companheiros da propaganda, amigos de ontem... Nuns interesses feridos pela envergadura moral de Castilhos, noutros divergências doutrinárias, em alguns motivos personalissimos...

Dias de Oliveira que tendia preferencialmente para as doutrinas filosóficas de Herbert Spencer, o apostolo da Teoria da Evolução alistou-se entre os adversários da política seguida por Julio de Castilhos, sem deixar-se porem dominar pelos ímpetos de sentimentos amargos.

Lentamente foi-se formando a tempestade na atmosphera de ódios, paixões e violências que o Rio Grande se viu envolvido. E um dia explodiu a Revolução.

Os campos e as cidades, as cochilhas e as canhadas de minha terra mancharam-se, aqui e ali, do sangue generoso de seus filhos, batendo-se

por idéias, desgraçadamente, numa luta bárbara, quasi selvagem. O passado retrógrado de um lado, em frente os preparadores do futuro do Rio Grande e do Brasil: de permeio a instituição republicana, a causa da Pátria, ideal superior ao éco dos nomes às vontades dos homens.

Floriano Peixoto foi o mais firme, o mais sereno, o mais bravo defensor da República e do Brasil: sua attitude despertava o entusiasmo dos velhos legionários que se tinham esforçado por fundá-la. Chegou o momento em que se teria de estar com a República ou contra ela; não havia logar para expectadores.

Dias de Oliveira, afastado de Castilhos por motivos honrosos e doutrinários, poderia ficar no seu posto de testemunha passiva dos acontecimentos. O seu temperamento de soldado e de republicano, o seu espirito de riograndense e de patriota, a sua honra varonil não lhe permitiam tal attitude: tinha de colaborar de armas na mão na defesa da República.

E partiu a tomar posição nas fileiras da coluna do intrépido General Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, operando na região do planalto serrano. Acompanharam-no dois colegas: Erico de Oliveira, diamantino carater e austero soldado; outro foi Joaquim Marques da Cunha, o professor insigne, talento e cultura admiráveis que transpoz há pouco tempo os humbrais da morte, deixando entre os que tiveram a felicidade de o conhecer, uma lembrança inapagavel.

\* \* \*

Raiando a paz de 23 de Agosto de 1895, Dias de Oliveira voltou à sua cátedra e com a mesma solicitude, a invariavel dedicação prosseguiu na distribuição das luzes de seu saber aos jovens companheiros que cursavam a Escola Militar.

Cada turma que deixava os bancos escolares era um novo grupo de admiradores e amigos que Dias de Oliveira conquistára tão insinuante era a sua personalidade de mestre e de soldado!

Reformado o ensino militar em 1898, Dias de Oliveira veio para o Rio de Janeiro fazer parte do corpo docente da Escola Militar do Brasil, permanecendo como lente da cadeira que com tanto realce preleccionára, — a de Arte Militar.

Deixou esse exercicio em 1901 quando se arregimentou no Primeiro Batalhão de Engenharia; promovido a Major regressou ao magistério em 1904.

Em 1909 teve o gozo de dois anos de licença para aperfeiçoar conhecimentos na Europa e de lá voltou em 1911 reocupando o seu posto de catedrático.

O illustre General Antonio Geraldo de Souza Aguiar quando assumiu em 1914 o alto posto de Chefé do Estado Maior do Exército levou

para a direção de seu gabinete o Coronel Dias de Oliveira e aí começou uma nova fase da atividade brilhante deste oficial.

E' quando assume um lugar bem de acordo com o seu feitio intelectual — o de diretor do Boletim Mensal do Estado Maior, publicação preciosa refletindo as melhores mentalidades da cultura militar.

Atravessa o mundo uma crise culminante. E' o período da Grande Guerra.

Chocam-se as maiores potências da Europa numa luta de gigantes e estão em jogo os princípios imutáveis da estratégia, os processos variáveis da tática, balanceam-se doutrina, analisam-se chefes, comparam-se os materiais.

O Boletim acompanha pari-passu o desdobrar dos fatos e aponta aos estudiosos as suas consequências e lições.

Dias de Oliveira inspira a difusão desses ensinamentos: permanece daí por diante no serviço da instituição primordial do Exército, o Estado Maior.

Quando termina a Grande Guerra cria-se também para o nosso Exército uma transformação profunda. Refiro-me à vinda para o Brasil da Missão Militar Francesa que operou nos métodos de aprendizagem das armas em nosso país uma modificação radical.

O objetivo que ditou a decisão de chamar os mestres franceses foi o de colocar rapidamente as nossas forças armadas de terra ao corrente dos processos a doutrina que tinham levado à vitória os exércitos aliados, aos quais o Brasil se vira na contingência de acompanhar e oferecer cooperação.

A Missão Francesa trouxe como chefe esse ilustre General Maurice Gamelin, encarnação legítima do gênio francês, impressionante e dominador nas revelações de sua inteligência, caráter admirável de soldado, de diplomata e de patriota.

Se a carreira de Gamelin sofre um eclipse em nossos dias com o desastre que presenciamos ontem não se pode atribuir ao digno general a responsabilidade do descalabro. As circunstâncias são mais fortes do que as possibilidades dos homens. Gamelin será de certo a vítima de erros alheios.

A sua reputação terá de rebrilhar. O imperioso processo de reparação de sua justa nomeada já começou nesse impressionante livro Tragedia em França que André Maurois espalhou recentemente.

A França gloriosa e rediviva reerguer-se-á dos escombros da derrota para continuar a iluminar o mundo com as cintilações de seu gênio incomparável e o nome de Maurice Gamelin receberá a consagração que lhe cabe. Ele teve a visão nitida do insucesso que se armava, apontou o verdadeiro caminho a seguir... Foi destituído. Esbarrandou-se o bravo exército de França!

\* \* \*

No período de transição entre os velhos e abandonados processos de educação militar e os que nos veio trazer a Missão Gamelin, Dias de Oliveira auxiliou dedicadamente a transformação da mentalidade do Exército.

Colaborou de coração e inteligentemente, constringendo talvez os seus arraigados sentimentos nativistas, para o completo êxito da adaptação que se empreendia.

Recalcou convicções e preconceitos para dar exemplo de subordinação à lei e para servir ao Brasil: em boa hora porque os novos métodos trouxeram como fruto o esplendido Exército que agora possuímos.

Dias de Oliveira era sub-chefe do Estado Maior e portanto desempenhava função onde a sua cooperação era preciosa.

Nesse posto recebeu os bordados de General de Brigada a 13 de Junho de 1919.

Bem os merecia pelos serviços prestados em sua longa carreira, pelos predicados que ostentara sempre, pela certeza de que seria um chefe capaz para o Exército.

Não foi um favor ou um premio dependente da boa vontade governamental porém a consagração de um mérito real.

\* \* \*

Quem levou ao Palacio do Catete o decreto da promoção de dias de Oliveira ao generalato foi o Ministro Alberto Cardoso de Aguiar, aquela grande figura do Exército, notavel pela sua intelligência e profunda competência, admiravel pelas suas qualidades de caráter e de coração.

Neste instante de sentidas evocações é com a mais alta veneração e saudade que relembro o nome de Alberto de Aguiar, general da mais ampla envergadura que ainda não teve substituto no Exército.

Foi como General de Brigada que Dias de Oliveira encerrou a sua carreira militar, colhido pela reforma compulsória.

Tasso Fragoso, o nosso acatado consócio, seu chefe, exprime eloquentemente o pensamento da classe ao apresentar as despedidas do Estado Maior quando dele se afasta o dedicado colaborador. Eis os termos do Boletim alusivo à reforma de Dias de Oliveira:

“Lamento profundamente que uma disposição inflexivel da lei afaste do nosso convívio o General Antonio José Dias de Oliveira. A sua elevada cultura, o seu conhecimento dos assuntos profissionais que versava de longa data como professor de uma de nossas escolas superiores, o seu entranhado amor ao País e a retidão de

seu caráter eram seguros penhores de que a continuação de seu esforço no Estado Maior do Exército seria de grande proveito para o desempenho da grande tarefa que nos está confiada. Tenho porém certeza de que o Exército terá sempre nele um amigo indefectível para quem o país nunca apelará em vão no momento oportuno”.

Sua saúde era precária. Embora a idade não lhe fosse pesada, sua compleição estava seriamente abalada. E um dia, após rápida enfermidade sucumbiu, sumindo-se na voragem da morte. Foi a 14 de Julho de 1925.

Meu prezado amigo e nosso ilustre confrade General Alipio di Primio teve a bondade de ministrar-me detalhes sobre as últimas horas da preciosa vida de Dias de Oliveira.

Inaugurava-se o Pritaneu Militar da Fundação Osório e Dias foi o orador da solenidade. Terminou o seu discurso envolto no fumo do magnésio que os fotografos faziam explodir para colher os flagrantes do acontecimento.

O General não se alterara nem demonstrara o mal que de subito o surpreendeu. Assentando-se ao lado de D. Manoela Osório Mascarenhas ouvia as primeiras palavras do orador que o sucedeu na tribuna quando bruscamente cai, assaltado por um edema agudo do pulmão. Socorrido, abre os olhos e reconhece a seu lado o velho amigo Alipio Di Primio...

E' levado ao lar e horas depois Dias de Oliveira exala o último suspiro.

Morrera quasi que em um posto de honra, numa apoteose ao imortal por quem tinha ele imensa admiração e num altruistico esforço pelas filhas orfans de seus camaradas.

\* \* \*

Até aqui temos acompanhado a vida de Dias de Oliveira em sua carreira militar tendo eu procurado evidenciar os eficientes serviços que prestou à sua classe durante sua atividade profissional.

Devo agora apreciar um outro aspecto de sua personalidade; quero referir-me ao intelectual que ele foi, indo buscar em seus escritos a feição particular de seu espírito

Antes porem cabe-me apresentar-vos a opinião que da competência do professor formou um de seus vários comandantes: referindo-se nominalmente a Dias de Oliveira, declarou em ordem escolar:

“ser-lhe grato, obedecendo aos ditames da mais rigorosa justiça, dirigir-lhe os mais encomiasticos louvores e sinceros cumprimentos pela dedicação e esforço com que se entrega aos arduos labores de

sua nobre e honrosa tarefa transmitindo aos seus discipulos com a autoridade da palavra de mestre proficiente e zeloso os ensinamentos necessário à preparação de sua intelectualidade, de seu ser moral para as lutas do porvir e para o tirocinio de sua carreira no desempenho de comissões e serviços de diversas ordens ligados à profissão das arma, ainda mais se fazendo recomendado e digno de todo acatamento pela solidariedade com que mantem o prestígio da illustre corporação de que faz parte concorrendo para elevar ao nivel em que deve pairar o ensino superior como elemento de progresso e adiantamento de nossa nacionalidade”.

Colaborando na “Revista Militar” publicou Dias de Oliveira em 1901 um longo e minucioso estudo sobre o Exército Alemão. Dali extraímos as seguintes considerações que nos mostram em plena luz o conceito de seu autor em matéria de organização da defesa armada de uma nação:

“Modelo de organização militar moderna, símbolo vivaz da tradicional disciplina prussiana, sentinela sempre vigilante e zelosa da honra e integridade da pátria, o Exército Alemão atual sintetisa por assim dizer a nacionalidade germânica, politicamente integrada, forte, temida e respeitada em todo o continente europeu.

.....  
“Sabido é que as instituições militares são a obra do tempo, não se improvisam e sua evolução acompanha a marcha do progresso humano; assemelham-se a uma espécie de espelho onde se vêem refletir a origem dos povos, os seus usos e costumes, as suas tradições e tendências étnicas.

“Fatos há peculiares a cada cenário particular: existe uma justa adaptação do meio que não é lícito desvirtuar”.

Mais adiante, depois de mencionar a tendência à reorganização dos exércitos do Chile, Argentina, México e Brasil, diz ele:

“Neste particular bom é portanto que se vá procurar no estrangeiro o que lá houver de bom e adaptavel entre nós, mas que absolutamente se exclua tudo o que não se coaduna inteiramente com as exigências do nosso meio militar.

“Até aí vai o nosso irreductivel nativismo em matéria de organização”.

Recordo-me bem de ouvir repetidamente em suas lições didáticas o princípio apregoado nas linhas acima de que cada nação tem que dar

à sua organização militar uma feição própria, não se podendo aceitar um figurino como modelo universal.

Essa verdade também ocorre na aplicação da tática, modificável com a variedade dos armamentos e materiais porém subordinando-se fatalmente às tradições, hábitos e espírito de cada povo e consequentemente de cada região onde se desenrolam as operações.

Despertava no espírito de seus alunos a faculdade de comparação dos preceitos e métodos de guerra e consequentemente a adopção em cada caso, de uma solução para os problemas profissionais que tivessem de enfrentar.

Não se prendia a uma rígida subordinação cega e inconciente à letra escrita dos livros ou dos regulamentos porém procurava inculcar-lhes a flexibilidade de julgamento, o equilíbrio de análise, a decisão positiva e segura quando amadurecida.

\* \* \*

Era em Dias de Oliveira uma preocupação invariável crear, acima de tudo, uma mentalidade própria para os oficiais que iam formando em suas aulas.

A concepção que o professor tinha do papel que compete aos oficiais não se limitava na aprendizagem da arte militar. Em notável conferência produzida no Clube Militar em 1913 sobre "A Guerra e seu aprendizado", Dias de Oliveira mostra a seu auditório um aspecto interessante da missão dos oficiais,— a de formadores do caráter de seus soldados.

Eis as suas palavras lapidares: e não posso perder este momento sem recordar que Dias de Oliveira era em suas preleções um verdadeiro estilista, falando ou escrevendo sempre no mais rigoroso vernáculo que conhecia integralmente.

"Como educador porém a missão do oficial é muito mais delicada. Criar, desenvolver e conservar a força moral do soldado, inculcar-lhe no espírito e no coração a idéia e o dever militar, o culto da bandeira e da pátria, o hábito da disciplina, o respeito e obediência aos chefes e o espírito de boa camaradagem militar, não é tarefa fácil e para realizá-la torna-se mister que o oficial educador represente o prototipo dessas elevadas virtudes, o exemplo vivo e o guia seguro do soldado em todos os atos da vida militar.

Mas para aferir a força moral que anima uma tropa é preciso contemplá-la nas fases críticas do combate, nesses "dias de pólvora que são dias de verdade", como diz um proverbio arabe.

Ai, dadas as condições da luta, ante os horríveis estragos produzidos pelos meios de destruição atuais e seus efeitos desmoralizadores, aí sim, é que é preciso desenvolver uma energia sobrehumana para atravessar sem vacilações as zonas da morte.

Nestes supremos momentos é que se poderá avaliar o alcance enorme da coragem vinculada ao caráter, união indispensável cujos resultados sagram os verdadeiros heróis: dessa coragem que no dizer de Alberto Sorel conduz ao assalto e faz cravar a bandeira sobre o baluarte conquistado fazendo exclamar ao soldado: "Aqui estou!" desse caráter que o mantém firme no terreno ocupado e possa dizer com segurança — "Aqui fico"!

Somente a força moral baseada na confiança recíproca conseguirá alcançar a vitória. Oh! também da vitória compartilharia o obscuro educador militar, pródigo semeador que durante a paz pode preparar a colheita de tão almejado fruto!"

Formosa visão do sagrado papel do oficial, educador de seus homens, construtor paciente da vitória!

Com uma intuição tão elevada da missão de instruir soldados, poderemos compreender, da meditação dessa bela página literária de Dias de Oliveira, a psicologia do homem que a traçou, do carinho e devotamento com que se empenharia na sua missão de formar a mentalidade, o caráter e os sentimentos dos futuros oficiais, ele que era o educador dos educadores!

As suas lições não destoavam, refletiam nitidamente a fisionomia moral e mental do Mestre, elevadas, convincentes, luminosas...

No Primeiro Congresso de História do Brasil, realizado em 1914, a parte correspondente à Guerra do Paraguai foi distribuída entre três notáveis e competentes escritores: Marechal Bernardino Bormann, General Liberato Bitencourt e Dias de Oliveira.

Escreveu ele brilhantemente a tese que lhe competia — A Campanha das Cordilheiras — detalhando a fase final da guerra.

Examina antes de entrar no assunto principal, com agudeza de vistas e segurança de observação, os antecedentes da época, a formação da nacionalidade paraguaia, as causas da guerra com o Brasil, o desenvolvimento das operações de campanha, o comando brilhante de Caxias e entra por fim, proficientemente, no estudo dos movimentos, marchas, combates, encontros que tiveram por epílogo definitivo a morte de Solano Lopez, a 1 de Março de 1870, nas margens do Aquidaban.

O professor se expande na plenitude de sua inteligência e competência, historiando e analisando a ação das tropas e o valor dos chefes



para encerrar a tésse, generosamente, para com os vencidos e cheio de entusiasmo para com os heróicos vencedores.

\* \* \*

A "Revista do Estado Maior" include em seus textos muitos trabalhos da lavra de Dias de Oliveira, notando-se aí algumas traduções interessantes sob o ponto de vista profissional e um meticoloso estudo sobre as fortificações de Mato Grosso e os acontecimentos nessa remota região nos anos de 1801 e 1802.

Elaborou, ainda quando não o possuíamos, um projeto minucioso de Regulamento de Campanha.

\* \* \*

Esta casa, que apenas ensaia seus primeiros passos na marcha para o futuro, é desde o seu início e pelo seu alto objetivo, um admiravel monumento erguido em honra daqueles que, pertencendo ao nosso passado glorioso, são agora os nossos guias espirituais.

Cada uma das cadeiras que ora ocupam os componentes do Instituto transforma-se no pedestal de um símbolo: há no alto de seus espaldares um nome !

Recordam esses nomes servidores do Brasil nos domínios das letras militares, paradigmas de predicados morais e intelectuais, exemplos que nos obrigamos de consciência a seguir, imitar e cultuar.

O mais humilde dos socios do Instituto Militar de História e Geografia deve a Dias de Oliveira a alegria de se ver honrado em ocupar a vossa atenção nesta hora e de assentar-se em uma cadeira na vossa illustre convivência.

Já vos disse, senhores, que foi ouvindo as suas lições que me senti melhor inclinado para o desempenho de minha profissão de soldado, encontrando no estudo das doutrinas que a orientam o verdadeiro fio condutor de minha carreira, votando-me a ela com amor e entusiasmo.

E mais do que isso, não só a certeza da trilha que percorria, sinto que contribuiu e muito para o relativo êxito que alcancei no tirocinio das armas, como mais tarde na minha apagada atividade intelectual, a liberdade que Dias de Oliveira me concedia, quando seu discípulo, para pensar e para dizer consoante o meu próprio feitio, com a intuição que ia adquirindo pelo estudo, pela meditação, pela experiência.

Isso se traduz pela integral emancipação do pensamento, sem aferro ao que estivesse escrito ou que representasse conceitos não partilhados pela minha mente.

Por esse modo brota em meu espírito a consciência do valor da personalidade, virtude que se deixa facilmente obliterar nos imperativos da disciplina militar.

Feito o meu curso estritamente científico, subordinado rigorosamente ao conhecimento das leis que regem os fenomenos da natureza e humanos, entrámos em seguida no domínio da aplicação dos processos da ciência à atividade prática, no mais variavel, mais acidentado, mais violento e complexo dos fenomenos humanos, — a guerra.

Se, nesta, os elementos tropa, material, terreno, tempo, são fundamentais, há um elemento ainda a considerar, o chefe, cuja influência é decisiva na obtenção do êxito.

O general, o chefe terá de possuir um conjunto de qualidades excepcionais peculiares e exercitá-las com o cunho da própria personalidade, calcando as suas decisões sobre o estudo e a meditação que, quando iluminadas pelo genio, produzem os Cesares, os Napoleões, os Caxias.

Tive de pensar sempre na guerra, o mais árduo e transcendente problema que o homem tem de resolver, porque envolve a vida das criaturas humanas, as criações de progresso e o destino das nações.

Procurei ser fiel ao meu dever preparando-me invariavelmente para o desempenho de meu papel na carreira militar.

As nações não alcançam a vitória das armas com a improvisação: ganham-na com o preparo lento e continuado, com a previsão e perseverança.

Os chefes preparam-na com uma dedicação obstinada na articulação de todos os meios e elementos postos sob o seu domínio para aquele supremo designio.

E' o rolar de uma pedra de Sisifo para o alto da montanha, sem deixá-la escorregar...

\* \* \*

Circunstâncias que não importa neste momento ventilar, vedaram-me o campo dessa honrosa atividade.

A inteligência declina, o corpo quebranta-se ao peso dos anos, os desgostos e desilusões se sucedem...

Abrem-se porém ante mim as portas amplas do aprendizado da história.

Dias de Oliveira forjara a chave com que pude penetrar no templo sagrado deste Instituto, onde todos comungamos na mesma mesa de estudo e de devotamento patriótico.

O descambar de minha vida afigura-se para mim, de então por diante, verdadeiramente afortunado de vez que vim conviver comvosco,

prezados confrades, e posso continuar a servir ao nosso Brasil, num esforço mínimo, porém sincero.

\* \* \*

A cadeira que procurarei honrar ao vosso lado tem por patrono o *General Antonio José Dias de Oliveira*. E' a prosequção de seu influxo na dedicação à Pátria.

Não é somente a homenagem do discípulo e do amigo. E' o preito que ele merece como soldado e como educador, como cidadão e como brasileiro!

Paz às suas cinzas!

Honra à sua memória!

# APONTAMENTOS DE UMA VISITA A MARAJÓ

1.º Ten. UMBERTO PEREGRINO

O navio "Tenente Portela", da linha Belém-Soure, nos conduz em viagem especial.

Vamos beirando a baía debruada de navios-gaiolas, canôas (1), cascos em decomposição, tudo sinais de uma grandeza antiga...

A melancolia dos barcos em ruína!

O casco de um do transporte de madeiras, fóra água, imenso, intacto, despojado da mastreação, é um fantasma.

Outro enterrado na papa mole da margem, se desconjuntando, apodrecido, mutilado, inspira menos emoção. Não resistiu, não guardou dignidade, não evoca. Símbolos...

Val de Cães. Nome antigo como o sítio que designa. Por volta de 1677 era uma fazenda, 8 quilômetros abaixo de Belém, e coube, em doação testamentária de D. Maria de Mendonça, ao convento das Mercês. Um século mais tarde, por força de Bula pontifícia, foi extinto o convento e os bens dos frades passaram à corôa. Avaliou-se a fazenda em 21:789\$830. Val de Cães era, então, a casa de residência, a capela, casas onde se alojavam 82 escravos, olaria (onde se fabricavam, além da louça comum, tijolos, telhas, fôrmas para açúcar, botijas para aguardente) engenho de descascar arroz, movido a água, ferraria, forno para cozinhar cal, e possuía 1836 pés de café.

Um dia Val de Cães recebeu as instalações da Port of Pará. Teve edificações importantes, oficinas, diques, trapiches, conheceu agitação, conforto, riqueza. Escutou apitos poderos que convocavam homens, dispersavam homens. Aprendeu línguas estranhas, costumes estranhos, tostou mulheres louras...

Agora avisto navios envelhecidos, descascados e alquebrados, que foram jovens e arrogantes no tempo da grandeza que os criou. Ainda símbolos...

Val de Cães! Alguns escrevem Cans, alegando que a fazenda era asilo da velhice fradesca, que lá iam viver o fim da vida velhos

---

(1) *Canôa* — nome com que se designam os barcos em geral.

frades de “cabeças nevadas de cans”. Argumento falso. O nome precedeu aos frades. E’ *caens* que vem em todos os documentos antigos e nos cronistas desde Baena. E ninguém pronuncia sinão Val de Cães.

Eis o forte da Barra. Uma muralha boiando no caminho histórico. Foi responsável pela cidade. Hoje tem um farol. Guia, mas também pode ser como quem diz:

“Cuidado, não tropecem em mim, ainda existo”.

Os canhões conservam-se lá, bocas apontadas, certamente, para as idades... Símbolos também.

As ilhas se sucedem. São enormes touças de mato exuberante. Com o binóculo assinalo algumas brechas, a água que penetra em línguas obscuras — os igarapés. Sairão do outro lado, o cabocla na montaria (2) deslisa por eles.

O verde é o limite da água.

\* \* \*

Testemunham-me que o vaqueiro de Marajó é fenomenal. Laça e monta como o não sei que diga. O veterinário Dr Gete Jansen, do Instituto de Patologia Experimental do Norte, que é uma autêntica organização de estudioso e pesquisador das coisas da Amazônia, me conta que tendo oferecido 5\$000 a quem não caísse de determinado cavalo chucro, um vaqueiro lhe sorri:

— “Então é melhor pagá logo”.

E laça o animal. Com o próprio laço consegue embaraçar-lhe as canelas até derrubá-lo. Outros ajudam a imobilizá-lo, quebrando-lhe a cauda e segurando-o pelas orelhas. O caboclo escancha e ordena:

— “Pode largar”.

O cavalo se ergue furioso. Joga (3) feito um espiritado, para se livrar da carga que nunca experimentou. O vaqueiro firme. Está montado em osso (4), sem rédeas, sem nada. O cavalo vai para onde quer, faz o que quer, mas nada do que possa fazer desgruda o cavaleiro do seu lombo. Quando cisma atira-se em terra com um salto

(2) *Montaria* — pequena embarcação sem toldo e sem vela; pega às vezes até 4 pessoas, mas é muito comum o caboclo sozinho na montaria; regula como “o cavalo do caboclo”; na sua forma mais rudimentar chama-se também *casco*.

(3) *Jogo* — corcovo de cavalo jogador — cavalo que corcoveia.

(4) *Em osso* — o mesmo que em pelo, sem arreios. A expressão é igualmente usada no Nordeste.

rápido, que deve surpreender tanto o cavalo como surpreende a quem assiste.



Vaqueiro marajoára

Ganhou os 5\$000. O dr. Cete Jansen se arruinaria se fosse teimoso...

\* \* \*

Estamos cortando a baía de S. Antônio. A água engrossou, está encalambada, o vento sopra forte. Mas de meio-dia p'ra tarde é que a água embrabece.

Longe, à esquerda, já se enxerga Marajó. E' uma sombra. Do lado de Belém está Mosqueiro. Começa com a fábrica de pneus Bit-tar. Sangue novo. Mosqueiro é mesmo um fenômeno, tem nesgas de práia, vê-se areia, coisa espantosa.

\* \* \*

Perto de Marajó. A ilha cresceu. Mostram-se barrancos vermelhos, são os campos do Cururú.

Falam-se dos cemitérios indígenas. Pois não, tenho notícia do cemitério do Pacoval do Cururú, maior e menos escavacado que o do Pacoval do Ararí. Desde 1871, com Steere e Ferreira Pena, a cerâmica marajoara vem sendo exumada, classificada, interpretada. São igaçabas, pratos, cachimbos, alguidares, tangás de barro (babal, como denominavam os Aruans), tampas de camotins, maracás, uma multidão de artefatos de barro, ornamentados com figuras pintadas ou gravadas, por vezes representando figuras humanas ou de animais, com predominância entre estes do jabotí.

Eu iria encontrar, em diversos lugares — repartições, casas particulares, casas comerciais, exemplares autênticos da curiosa arte dos índios aruaks.

\* \* \*

À direita está uma mancha quasi ao nível d'água. Foi ilha habitada, coberta de cajueiros. Há 20 anos desapareceu. De ilha de Morossoca converteu-se em baixio de Morossoca. Hoje há lá currais de peixe.

Não tenho tempo de refletir na tragédia destas terras tragadas pela água, dissolvidas aqui, acumuladas além, instáveis, sem pouso, soffredoras como gente. Já estão me instruindo que o curral é geralmente construído de taboca e se denomina cacurí. Também há, destinado a pesca, o matapí. Vem a ser um cesto de duas bocas, em forma de funil. Põe-se dentro capim para atrair os peixes miudos e estes atrairão os grandes. Outras vezes a isca é um prato e um pedaço de bacalháu ardido. O peixe vê a claridade do prato, sente o cheiro do bacalháu e entra.

\* \* \*

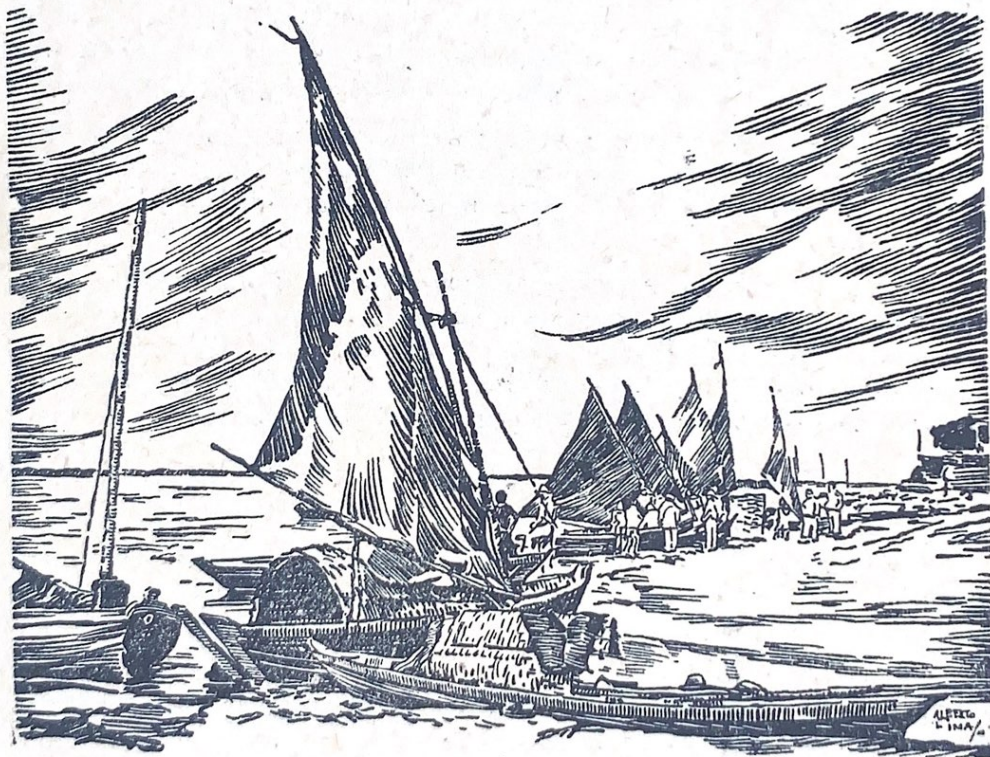
O gaiola descreve uma curva larga e enfrenta a barra do primitivo igarapé Grande, hoje Paracauarí (Raimundo Morais escreve *Paracuari*, mas o que ouvi dos marajoaras e o que encontro escrito noutros autores, inclusive o esplêndido Barão de Marajó, é *Paracauarí*).

Olhando Soure está Salvaterra, maravilhosa de pitoresco, sombreada de coqueiros e mangueiras, paisagem do Nordeste na Amazônia. É práia de veraneio de Belém. Salta-se do navio em Soure e atravessa-se o igarapé em canoas veleiras. No desembarque do outro lado vamos nos braços do caboclo do barco. Pude averiguar que o nosso canoeiro (seu barco chama-se "Oiranetec", "Centenário" às avessas, como nos traduziu orgulhosamente) aprecia o ofício, e absolutamente não lhe é indiferente ter como carga, nos braços, uma moça

veranista ou um senhor careca. Por sua vez dá a entender que algumas passageiras se lhe agarram com exagero na breve descarga... No entanto, de bordo me haviam indicado, entre recortes de grés ferruginoso (a chamada "pedra do Pará", única da região), duas praias distintas — uma banheiro dos homens, outra banheiro das mulheres...

Soure vai surgindo dentre um mangueiral, que em certa posição, quando nos aproximamos, parece uma enorme parede verde.

Ficou para atrás a praia do "Mata-fome", onde se apanhava peixe à vontade.



Barcos de pesca — Ilha de Marajó

O navio encosta num trapiche de dois planos. Uma escada leva ao plano superior, ao nível da cidade, coberto, possuindo alguns bancos sempre utilizados por homens, mulheres, crianças.

Soure está ligada a Belém pelas viagens semanais de "Tenente Portela" (5 a 6 horas de percurso, conforme o maré seja contra ou a favor da marcha) e por um sem número de barcos, igarités, rebo-



ques (5). Foi antiga aldeia do Menino Jesus, como Salvaterra era N. Senhora da Conceição. Segundo depoimento de um cronista do século XVIII, constava então, de "400 pessoas das nações Aruan". Hoje é uma cidade grande, espalhadíssima, de ruas esticadas e bem traçadas. As casas é que são salteadas e miseráveis. Poucas as que indicam um padrão de vida razoável. Entretanto o município, essencialmente criador, é rico. Mas os fazendeiros têm palacetes em Belém e no Rio... Há grande espanto em torno de certo insensato que empregou 200 contos na construção de uma casa em Soure...

O atual prefeito recebeu, da parte de seus inimigos, naturalmente, o batismo de "seis a um", querendo significar que ele permanece seis dias em Belém e um no município. Não examinei a procedência do apelido, mas é certo que encerra, além da deliciosa malícia, uma definição das relações entre Soure e os seus dominadores, aqueles que lhe retiram dos campos, pontualmente, confortável fortuna.

Pelo meio das ruas largas e certas corre a fila das mangueiras venerandas. Sobre as toscas raízes estufadas do solo, famílias inteiras conversam, à hora em que percorremos a cidade, logo depois de meio-dia.

Fomos à casa de Maria de Fama, fazedora de pagelança (6). Queríamos ser benzidos, estávamos muito carregados... A mulher negaceou. Não trabalhava nisso... Só por fim, identificando o nosso guia, cedeu. Mas não dava mais tempo. O "Tenente Portela" apitava, apitava, nos convocando para continuar viagem.

\* \* \*

Começamos a subir o Paracauari, a caminho da fazenda "Bom Jardim". As margens são de mangues, suspensos naquelas recurvadas que parecem pernas de aranha.

(5) Segundo indicação que colhi no cáis do "Vêr-o-peso" a nomenclatura dos barcos obedece às seguintes características:

*Barco* — embarcação a 2 mastros e tolda (espécie de camarote, em geral à popa); destina-se ao transporte de gado entre Marajó e Belém, pegando em média de 50 a 100 rezes.

*Igarité* — um só mastro, mas ainda tem tolda.

*Reboque* — sem tolda e sem vela; é puxado pelos veleiros e se destina às manobras de atracação deles, ou ao serviço dos tripulantes.

*Montaria* — vêr nota n.º 2.

Tem, ainda a *vilenga*, canoa de pescador, com tolda e um mastro, mas as velas semelham asas de morcego e são avermelhadas, por donde saíram os primeiros modelos.

(6) *Pagelança* — feitiçaria, arte de curar e de perder. Palavras da benzedura que não ouvimos:

Recordo a informação do cronista de 1737: "abundante de peixe da costa e carangueijos".

Carangueijos? Não prestam agora, estamos em setembro. Mês em cujo nome não entra a letra *r* (maio, junho, julho, agosto) é que dá carangueijo gordo.

Escrevo, pelo gosto da sonoridade, alguns nomes de peixes dos igarapés marajoaras: tucunarés, landiás, acarás, apaiarís, manduvés, anojas, piram-ibas, tamoatás...

E há os famosos, conhecidos universalmente:

Peixe-boi, de focinho semelhante ao de boi, carne semelhante à de porco, hoje raro em Marajó. Dá a mixira (7), muito apreciada e consumida com farinha d'água torrada, em todo o vale amazônico.

Pirarucú. O marajoara, muito gordo, tem pitiú (8), e por isso é considerado inferior ao do Baixo e Alto Amazonas.

Puraquê. É o peixe carregado de eletricidade. Não se come, tem a carne mole e desenxabida. Onde encoste transmite um choque violento. Parece, entretanto, que é susceptível de "descarregar-se", a julgar pela experiência de Humboldt, que fez uma cavahada penetrar numa lagôa rasa, atulhada de puraquês. Os cavalos a princípio ficavam desesperados, alguns morreram fulminados, mas com pouco não eram mais molestados e os peixes é que fugiam para a margem.

Diz-se que o puraquê derruba frutos do assaí, do jauarí, do ca-tauarí, do taperebá, dando "choque" no tronco da árvore. A versão é generalizada. Um dos que interrogámos a respeito, seu Maciel, dono de barraca de assaí, na Pedreira, em Belém, só não fez mesmo ver a proeza do puraquê, mas se responsabiliza...

De qualquer forma, porém, faz impressão o singular habitante dos lagos, igarapés e igapós amazônicos. Vale a pena escutar o que pensavam dele os primeiros exploradores:

"Quasi no feitio às lampréias, mas tem uma gusma pegada à pele que escorrega muito; este peixe tem uma virtude oculta que passando por coisa vivente e o toque na carne, irremediavelmente ficou ador-

"Em nome da Virgem  
Quebranto, mau olhado,  
Sai-te daqui,  
Que este menino  
Não é prá tí".

(7) *Mixira* — peixe-boi frito e conservado na própria gordura; faz-se também mixira do tambaqui (peixe dos lagos, igarapés e igapós, come frutos, de sorte que qualquer baque à superfície d'água o atrai; logo depois da desova tem a carne dura e reversa) e das tartaruguinhas recém-saídas da cova. (R. Morais).

(8) *Pitiú* — cheiro de peixe, mau cheiro. É também o nome de uma pequena tartaruga de peito branco.

mecida e se acaso caiu na água e o peixe tornou a esfregar-se com coisa vivente, certamente o matou” (Luiz Pinto de Souza).

Apontam-me à flor d'água, em bandos numerosos, o candirú. É um peixe minúsculo que chega onde chega a maré, e tem a estranha habilidade de intrometer-se em qualquer orifício do corpo humano, donde só se consegue arrancá-lo, muitas vezes, depois de morta a vítima. As mães recomendam aos filhos que não urinem dentro d'água, porque o candirú “sobe pelas urinas”.

Segundo Raimundo Morais, entra nas pussangas (9) dos feiticeiros, como elemento poderoso. Além da propriedade de encaiporar (10), de perder adversários, possui a de “distender o membro de outros animais quando tocados, batidos ou surrados por ele numa espécie de flagelação”.

Mas nenhuma espécie amazônica tem o encanto e o prestígio do bôto.

Oswaldo Orico o descreve como “asqueroso mamífero pisciforme” de “focinho agudo e encabelado”. Mede dois a três metros de comprimento e é preto (tucuxí) ou vermelho. Este, sobretudo, ocupa a imaginação popular. Ora seduz as cunhantãs (11), surpreendendo-as no banho ou na rede, altas horas, outras vezes é feminino (uiara) e arrebatava caboclos para o fundo dos lagos, como aconteceu com o moço português Honorato, que está encantado numa cobra-grande, aparece à meia-noite, dança nos dansarás, quando chega de madrugada se some, ninguém sabe para onde. É a lenda de Cobra-Norato.

Conta o povo que em noite de luar “os lagos se iluminam e que ouvem as cantigas das festas e o bate-pé das dansas” com que se celebram os feitos amorosos do bôto... (Couto Magalhães).

Raul Bopp põe a lenda do bôto nestes versos:

“— Joanhinha Vintem: Conte um causo  
— Causo de que? — Qualquerum  
— Vou contar causo do Bôto:  
Putirum Putirum

Amor. Chovi-á  
Chuveriscou  
Tava lavando roupa Maninha  
Quando Bôto me pegou.

(9) *Pussanga* — beberagem enfeitizada, mezinha, remédio feito de ervas e raízes. Deu nome a um volume de contos amazônicos do escritor Peregrino Junior.

(10) *Encaiporar* — dar azar, atrazar a vida.

(11) *Cunhantã* — moça, donzela. Correspondente masculino — curumim.

— Ó Joanhinha Vintem  
Bôto era feio ou não?

— Ai era um moço loiro Maninha  
tocador de violão.

Me pegou pela cintura  
+ — Depois o que aconteceu?

Gentes!  
Olha a tapioca embolando no tacho.

— Mas que Bôto safado  
Putirum Putirum”.

Um poeta amazônico, Antonio Tavernard, também nos fala do bôto:

“O bôto não dorme  
No fundo do rio;  
Seu dom é enorme  
quem quer que o viu  
Que diga, que informe  
Se lhe resistiu,  
O bôto não dorme  
No fundo do rio”.

O conto de Peregrino Junior, “Por causa do bôto”, fixa a cren-  
dice amazônica, num quadro muito sugestivo, em que se mostra como  
crendice mesmo e como fraude da cabocla culpada. É uma conversa  
de marido com mulher, na camarinha (12), a respeito da filha:

“— Você sabe de uma coisa, Canuto? Bôto pegou a cunhatã.

— Que é que está me dizendo, mulher?!

— Foi ela mesmo que me disse que o bôto lhe tinha pegado!  
Também, a cunhã (13) não tem juízo, vivia agora bangolando (14)  
na barranca do igarapé... Está aí, o que ela queria!

—Bôto nada, mulher besta! Deixa estar, que eu vou caçar o  
condenado que fez mal à cunhã”.

Ouvi de uma pura cabocla paraense (basta dizer que é filha da  
Caetana, quituteira da barraca mais famosa que já funcionou no lar-  
go de Nazaré) o relato de uma das manifestações do bôto.

(12) *Camarinha* — quarto de dormir; em geral, sem janelas, escuro e  
abafado.

(13) *Cunhã* — mulher.

(14) *Bangolando* — vagabundando, andando à toa.

Ele comparece às festas encarnado num preto retinto. Começa a dansar com a curiboca (15) da sua preferência, que seduzirá fatalmente, mas está sempre de chapéu, porque tem um furo na cabeça. Se, porém, ela sente a sua catinga (16) de peixe, desconfia que é bôto, e lhe tira, de súbito, o chapéu, some misteriosamente, soltando um longo assobio.

Em verdade a lenda do bôto tem um fundamento real, ela só é imaginação na forma. Segundo Nunes Pereira, o famoso cetáceo sente longe o "odôr di femina" e depressa acerca. Acontecendo viajar alguma cunhã incomodada, o bôto risca logo em cima da montaria, e fica tão excitado que é capaz de virá-la. Procedem, pois, as cismas do caboclo. E a crendice na bula amorosa do bôto continua muito viva a ter toda a força.

O dr. Gete Jansen me refere o caso recente de uma mulher que levando o filho num serviço médico, quando lhe perguntaram o nome do pai, para o competente registro, respondeu com absoluta convicção:

"— Não tem, não senhor, é filho de buto". (17)

A mulher era casada, tinha outros filhos cuja paternidade, atribua pacificamente ao marido, mas aquele teimava em dar como filho de bôto.

"— Este é filho de buto, eu sei".

Não houve quem a demovesse, o registro foi feito à sua revelia.

Naturalmente prolongamento dessa crença, existe a do poder do olho de boto. Mulher espiada por homem atravez dum olho de boto será irresistivelmente conquistada.

Os dentes de boto servem como preservativo "contra dores destes órgãos e contra perigos de primeira dentição". (Osvaldo Orico).

Já o tucuxí tem outras propriedades. É amigo do homem. Quando ocorre alagação (18) de canôa apresenta-se para socorrer os naufragos, empurrando-os, às focinhadas, até a margem. Mas "o seu miolo, consoante farmacopéa indígena, enlouquece o sujeito que o ingere, ou, pelo menos, o abestalha". (Raimundo Morais). Reduzido a pó, no café, é aplicado pelas mandingueiras, mediante encomenda, por motivos amorosos, políticos, religiosos, até comerciais.

Colhí, pessoalmente, notícia sobre outra aplicação das forças do boto. É uma perigosa mesinha destinada a minar corações. Consiste no seguinte: a cabeça de um alfinete é molhada no óleo do miolo de boto e em seguida introduzida numa chicara de café, numa tigela de assaí, até largar o óleo agarrado. Se a pessoa visada toma essa be-

(15) *Curiboca* — mestiço de preto com tapuia; no Pará designa todas as caboclas adolescentes.

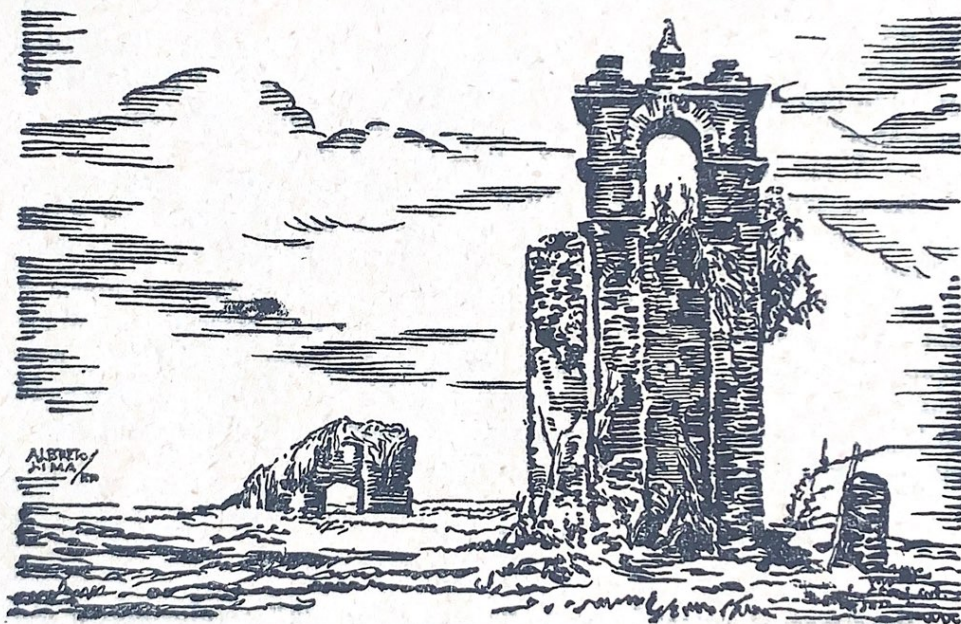
(16) *Catinga* — cheiro forte, cheiro ruim.

(17) *Buto* — é como diz o povo. A pronuncia *u* por *ô* fere a cada instante os ouvidos forasteiros: buto, muço, Musqueiro.

(18) *Alagação* — inurdação, fazer água, naufragar.

bida ou morre ou se apaixonava. Tudo depende de ter saído certa a medida dada pela cabeça do alfinete...

A bordo, na nossa roda, o assunto é pagelança. Uma pena não termos visto Maria de Fama em ação. Estava com a barriga por acolá, não poderia manejar o instrumental com toda a arte, mas sempre era vêr Maria de Fama “trabalhar”. Um dos nossos, fazendeiro marajoara, já havia recorrido a Maria de Fama para “descarregar-se”. E nos contou, com integral seriedade, o perigo por que passou. Vinha sendo trabalhado pelo feitor que punha raspa de unha no seu café. Chegava



Ruínas do Templo dos Jesuitas, construído pelo Padre Vieira em 1653, quando foi a Ilha Grande de Joannes.

A Ilha de Marajó guarda esta relíquia que o tempo não logrou apagar.

na fazenda era aquela danação, dores desesperadas na barriga, tinha que voltar às carreiras. E deu para obrar sangue. Até que um dia foi avisado por um morador velho, com lágrimas nos olhos, do “trabalho” do feitor, que não queria que patrão parasse na fazenda. Não teve dúvida, mandou buscar o feitor, entrou com ele no quarto, e baixou-lhe a muxinga (19). Fez o mesmo com a mulher que era quem preparava o café, depois expulsou-os para bem longe, do outro lado da

(19) *Muxinga* — chicote, vergalho, chibata.

ilha. Ainda levou mais de ano doente, gastou um dinheirão. Também não bebe mais bebida nenhuma assim, não. E' preciso ser casa de muita confiança. Conhece vários casos. Inda outro dia morreu louco um doutor que tinha ficado noivo, e a mulher que andava com ele deu-lhe café com sangue das suas regras. Coitado! Foi embora. Naquilo tem todos os venenos da mulher.

\* \* \*

O Paracauari há muito fez forquilha com o Maratacá. Ainda percorremos bons estirões (20), mas daqui a pouco o rio começará a se enroscar.

Meu Socego, Boa Vista, Soledade, Desterro, fazendas "batizadas com uma melancolia romântica", como notou o autor de "Histórias da Amazonia", fomos divisando pelas frestas da pestana marginal.

— Vocês já viram caiçara? Pois lá está uma.

As caiçaras, instalações para o embarque de gado, se repetem, a trechos, no curso do rio. Quando a gente vê um trapiche com paredes laterais (*manga* da caiçaras) já sabe. O trapiche sai de um cercado, na margem, denominado *sala*. O gado fica preso na *sala*, e cabeça à cabeça vai penetrando na *manga*, em cuja ponta está atracada a embarcação de transporte. Daí para o barco a rez passa a guindaste, suspenso pelos chifres. E' um processo primitivo e bárbaro, conservado até hoje, inexplicavelmente, em Marajó, apesar dos prejuízos que acarreta com o frequente desnucamento dos bichos.

\* \* \*

Prodigioso o comandante do "Tenente Portela" conduzindo o seu navio pelo igarapé. As curvas fechadas se sucedem, uma em cima da outra, e ele tranquilo vai acertando o barco. De pé, na parte dianteira do navio, às vezes se estica para sondar o perau (21). Dá não sei quantas voltas na roda de comando do leme, quando desfaz já é dando outras no sentido contrário. São operações aparentemente arbitrárias, realizadas sem esforço, talvez sem preocupação, porque toda a ciência está nas mãos, elas que tem a conta... É a primeira vez que o "Tenente Portela" enfia por aquele igarapé. Mas se o rebocador do S.N.A. P.P. já subiu até "Bom Jardim" ele também subirá.

A cada curva jura-se que não passará. Baterá na margem a popa, se não for a proa.

(20) *Estirão* — reta do rio.

(21) *Perau* — canal do igarapé.

\* \* \*

Fazenda "Bom Jardim". Eis-nos em frente ao porto, num trapiche rústico invadindo uns dez metros d'água.

O "Tenente Portela" manobra para encostar. Seu derradeiro milagre. Enviesa prá barranca e a gente vê o gume da proa fazer um talho monstro no tijuco (21). Agora é só a popa do navio que se move descrevendo um leque. O banzeiro (23) produzido pela hélice pôs a água tipitinga (24). Quando se completa a rotação o navio recua, a proa desloca-se do lodo, a água oscila apagando logo o sinal da quilha.

Saltamos no trapiche e caminhamos pelo trilho de areia clara, deixando de lado duas casas de moradores.

Uma cerca de tábuas com recortes caprichados, mangueiras antigas, coqueiros, um currupio, e a casa da fazenda, de madeira, trepada sobre as canelas compridas do girau (25). A pintura vermelha logo se impõe. Sobe-se a escada que dá num terraço ao nível da casa e daí se passa ao interior. Na sala cadeiras de vime, uma cantoneira avantajada servindo de mesa. No corredor o guarda-cômica pendurado do teto e uma prateleira comprida, com diversos vãos circulares, cada vão descanso de um pote. A sala de jantar ampla e a mesa também... Nos quartos avisto camas com uma armação superior de varas, suponho que destinada a mosquito. Os colchões sobre elas, enrolados e envoltos em panos cosidos, semelham fardos. A nossa dormida vai ser em rede.

Fim de tarde numa fazenda marajoara...

Já choveu, agora o sol brando lava o ar, o campo, a mataria. No isolamento, na larguesa deserta das campinas, espicho os olhos e a imaginação também...

(22) *Tijuco* — lodo, lama.

(23) *Banzeiro* — agitação nas águas, redemoinho.

(24) *Tipitinga* — barrente, turvo.

(25) *Girau* — armação de madeira sobre o qual ficam as casas, por causa da humidade e da água; estrado rústico para guardar mantimentos; cama de varas.



# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

## SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Coronel Alvaro de Alencastre
- 2 — General Alipio Virgilio Di Primio
- 3 — Capitão Adailton Sampaio Pirassinunga
- 4 — General João Borges Fortes
- 5 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 6 — Major Frederico Augusto Rondon
- 7 — Cap. de Mar e Guerra Didio Iratim Affonso Costa
- 8 — Tenente Egon Prates
- 9 — Cap. de Mar e Guerra Frederico Villar
- 10 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 11 — Tenente Coronel Raphael Danton Garrastazú Teixeira
- 12 — Major Humberto de Alencar Castello Branco
- 13 — Almirante Henrique Boiteux
- 14 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 1516 — Major Jonathas de Moraes Correia
- 16 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 17 — Tenentes Coronel José Faustino da Silva Filho
- 18 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 19 — General João Fulgêncio <sup>Lima</sup> Mindello
- 20 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 21 — Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
- 22 — Coronel Luiz Lobo
- 23 — Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux

- 24 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 25 — Almirante Manoel José M. Nogueira da Gama
- 26 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 27 — Coronel Francisco de Paula Cidade
- 28 — Coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo
- 29 — Capitão de Fragata Antonio Pinto Buarque Guimarães
- 30 — Comandante Raja Gabaglia
- 31 — Almirante Raul Tavares
- 32 — General Emílio Fernandes de Souza Docca
- 33 — Capitão Severino Sombra de Albuquerque

**SÓCIOS EFETIVOS:**

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Major Frederico Leopoldo da Silva
- 4 — 1.º Tenente Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Coronel Aviador Lysias Augusto Rodrigues

# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Relação do número das cadeiras do Instituto, seus Patrões e sócios que as ocupam

	CADEIRAS e PATRONOS	SÓCIOS OCUPANTES
1	Visconde de Taunay	Maj. Humberto Castelo Branco
2	Gen. Malan d'Angrogne	Maj. Frederico Rondon
3	Barão do Rio Branco	Cel. Francisco de Paula Cidade
4	Cmt. Antonio Claudio Soido	Cel. Arnaldo Damasceno Vieira
5	Alm. Antonio C. Gomes Pereira	Alm. Nogueira da Gama
6	Gen. A. C. Dias de Oliveira	Gen. João Borges Fortes
7	Julio Cesar Ribeiro de Souza	Ten.-Cel. Lisias A. Rodrigues
8	Alm. Barão de Teffé	Cap. Mar e Guerra Frederico Villar
9	Cmt. Mariano de Azevedo	Gen. Liberato Bitencourt
0	Cel. Sena Madureira	Cel. Alvaro de Alencastre
1	Gen. A. Tibúrcio Ferreira	
	de Souza	Cel. Genserico de Vasconcelos (falecido)
2	Almt. Júlio Cesar de Noronha	Vaga
3	Alm. Barão de Jaceguai	Almt. Raul Tavares
4	Cel. Fausto de Souza	Gen. Souza Docca
5	Alm. Barão de Melgaço	Cap. Frag. Ant. B. Pinto Guimarães
6	Gen. Carlos Campos	Gen. Francisco José Pinto (falecido)
7	Cel. Jacob Conrado Niemeyer	Cel. Altamirano Nunes Pereira
8	Ten.-Cel. Diogo Arouche	Ten.-Cel. Garrastazú Teixeira
9	Gen. Dionísio Cerqueira	Gen. Leitão de Carvalho
0	Gen. Eduardo José de Moraes	Maj. José Faustino
1	Cel. E. C. Jourdan	Gen. V. Benício da Silva
2	Cel. F. A. Carneiro da Cunha	Gen. Lima Mindelo
3	Mal. Antonio José Rodrigues	Maj. Jonathas Correia
4	Marechal F. Chagas Santos	Gen. Alipio Di Primio
5	Euclides da Cunha	Ten. Umberto Peregrino
6	Mal. H. Beaurepaire Rohan	Cel. F. Jaguaribe de Mattos
7	Mal. Antonio F. Pereira do	
	Lago	Vaga
8	Visconde de S. Leopoldo	Vaga
9	Gen. Jerônimo Francisco Coelho	Maj. Frederico Leopoldo da Silva
0	Gen. Severiano da Fonseca	Vaga
1	Gen. Bernardino Bormann	Gen. Tasso Fragoso
2	Alm. José Candido Guillobel	Cmt. Raja Gabaglia
3	Cap. Frag. Vital de Oliveira	Vaga
4	Mal. Soares Andréa	Cel. Luiz Lobo
5	Gen. José Ignacio de Abreu Lima	Cmt. Cesar Xavier
6	Gen. José Joaquim M. de Oliveira	Cmt. Egon Prates
7	Gen. J. de Oliveira Barbosa	Cap. Adailton Pirassininga
8	Alm. Ignacio José da Fonseca	Cmt. Didio Iratim P. Costa

Relação do número das cadeiras do Instituto, seus Patrões e sócios que as ocupam

CADEIRAS e PATRÕES	SÓCIOS OCUPANTES
39 Gen. Couto de Magalhães	Ten.-Cel. Lima Figueirêdo
40 Maj. Santos Titára	Ten.-Cel. A. L. Pereira Ferraz
41 Cel. João de S. Mello Alvim	Ten.-Cel. Jonas Correia
42 Cap. Alfredo P. Maciel da Silva	Cel. Cordolino de Azevedo
43 Cmt. Luiz Barroso Pereira	Cmt. Lucas Boiteux
44 Maj. João de Souza Coutinho	Vaga
45 Maj. Francisco de Paula B. Fortes.	Cap. Almir Borges Fortes
46 Cel. José Saturnino da C. Pereira	Vaga
47 Mal. R. J. da Cunha Mattos	Cap. Severino Sombra
48 Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra	Gen. Candido Rondon
49 Gen. Visconde de Maracajú	Ten.-Cel. Leopoldo Nery da Fonseca
50 Alm. Barão de Iguatemi	Alm. Henrique Boiteux



BIBLIOTECA  
SECRETARIA  
Publicado no Bol. n. 54, de 28.8.1956  
Expedido de Melo Reguila - 20.8.56